

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Escola de Comunicação

A IMPRENSA NO RIO DE JANEIRO

DA BELLE ÉPOQUE

Izamara Bastos Machado

Rio de Janeiro - 2005

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Escola de Comunicação

A IMPRENSA NO RIO DE JANEIRO DA BELLE ÉPOQUE

Izamara Bastos Machado

Dissertação apresentada como requisito para
obtenção do título de mestre em Comunicação,
elaborada sob orientação do Prof. Dr. Milton
José Pinto.

Rio de Janeiro – 2005

BANCA EXAMINADORA**Prof. Dr. Milton José Pinto**

(ORIENTADOR – ECO/UFRJ)

Profa. Dra. Ana Paula Goulart Ribeiro

(ECO / UFRJ)

Profa. Dra. Ana Lucia Enne

(UFF)

JANEIRO - 2005

AGRADECIMENTOS

À minha mãe por ter me ajudado a ser o que sou hoje.

À professora Ana Paula Goulart que sempre me ajudou e me incentivou acreditando em meu potencial desde o início e ocupando em minha vida um espaço grandioso.

Ao Rodrigo Coelho que com sua paciência e companheirismo não me deixou enfraquecer mesmo nos momentos mais difíceis.

Ao professor Milton Pinto que com toda compreensão do mundo me ajudou a chegar até aqui.

A todos os amigos que dividiram comigo todos os meus receios e preocupações durante a realização deste trabalho.

A todos que dedicaram preciosos minutos de suas vidas para me dar atenção e incentivo na busca deste meu sonho.

RESUMO

A virada do século XIX para o século XX, no Brasil, foi marcada por muitas mudanças, tanto no que diz respeito à economia e às instituições políticas, quanto em relação ao cotidiano da população. Pode-se observar que essas mudanças também influenciaram o discurso jornalístico empregado na época. Os primeiros anos da República foi o momento em que os jornais-empresas começaram a se constituir no Brasil e onde podemos perceber uma participação ativa da imprensa carioca na construção de um Estado-Nação e de uma identidade nacional. Procura-se, neste trabalho, desvendar que estratégias a imprensa carioca da "Belle Époque" utilizou para participar na construção da identidade brasileira naquele momento de transição. A identidade brasileira, como qualquer identidade nacional, é um discurso. E como tal, se apresenta como uma fonte na qual os diferentes atores políticos e sociais se constroem dialogicamente. Numa sociedade em que a maioria era não letrada, os jornais vinham com a intenção não só de informar aos letrados, mas também traziam em suas produções a intenção de influenciar, de alguma maneira, os excluídos.

ABSTRACT

The turn of century XIX for century XX, in Brazil, was marked by many changes, as much in respect to the economy and political institutions, as in respect to the population's quotidian. It can be observed that these changes had also influenced the employed journalistic discourse at the time. The company-like newspapers started began to constitute themselves in Brazil by the first years of the Republic, where we can realize an active participation of the press from Rio de Janeiro in the construction of a Nation-State and of a national identity. In this work, it looks for revealing what strategies this press, from the "Belle Époque", used to participate in the construction of the Brazilian identity at that moment of transition. The Brazilian identity, as any national identity, is a discourse. And as so, it presents itself as a source in which the different political and social people make themselves discursively. In a society where the majority was illiterate, the periodicals came with the intention to not only inform the lettered, but also they brought in its productions the intention to influence, in some way, the excluded ones.

SUMÁRIO

Introdução	07
1 Nação, Identidade Nacional e Imprensa	17
1.1 Nação e Identidade Nacional	18
1.2 Imprensa	24
2 O Rio de Janeiro da Belle Époque	30
2.1 A Belle Époque Tropical – Os primeiros anos de vida da Avenida	32
2.2 Contextualização	37
2.3 Os sentidos do “moderno”	50
2.4 As idéias estavam fora do lugar?	54
3 A Imprensa Carioca da Belle Époque – Jornalismo Informativo e Mercado Jornalístico	60
3.1 Jornal do Commercio: uma visão conservadora	71
3.2 Correio da Manhã: nasce um jornal de opinião	76
4 Análise	86
Conclusão	119
Fontes Primárias	124
Bibliografia	125

INTRODUÇÃO

A virada do século XIX para o século XX no Brasil foi marcada por muitas mudanças, tanto no que diz respeito à economia e às instituições políticas, quanto em relação ao cotidiano da população. Em 1888, foi decretada a abolição da escravidão; um ano depois foi proclamada a República. Vivia-se um tempo em que as invenções se multiplicavam, alterando substancialmente a vida do cidadão comum. O automóvel, o telefone, a lâmpada elétrica, o gramofone, o cinematógrafo e o avião foram algumas das invenções que deslumbraram o homem da *Belle Époque*¹ e que trouxeram um ar de novidade para o século que se iniciava. Todas essas invenções eram lidas como sinal de progresso e civilização e, como boa parte delas se difundiram a partir da Europa Ocidental, esta se tornou o grande modelo do “ser civilizado”.

O progresso, entretanto, não se difundiu no Brasil como um todo; praticamente se concentrou na cidade do Rio de Janeiro, então capital política, econômica e cultural do país. O novo regime, implantado em 1889, tenta transformar a cidade numa espécie de “Paris tropical”, de maneira a funcionar, tanto aos olhos nacionais, quanto estrangeiros, como um cartão postal da República, como um símbolo de seu poder e de sua pompa.

A República recém proclamada precisava mostrar que inaugurara de fato um tempo novo, um tempo moderno. Assim, pouco a pouco, foi tomando corpo a idéia de transformar o Rio de Janeiro num cenário capaz de mostrar o que a nova forma de governo efetivamente trouxera de progresso para o país. A realização de um plano para reformar a cidade - no seu traçado urbanístico, na distribuição dos habitantes e nos costumes - pertenceu ao presidente

¹ *Belle Époque* – Período no início do século XIX, em que a cidade do Rio de Janeiro se modernizava tendo Paris como modelo. A presença da cultura francesa foi particularmente marcante durante a *belle époque* carioca. Além da cultura, o traçado urbanístico da Cidade também era baseado no modelo arquitetônico europeu.

Rodrigues Alves (1902-1906) e aos homens que escolheu para a prefeitura e para o comando dos serviços de saneamento, respectivamente Pereira Passos e Oswaldo Cruz.

Para muitos, então, as novidades, o progresso, a civilização trazida pela República nada significavam. Mal sobrevivendo nas cidades e nos campos, grande parte da população trabalhadora encontrava-se a margem de tudo o que ocorria no país oficial. A República, entretanto, devido às promessas democratizantes do movimento republicano, havia despertado o entusiasmo e a expectativa de amplos setores da população. A esperança de que o novo regime abrisse caminho para a participação popular, no entanto, foi logo frustrada. A rigidez do sistema, sua resistência em permitir, entre outras coisas, a ampliação da cidadania fez com que o encanto inicial rapidamente se esvaísse e desse origem a decepção e ao desânimo.

Se a elite (e alguns setores intermediários) enxergava na República o sinal dos novos tempos de progresso e civilização, as camadas populares demonstravam forte antipatia pelo novo regime, não só pela exclusão concreta que a este lhes confinou, mas também pelo lugar de destaque que a monarquia ainda ocupava no imaginário popular. As camadas populares do Rio, ao contrário das elites, não se reconheciam no governo republicano, não se reconheciam na política. Era em outras esferas, como a religião e as festas, que a população parecia reconhecer-se como coletividade. Os cidadãos, inativos em termos de política formal, procuravam vias alternativas de expressão e de ação.

A sociedade brasileira estava, assim, cheia de contradições e paradoxos. Se havia uma forte separação de mundos (entre o mundo do progresso e o do atraso, entre o Brasil oficial e o real), por outro lado, havia a “estadania” que, ao mesmo tempo em que ligava os elementos do segundo mundo ao primeiro, dava sustentação a essa mesma clivagem. Isto tudo criava um grave: como representar essa nação, moderna de um lado, atrasada de outro?

Acreditamos que a avaliação do papel da imprensa desse período, em que se dava início a construção de uma certa identidade, para a nação que surgia, é fundamental para percebermos até que ponto a imprensa participou na construção de uma nova proposta de nação, que se tornaria, naquele momento, hegemônica. Para isso, em nosso primeiro capítulo esclarecemos mais detalhadamente os conceitos de imprensa, nação e identidade nacional.

As mudanças observadas no jornalismo carioca, nesse período de transição do Império para a República, são de suma importância para o entendimento do desenvolvimento da sociedade dessa época. No Rio de Janeiro, capital de uma República com um simbolismo e uma especificidade extremamente peculiar, a grande imprensa cumpria o papel indispensável de unificar o discurso dominante, tornando-o legível para os demais grupos sociais. Neste sentido, os jornais mais importantes, mesmo seguindo linhas editoriais diversas ou sendo claramente adversários, assemelhavam-se na difusão da ideologia do progresso.

Criava-se, no Rio de Janeiro, entre as décadas de 1880 e 1890, um novo modelo de jornalismo, no qual começava a ganhar espaço os jornais que tendiam a investir em uma linha editorial supostamente mais neutra, imparcial, procurando informar mais do que opinar, como até então se fazia.

A idéia de ordenar a sociedade cresceu nas produções jornalísticas que se começava a fazer. Numa sociedade em que a grande maioria era não letrada, os jornais vinham com a intenção não só de informar aos letrados, mas também de influenciar, de alguma maneira, os excluídos. A capacidade de a palavra escrita inserir-se, ainda que indiretamente, nos mais diversos meios sociais, fazia dela um forte elemento para normatização da própria sociedade².

² BARBOSA, Marialva, *Imprensa, Poder e Público*. Niterói, tese de doutorado, Dep. de História/UFF, 1996, p.30.

Percebe-se então, que os jornais ocupavam, aos poucos, um espaço social cada vez maior e passavam a adquirir uma expressiva credibilidade. Acreditamos que nesse processo os meios de comunicação (tanto através dos órgãos da grande imprensa, quanto dos órgãos ligados a fragmentados interesses de classe) foram um dos principais *locus* onde se realizou o trabalho sobre as representações referentes à idéia de nacionalidade e de identidade nacional.

É no processo de construção de identidade nacional, no momento específico da virada do século XIX para o XX, que pretendemos nos deter. Estamos, aqui, nos propondo a questionar e desvendar que estratégias a imprensa da “Belle Époque” utilizou para participar na construção da identidade brasileira naquele momento de transição. A esse problema central, somam-se outras questões: que elementos do passado a mídia utiliza para remeter a vida do carioca a um futuro tão “promissor” e “modernizado”.

Como Mikhail Bakhtin nos esclarece, nenhum tipo discurso (nem o da mídia) é monolítico, mas sim polifônico³. Assim, perceber que vozes eram mobilizadas pelos diferentes órgãos da imprensa na construção de uma identidade de nação é, sem dúvida, uma das principais propostas neste momento. Podemos a todo instante nos perguntar: que construções eram feitas na mídia para criar esta sensação de auto-afirmação de uma sociedade nova e moderna? Que fatos eram utilizados na construção de uma visão modernizadora do presente? Numa sociedade marcada por muitas contradições internas, como se resolvia o dilema de representar a nação, permeando-a de uma homogeneidade integradora? E como era feita pela mídia impressa essa representação do ser moderno?

Nosso objetivo aqui é reavaliar o papel da imprensa carioca no processo de construção de um Estado-Nação no período de transição da ordem imperial à republicana. A modernidade que chega ao Brasil na passagem da Monarquia à República será nosso foco, e

³ Cf. BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem* São Paulo, Haucitec, 1987.

esperamos levantar uma boa proposta para discussões sobre diferenças e identidades num momento em que o Brasil se espelha em modelos europeus para construção de sua própria identidade com o auxílio da imprensa da época. Para isso, em nosso Capítulo 2, buscaremos realizar uma viagem pelo tempo e contextualizaremos a época em que a Cidade do Rio de Janeiro experimentou tantas mudanças.

Temos como objetivo observar detalhadamente como os periódicos tiveram influência na construção de uma identidade nacional, num momento de diversas transformações sócio-econômicas (passagem de uma sociedade escravista para uma sociedade baseada na mão-de-obra livre) e políticas (passagem do sistema monárquico para o republicano), além de procurar verificar como os diferentes projetos de nação ganhavam voz no discurso da imprensa e como alguns sentidos hegemônicos foram se forjando. Sendo assim, nosso objetivo é perceber quais foram os diferentes posicionamentos dos jornais frente às decisões sócio-políticas e culturais dos governantes em relação à cidade do Rio de Janeiro (então capital federal). É bom lembrar que o Rio era tratado como uma vitrine de toda a nação, verdadeira síntese do que se queria para o país.

Ainda em nosso Capítulo 2, iremos discutir melhor a questão da modernidade, pois se trata de um tema bastante pertinente para a época, já que tanto se falava em “ser moderno”. Para que nosso estudo tenha enunciados bastante claros juntamente a um desenvolvimento conciso e rico, acreditamos ser de suma importância aprofundarmos um pouco sobre a temática do que é *ser moderno* nesse momento de transição das formas de governo no Brasil. Entender como a modernidade faz com que o futuro – esperançosamente repleto de progresso – instale-se no presente da população brasileira na virada do século. Pretendemos nos remeter a perspectiva de compreender o moderno como a solução para a proposta da nação que surge.

Trabalhando com um período bastante expressivo para uma primeira pesquisa, definimos como interesse analisarmos periódicos distintos e considerados de grande porte e delimitamos um momento específico para analisarmos mais detalhadamente o comportamento da imprensa.

Sabemos que não é possível conceber as identificações nacionais fora das linguagens que as formulam, nem fora dos mitos, dos rituais e das ideologias que as significam. A identidade brasileira, como qualquer identidade nacional, é um discurso. Esse discurso se baseia na criação de um passado histórico e, como tal, se apresenta como uma fonte na qual os diferentes atores políticos e sociais se constroem dialogicamente, num quadro de estratégias de poder.

Acreditamos que, no contexto da Belle Époque, a identidade nacional brasileira (entendida como o discurso) teve como *locus* principal a mídia. Isto se deve à forma pela qual os meios de comunicação realizavam, sobretudo através dos discursos jornalísticos, o trabalho sobre as representações sociais. Sendo assim, nosso objetivo é analisar as operações discursivas que se davam no enunciar jornalístico, no processo de construção da identidade nacional brasileira na passagem dos séculos.

Para isso, também realizamos um estudo sobre o mercado jornalístico no período proposto de nossa pesquisa em nosso Capítulo 3. Afinal, para se entender o posicionamento dos jornais com relação ao progresso e modernidade que se buscava para a sociedade carioca, precisamos conhecer o perfil da imprensa da época.

Acreditamos que os discursos midiáticos contribuíram para formar uma certa concepção de nação brasileira porque, ao selecionar e combinar referências nacionais emblemáticas dava-lhes unidade e coerência imaginárias. Esses discursos alcançaram eficácia social na medida em que eram partilhados e contribuíram para formar uma concepção coletiva

de nação. Sendo assim, nos aprofundaremos nesse tema em nosso Capítulo 3, “A Imprensa Carioca na Belle Époque”, onde iremos traçar um perfil do mercado jornalístico e conheceremos mais a fundo o histórico de nosso objeto de estudo.

Entender o seu funcionamento, conhecer as operações discursivas através das quais o jornalismo atribuía sentido aos fatos nos parece, assim, essencial para dar conta de como os meios de comunicação construíam - num processo contínuo e incessante - as suas referências nacionais.

Pretendemos utilizar para análise discursiva essencialmente jornais da época, mais especificadamente dois dos mais importantes jornais do período: *Jornal do Commercio* e *Correio da Manhã*. Para essa análise, que nos propomos realizar em nosso Capítulo 4, fizemos uso da metodologia da Análise do Discurso, buscando utilizar um critério comparativo, a fim de compreendermos de que forma cada um dos veículos de informações pré-selecionados construíram sentidos para os acontecimentos e transformações que se sucediam, assim como de que forma cada um deles mobilizou um conjunto de signos para servir de referência na construção de projetos de nação.

A intenção é isolar modelos discursivos, tendo em vista identificar as racionalizações construídas no período - os projetos e as teorizações sobre a realidade brasileira. Trata-se de articular temas como progresso, modernidade, educação, saúde e saneamento às exigências particulares do desenvolvimento capitalista do país, deixando precisas as eventuais contradições entre as suas formulações, especialmente no sentido da aceitação ou incorporação nas práticas das diferentes classes sociais.

A expectativa do novo é o principal desejo da modernidade, e o que nos interessa aqui é perceber que novo foi este que tanto influenciou na construção de uma identidade para o Brasil. Sabendo-se que o mundo moderno foi fascinado pela idéia de que tudo tem sua

origem, interessa-nos aqui identificar que elementos foram buscados no passado para remeter a sociedade carioca a um futuro moderno e promissor.

Para percebermos como a modernidade influenciou no desenvolvimento de uma identidade para a nação brasileira que acabara de ser proclamada, faz-nos atentar para a necessidade que se tem em se espelhar no “outro” em busca de resultados positivos, ou ao menos semelhantes, assim como fez a sociedade brasileira na virada do século XIX para o século XX, mirando na sociedade européia, em especial nos modelos de vida franceses, como o verdadeiro resultado de progresso e civilização.

Através de diversos estudos podemos perceber que a modernidade chegou de maneiras diferentes em cada local no mundo e que não existem lugares mais atrasados ou adiantados, afinal cada lugar tem seu tempo. E não é nossa proposta avaliar em que escala o Brasil se encontrava perante aos demais países no mundo, mas sim desejamos observar como a capital do país, a cidade do Rio de Janeiro, se inseriu no contexto de modernização e como a imprensa influenciou através de seus discursos. Cada cultura, afinal de contas, tem suas hierarquias e estratificações sociais e essas diferem enormemente de acordo com circunstâncias e histórias locais (divisões por classe, casta, religião, raça e espaço). Elas dependem do posicionamento exato da cultura local ou nacional em relação a mitos populares, tradições nacionais, modelos internacionais, modernidades coloniais e pós-coloniais. Desembrulhar essas diferenciações temporais e espaciais poderia ser um bom modo de chegar a novos tipos de comparações que iriam além dos clichês de colonial versus pós-colonial, moderno versus pós-moderno, ocidental versus oriental, centro versus periferia, global versus local, o Ocidente versus o resto⁴.

⁴ HUYSEN, Andréas. *Literatura e Cultura no Contexto Global*. In: Marques, Reinaldo e Vilela, Lúcia Helena. (Orgs). Valores: arte, mercado e política. Belo Horizonte, Editora UFMG/Abrahe, 2002., p.22-23.

O período que vai do último quartel do século XIX ao começo dos anos 1920, no Brasil, é de profundas e rápidas transformações sociais e políticas. A abolição da escravatura em 1888 e a proclamação da República em 1889 haviam aberto o sinuoso caminho para a construção de uma nova sociedade capaz de absorver novas idéias, embora os sujeitos responsáveis pela introdução destas idéias nem sempre tenham tido o mesmo sucesso em termos de afirmação de sua hegemonia na disputa pelos espaços de poder. Saía-se do escravismo e ingressava-se no processo de construção de uma sociedade de tipo capitalista urbano-industrial. Entre 1889 e 1930, vive-se o que ficou conhecido como a República Velha, marcada pela presença das oligarquias regionais e pela fraqueza de um poder central. Começava-se a implementar não apenas uma nova ordem republicana, mas, sobretudo, um novo modelo de Brasil, o modelo de um Brasil *moderno*⁵.

A questão que povoou a mente da elite dirigente durante os primeiros anos da República foi a seguinte: *que modelo de República implantar?* O ponto crucial do debate era a relação entre público e privado e/ou indivíduo e comunidade. Vários políticos identificavam, como fator fundamental, a “incapacidade dos brasileiros de se organizarem coletivamente”; faltava, segundo eles, uma certa “dosagem” de individualismo anglo-saxão.

Vale ressaltar que funcionando os jornais como uma espécie de memória escrita de uma determinada época, a imprensa retém o excepcional, ela registra tudo o que acredita ser interessante. E mesmo quando os fatos mais cotidianos aparecem fixados sob a forma de notícias, há sempre um nexo da narrativa que transpõe esses mesmos acontecimentos do lugar comum para o extraordinário. Transformando o fato em algo noticioso, aprisiona-se o acontecimento num suporte de excepcionalidade, reproduz-se sob a forma de letras impressas a memória do que é extraordinário.

⁵ HERSCHMANN, M. e PEREIRA, C. A. M. (orgs.). *A Invenção do Brasil Moderno*. RJ, Rocco, 1994, p.11-12.

O momento em que centralizamos nossa pesquisa, na passagem de um século para outro, poderíamos dizer que constitui um verdadeiro divisor de águas no processo histórico-social da estruturação do espaço urbano da cidade do Rio de Janeiro. É o período das grandes obras de “melhoramento, saneamento e embelezamento” da capital da República, realizadas durante a presidência de Rodrigues Alves, conjuntamente pelo governo federal e municipal. Foi a primeira grande operação de renovação urbana que sofreu a cidade do Rio de Janeiro.

As grandes obras em curso na capital nessa época foram objeto de violentas controvérsias, e sobre elas se manifestaram todos os fóruns da sociedade civil: os grandes jornais e a imprensa operária, as instituições que pontificavam nos campos da engenharia, da arquitetura e da medicina, os órgãos empresariais, as instituições manipuladas pelos altos interesses do comércio etc.

Procuraremos no decorrer de nossa pesquisa detalharmos e apreciarmos essas controvérsias existentes nos diferentes olhos da imprensa da época, no intuito de nos certificarmos o quanto essas diferenças contribuíram para a construção de identidade nacional brasileira.

1- NAÇÃO, IDENTIDADE NACIONAL E IMPRENSA

Neste nosso primeiro capítulo procuraremos tecer um pouco os conceitos de Nação e Identidade Nacional e também buscaremos conhecer melhor a Imprensa no período que propomos estudar.

Muito se discute a respeito de identidade nacional e nação, mas gostaríamos de nos posicionarmos um pouco a respeito destes termos. O que podemos nos antecipar é que acreditamos que os discursos para nós são peças embaadoras para a construção de uma identidade. Através dos discursos, sejam eles homogêneos ou não, passa-se a construir e a sedimentar pontos fundamentais e marcantes no desenvolvimento de uma sociedade. E no Brasil, com tantas marcas de fora, podemos perceber a grandeza e a diversidade de influências externas na construção da nossa identidade nacional.

Sob esse enfoque foi possível verificar que os textos impressos no início do século XX investiam tanto na direção de fixar uma idéia de “cultura”, como também na valorização da “cultura letrada”. E aqueles que ainda não faziam parte desta cultura letrada (que na verdade era a maioria) tinham na imprensa em alguns casos o ponto e apoio e buscavam se identificar e ganhar vozes através dos jornais.

Não pretendemos definir conceitos de Nação e Identidade Nacional ao “pé da letra”, mas esperamos trazer reflexões a respeito de como chegar a tais conceitos. Acreditamos que são temas bastante complexos e amplos para um esboço dentro de um de nossos capítulos, por isso esperamos trazer à tona possibilidades de discussões mais futuras sobre estas questões, e não esgotá-las por aqui.

1.1 – NAÇÃO E IDENTIDADE NACIONAL

Muito se tem discutido a respeito do conceito de nação e de que maneira poderíamos trabalhar o processo de sua construção. Diversos historiadores, antropólogos e cientistas sociais têm se deparado com esta questão bastante polêmica e muitas vezes ambígua.

A nação, mesmo possuindo suportes concretos e contínuos, é sempre uma construção imaginária.⁶ O nacional só pode ser entendido se posto ao lado de sistemas culturais mais amplos a partir dos quais ele passa a existir na mente dos indivíduos que o compõem. Não deve ser confundido com Estado-nação - o País - que é uma entidade política concreta, bem demarcada geograficamente.

A imaginação que constrói a nação não é, entretanto, falsa. A imaginação, neste caso podemos dizer que se trata do sentimento de comunhão entre pessoas que jamais se viram, que não sabem da existência concreta uma das outras, mas que se imaginam como compatriotas, que compartilham de um pertencer comum.

Neste trabalho, nosso interesse é pensar em como a nação se constituiu em um espaço de sociabilidade, de memória e de identificação. Se hoje considerarmos que os conceitos de nação, Estado-nação, consciência nacional envelheceram e são insuficientes para dar conta das realidades políticas, naquele instante que nos aprofundamos para a pesquisa, pareciam extremamente férteis para representar a “comunidade imaginada⁷” e desejada pelas elites intelectualizadas.

A identidade nacional, não deve ser considerada uma substância, um atributo imutável. Ela é resultado de construções e estratégias, sempre em evolução e recomposição. A identidade não é um dado, não é algo fixo, mas sim uma dinâmica, incessante série de

⁶ Cf. ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo, Ática, 1989.

⁷ Idem., *ibidem.*,

operações de sentido. Reflexo de lutas e debates, resultado de uma construção social que está sempre em construção e se alimentando do passado, ou melhor, de incessantes recriações do passado.

O processo de construção das nações e das identidades nacionais é um forte exemplo desse fenômeno. A história, nesse caso, funciona como legitimadora das ações e como cimento da coesão grupal, porque fornece a coerência e a continuidade como características ontológicas da nação. Não se pode esquecer, no entanto, as relações de força e dominação mobilizadas. A identidade nacional se apresenta como uma fonte na qual os diferentes atores políticos e sociais se constroem dialogicamente, num quadro de estratégias de poder.⁸

Enquanto uma comunidade imaginada, a nação é continuamente inventada segundo as mais diversas modalidades discursivas. Assim não se pode falar em uma identidade autêntica, mas em uma pluralidade de identidades, construídas por diferentes grupos sociais em diferentes momentos históricos, através de estratégias variadas e de diferentes discursos, alguns deles utilizados através da mídia impressa. Dizer que a identidade e a nação são construções discursivas múltiplas não significa negar sua realidade. Não há separação entre o mundo material e os processos de significação.

A identidade brasileira resulta de uma construção social que foi se criando, instavelmente, durante um longo processo. Um reflexo de lutas e debates sociais. Não temos a pretensão de reconstruir aqui a sua trajetória, mesmo porque pressentimos que ela seja irreconstituível. Pretendemos, no entanto, fazer uma breve menção de alguns discursos que se estabilizaram nesse percurso como referência na construção da memória nacional. Acreditamos que a imprensa teria sido uma das grandes contribuintes desta construção de nossa identidade nacional.

⁸ RIBEIRO, A. P.G. *Imprensa e História no Rio de Janeiro dos Anos 50*. Rio de Janeiro, Tese de Doutorado, ECO/UFRJ, 2000.

Quando a corte portuguesa se instalou no Rio de Janeiro, em 1808, não existia referente cultural, político ou econômico para o significante “Brasil”. Exceto talvez pelo uso da língua, a colônia portuguesa na América não constituía uma unidade. A integração entre as regiões era muito precária: tratava-se, na realidade, de um “arquipélago de capitanias” que freqüentemente ignoravam umas as outras.

As próprias rebeliões coloniais do final do séc. XVIII (como a Inconfidência Mineira e a Conjura Bahiana), exaltadas pela historiografia tradicional como exemplos de movimentos de caráter nacional e emancipatórios, quando examinadas de perto mostram a ausência de qualquer sentimento de identidade coletiva. Os inconfidentes falavam em “pátria mineira” (ou em “nós americanos”) e, se buscaram unir-se a outras províncias, foi somente por motivos estratégicos.⁹ O mesmo se pode dizer do patriotismo dos revoltosos de 1817, que era mais pernambucano e do que propriamente brasileiro.

Mesmo após a independência, a palavra “pátria” ainda possuía um sentido ambíguo. Muitas vezes era usada para denotar províncias e não o país. Já a idéia de Brasil, entretanto, estava presente no horizonte mental daqueles que lideraram o processo de emancipação. Mas a construção política de nossa unidade nacional não se deu sem confrontos e contradições. O império - principalmente durante a Regência - foi um período muito turbulento. Tendências centrífugas se manifestavam com força, através de motins, revoltas e guerras civis. Somente por volta de 1850 é que se consolidou a criação do estado nacional.

Contudo, o Brasil, no entanto, ainda estava longe de se constituir uma nação. Se existia algum sentimento próximo àquilo que chamamos identidade nacional, este se baseava em fatores meramente negativos como, por exemplo, a oposição ao português.¹⁰ A diferença e a oposição são fatores fundamentais para a constituição da identidade em qualquer nível

⁹ Cf. CARVALHO, J. Murilo. “Brasil: nações imaginadas”. In: Revista Antropolítica, v.1, n.1, jan / jun. 1995.

¹⁰ Idem Ibidem.

(individual, grupal ou societário). O sentido – a semiologia já nos ensinou - é sempre diferencial: uma posição só pode ser determinada em relação a uma outra, por oposição a ela.¹¹ Acontece que a oposição por si não é suficiente para definir uma identidade.

Renato Ortiz afirma que todo processo identitário possui uma dimensão externa, negativa (que pela diferença nos diz o que não somos), e uma dimensão interna, positiva, de identificação (que nos diz o que somos, afinal). E é através da relação dessas duas instâncias que as identidades - ou as identificações - continuamente se constroem¹².

Outro fator geralmente apontado como constituidor de nossa identidade nacional é o forte sentimento monarquista da população (tanto rural quanto urbana), manifestado em vários momentos. Havia duas posições dos grupos dominantes em relação à imagem do país: 1) os que viam o Brasil como fruto da ação civilizadora de Portugal (e que, portanto, repudiavam as repúblicas latino-americanas, marcadas pela instabilidade e pela fragmentação geográfica) e 2) os que consideravam a dinastia dos Bragança obstáculo à formação de uma verdadeira identidade nacional (identificavam-se com os Estado Unidos)¹³.

A literatura brasileira parece ter encontrado no Romantismo um caminho intermediário entre essas duas posições. O indianismo buscava nos “primeiros habitantes do país” a legitimidade da revolta contra o domínio português, mas não se apoiava no ideário norte-americano do direito natural e sim na história, na tradição. O índio é construído como arquétipo do herói brasileiro: sempre nobre, valente, fiel, forte, corajoso. Já o negro, quando

¹¹ Cf. VERÓN, Eliseo. “L’espace du soupçon”. Cópia xerox do original do autor.

¹² ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e identidade nacional*, São Paulo, Brasiliense, 1994.

¹³ CARVALHO, J. Murilo. Op. cit.

era tema literário (Castro Alves, Bernardo Guimarães), era apenas o símbolo da escravidão. Não se chegou a pensá-lo como um eventual cidadão, constituidor da nação¹⁴.

A abolição da escravidão e a proclamação da república foram dois acontecimentos que marcaram um processo de profundas mudanças na sociedade brasileira. Se é verdade que, do ponto de vista da dinâmica interna, a sociedade continuava a mesma - permeada por lógica extremamente excludente -, também é certo que uma nova ordem - diferente da escravista - se constituía, alterando a forma de se construir e definir a nação. O novo sistema de governo precisava afirma-se em oposição ao velho diante da proposta de desenvolvimento e progresso.

Se para alguns, como Bomfim, o problema da raça não era considerado empecilho à constituição da nacionalidade, para outros, a mestiçagem era um obstáculo ao progresso. Influenciados pelo pensamento racista europeu (Gobineau, Gustave Le Bon) e norte-americano (Agassiz), autores como Nina Rodrigues e, mais tarde, Oliveira Viana elaboraram a idéia de inferioridade da raça negra. O primeiro chega a afirmar que negros e mestiços deveriam ser tratados como civilmente incapazes.¹⁵ Admitia-se, no entanto, uma saída para a situação. Através o progressivo *branqueamento*, facilitado pela baixa taxa de natalidade dos negros¹⁶ e pela grande imigração de europeus, a população poderia “melhorar”.

Os meios de comunicação, principalmente os jornalísticos, também podem ser pensados como um lugar primordial de construção da realidade social e, logo, dos sentimentos identitários nacionais. O próprio Benedict Anderson, no seu livro *Nação e consciência nacional*, destacou o papel da imprensa na construção das nações.

¹⁴ RIBEIRO, ANA P. Goulart. *Jornalismo, História e Identidade Nacional*. Texto apresentado no VI Encontro Anual da Compós (Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Comunicação), EM São Leopoldo, maio de 1997.

¹⁵ CARVALHO, op. cit..

¹⁶ A baixa natalidade entre a população negra deve-se, sobretudo ao desequilíbrio demográfico advindo do tráfico. A lógica empresarial, levava o senhor a preferir os escravos de sexo masculino. Cf. FLORENTINO, Manolo Garcia. *Em costas negras: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (sec. XVIII e XIX)*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1995.

Nas modernas sociedades industriais, os meios de comunicação ocupam um lugar privilegiado na formalização de uma memória social e, conseqüentemente, na referenciação do nacional. Os veículos de comunicação são o lugar por excelência onde se tecem, cotidianamente, as identificações nacionais, porque lhe fornecem coerência, homogeneidade e continuidade no tempo. A mídia estende o seu poder para além de suas próprias fronteiras e redimensiona quase todos os lugares de produção de significação de uma sociedade. Segundo Muniz Sodré, mídia se torna o *locus* primordial de moldagem ideológica do mundo.¹⁷

Devemos sempre atentar para o fato de que tanto a nacionalidade quanto o Estado se constroem a partir das relações sociais que se estabelecem entre os homens, relações marcadas pela divisão de classes.

Até os dias de hoje o processo de formação das nacionalidades tende a homogeneizar e unificar a sociedade em torno de projetos e aspirações extremamente abrangentes, que pretendem integrar todos os indivíduos no interior de uma determinada nação. E como não perceber o quanto o desejo de mudanças na Cidade do Rio de Janeiro no início do século XX poderia não só cumprir este desejo de homogeneização, mas também foi causador de muitas exclusões e discriminações. Isso poderá ser visto mais adiante nos textos extraídos dos jornais de época que trabalharemos em nossa análise.

A construção de uma identidade nacional vem à tona com a Independência, na perspectiva romântica do Indianismo, radicaliza-se na ótica naturalista após a abolição da escravidão e com a República.

O fato de os Estados-Nação modernos desenvolverem-se e se definirem por oposição uns aos outros e por isso, como em função da estabilidade interna, necessitarem gerar formas eficientes de arregimentação social empenhadas na sua sustentação promoveu um enorme

¹⁷ SODRÉ, Muniz. *Reinventando a cultura: a comunicação e seus produtos*. Petrópolis, Vozes, 1996.

estímulo à germinação das Ciências Humanas. Daí o desenvolvimento de formas de conhecimento como a história, a filologia, a antropologia, a geografia, a arqueologia, dentre outras, financiadas pelo Estado, para justificar a organização uniforme de uma ampla área geográfica com seu respectivo agrupamento humano, legitimado por suas características específicas (raça, história, tradição, meio físico, língua, religião, cultura, caráter psicológico geral); afirmadas, aliás, como superiores às de outros grupos concorrentes. Essa agitação nacionalista constituiria a base ideológica da formação dos Estados-Nação. Ela buscaria nas teorias raciais, que passaram então a dominar a área cultural, a sua justificação, e encontraria no militarismo o seu meio de auto-afirmação¹⁸.

Conforme nos sugere Stuart Hall, no seu livro *Identidade Cultural na Pós-modernidade*: é através do processo de significação que se constrói a posição do sujeito social, lugar no qual se constitui sua identidade social e cultural. Nesse caso, o processo de significação implica na ação de fazer valer, de determinar significados próprios de um grupo social sobre os significados de outros grupos o que supõe um diferencial de poder entre eles. Entender essa posição do sujeito social nos ajuda na constituição da identidade da sociedade como um todo.

1.2 – IMPRENSA

Não é possível conceber as identificações nacionais fora das linguagens que as formulam, nem fora dos mitos, dos rituais e ideologias que as significam. A identidade brasileira, como qualquer identidade nacional, é um **discurso**.¹⁹ E esse discurso se ancora,

¹⁸ HOBBSBAWM, E. *A era das revoluções*. Rio, Paz e Terra, 1977, p.275.

¹⁹ Cf. *Science Humaines*, p. 36.

como já dissemos, na criação de um passado histórico, na invenção de tradições, cujo locus principal nos parece ser, nas sociedades modernas, a mídia.

Os meios de comunicação se apresentam como o principal discurso semantizador dos acontecimentos e das transformações da realidade social.

Entender o seu funcionamento, conhecer as operações através das quais o jornalismo atribui sentido aos fatos nos parece, assim, essencial para dar conta de como os meios de comunicação constroem - num processo contínuo e incessante - as suas referências nacionais.

Ao retomar a idéia bakhtiniana do discurso como arena, a análise passa a dar conta, não do conteúdo das mensagens, mas das estratégias discursivas ligadas às relações de força de uma dada conjuntura. Os discursos de uma determinada época histórica (principalmente os midiáticos) são espaços privilegiados onde se travam as lutas sociais. É o campo por excelência do ideológico, onde várias vozes disputam a hegemonia das representações. Uma página de jornal é o reflexo vivo das contradições da realidade social no corte de um dia. E a análise só tem sentido se permite ao analista dar conta de como se tecem nos discursos a teia dessas contradições, só tem sentido quando se percebe o discurso como lugar de passagem de coisas que estão ocorrendo fora dele.

Entendendo os dispositivos de enunciação como dispositivos modalizadores do real, pretendemos descrever alguns dos mecanismos fundamentais através dos quais os diferentes jornais constroem discursivamente o seu referente histórico-nacional.

Não se pode esquecer, afinal, as desigualdades presentes na formação e apropriação de qualquer patrimônio cultural, que o caracteriza como um espaço de luta material e simbólica.²⁰

O veículo de comunicação impresso, algumas vezes, se tornava para o leitor do início do século XX a única possibilidade de defesa. Algumas das simbologias que os jornais constituíram e passaram ao público era de ser um local de desabafos, discussões e até defesa de direito do cidadão. . Muitas pessoas utilizavam os jornais para realizarem suas reclamações de caráter privados e individuais. Ofensas sofridas dentro de estabelecimentos comerciais, roubo no interior de residências e denúncias de arbitrariedades da polícia ocupavam mais espaços do que as que diziam respeito, por exemplo, ao mundo do trabalho.

Assim, o produto que esse leitor consumia, como tantos outros leitores que se dirigiam aos jornais para fazer suas queixas e reclamações, se transformava num desejo de produção. Para além de leitores, gostaria de ser produtores das narrativas quotidianas, o que afinal conseguiam quando se dirigiam ao jornal para relatar fatos – por absoluta impossibilidade de escrever - ou quando remetiam cartas sobre os mais variados temas. As reclamações de caráter coletivo diziam respeito, principalmente, ao mau funcionamento dos serviços: os bondes, a falta d'água, a higiene das ruas, o estado de conservação das vias públicas, entre dezenas de outros assuntos.

Durante as greves era comum alguns dos periódicos da época receberem a visita de comissões, seja para agradecer o apoio manifestado, seja para reivindicá-lo. Na visão daqueles trabalhadores essa adesão significava um fortalecimento do movimento, por torná-lo público, visível aos olhos do restante da população ou por explicar, através dessa opção, que as reivindicações eram justas. No *Correio da Manhã* são incontáveis os exemplos: “Cerca de

²⁰ CANCLINI, Nestor Garcia. Patrimônio Cultural e Construção Imaginária do Nacional. In *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, p. 97.

meia-noite fomos procurados por uma numerosa comissão de condutores efetivos e reservas (cerca de 60), que nos vieram pedir, ainda uma vez, amparássemos a sua causa”, afirmava em 9 de janeiro de 1910²¹.

Transcrevendo muitas vezes as cartas dos trabalhadores, agradecendo o apoio explícito do jornal, os jornais mostravam também como eram visualizados por esses grupos. “Agradecemos a ilustre redação do Correio da Manhã, o seu franco apoio, em tão justa causa, pedindo pela vossa costumada gentileza a publicação deste pelo que nos manifestamos agradecidos”²².

Mesmo que alguns desses reclamantes não fossem leitores habituais dos jornais – no sentido da cotidianidade – ao se dirigirem ao periódico, ao exporem suas idéias, eles estabeleciam uma relação direta de leitura com aquele periódico. No dia seguinte verificariam se suas queixas estavam lá, saberiam então se teria ou não adquirido vozes através do periódico. O jornal passava a fazer, de certa maneira, parte de seus cotidianos.

Considerando os jornais como um bem simbólico, é necessário ainda analisar a relação entre imprensa e literatura, a partir do instante em que as condições para a divulgação em maior escala da palavra impressa – institucionalizada por oposição à falada como a única válida – se concretizam. A produção em larga escala de obras como os folhetins, divulgados por um impresso mais rápido e capaz de ser produzido mais agilmente e em maior quantidade do que os livros, isto é, os jornais, coincide com o aumento do público, em função da generalização do ensino elementar²³.

Neste início de século, o jornalismo impondo uma vigorosa padronização à linguagem e empregando praticamente todos os homens de letras nas suas redações, acabou por vezes

²¹ “Greve? A Light e a Jardim, desmentidos”. In: Correio da Manhã, 9 jan. 1910, p.5.

²² Correio da Manhã, 15 jan. 1912, p.2.

²³ BARBOSA, Marialva, op. cit.,p. 8.

exercendo efeito geral negativo sobre a criação artística. A literatura passava a construir as identidades sociais.

O desenvolvimento do “novo jornalismo” representava o fenômeno mais marcante na área da cultura, com profundas repercussões sobre o comportamento do grupo intelectual. Novas técnicas de impressão e edição permitiam o barateamento da imprensa. O acabamento mais apurado e o tratamento literário e simples da matéria tendiam a tornar obrigatório o seu consumo cotidiano por aqueles que faziam parte das camadas alfabetizadas da cidade. Já os intelectuais vendo aumentado o seu poder de ação social, anseiam levá-lo às últimas conseqüências. Eles passaram a pregar reiteradamente a difusão da alfabetização para que a massa miserável fosse libertada do analfabetismo.

A nova grande força que absorveu quase toda a atividade intelectual nesse período foi sem dúvida o jornalismo. Crescendo emparelhado com o processo de mercantilização na cidade, o jornalismo invadiu impassíveis territórios até então intocados e zelosamente defendidos. Os jornalistas, ditadores das novas modas e dos hábitos, chegavam a desafiar e a vencer a própria Igreja na disputa pelo controle das consciências²⁴.

As campanhas contra os velhos hábitos e pela implantação dos novos costumes, a criação do clima geral da euforia e otimismo da Regeneração e de Modernidade foram talvez as primeiras manifestações de um fenômeno de manipulação de consciências em massa no Brasil.

Por outro lado, as novas técnicas possibilitavam uma maior circulação, uma diminuição do preço e uma popularização desses periódicos, atingindo um universo simbólico das representações e o imaginário da cultura²⁵.

²⁴ SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*. São Paulo, Brasiliense, p. 99.

²⁵ Idem, p. 17

Tratava-se de compreender o passado para transformar o presente e, para tanto, libertar-se de um fardo, romper com as pesadas tradições que emperravam o progresso e entrar no compasso da História. Tendo em vista produzir uma nova leitura da história nacional, leitura esta que legitimasse suas posições políticas e ideológicas, o leque de questões que esses intelectuais nacionalistas abriram tinha por objetivo detectar as raízes dos males que assolavam o Brasil, entender os problemas sócio-econômicos tão violentos e gritantes da sociedade e, principalmente, analisar o que consideravam ser incapacidade do povo brasileiro de construir uma Nação moderna, rica e poderosa, a exemplo dos países europeus. Visava-se perceber as linhas tendenciais de uma possível modernização transformadora, que pudesse igualar o país ou, ao menos, aproximá-lo das fases de desenvolvimento dos povos mais adiantados.

2 – O RIO DE JANEIRO DA BELLE ÉPOQUE

O primeiro ano do novo século, 1901, anunciava drásticas mudanças na sociedade carioca. Envolvida pela ideologia do progresso que igualava a idéia do novo à civilização, comparando-o com as atitudes européias, notadamente as francesas, a cidade vivia a febre da modernização. Era preciso conquistar o novo. E o novo para a sociedade burguesa que se formava no Rio de Janeiro, desde os anos de 1880, era tudo o que não fosse tradicional. Criticava-se a sociedade hierarquizada e organizada com base no trabalho escravo. Era necessário construir uma outra sociedade.

Para isso inúmeros discursos foram formulados: o médico-higienista, o jurídico, o político. Referendando todos eles, o da imprensa passava a aliar também ao texto impresso a sensação de veracidade da ilustração e, mais tarde, da fotografia.

Paralelamente, era preciso justificar a adequação dos grupos populares à nova face urbana da cidade. A ideologia do progresso era usada também como parte desse processo de disciplinarização. Na verdade, a República pôs em prática um projeto político cujas idéias-chaves eram o progresso e a disciplina.

Pela primeira vez em sua história, a cidade do Rio de Janeiro sofreu o impacto de uma política previamente concebida em todos os seus detalhes, formulada num plano sistemático, abrangendo um amplo leque de iniciativas que repercutiram como um terremoto nas condições de existência da população carioca. Pela primeira vez em sua história, centenas de prédios foram rápida e implacavelmente demolidos, deixando ao desabrigo dezenas de milhares de pessoas – trabalhadores e gente pobre sobretudo – para que, em lugar da secular estrutura material herdada da colônia, mas já transfigurada em suas funções desde a

desagregação do escravismo, surgissem largas e extensas avenidas, ladeadas de prédios suntuosas, formando uma paisagem decalcada no ecletismo europeu, que tentava dar ao Rio de Janeiro o aspecto imponente e opulento das metrópoles burguesas do Velho Mundo. Uma rede de eixos de comunicação, constituída de ruas alargadas e prolongadas, estabeleceu os nexos de circulação entre o centro da cidade – que adquiria sua função moderna de núcleo comercial, financeiro e administrativo – e as zonas em expansão, ao norte e ao sul, que se formavam ou consolidavam como áreas de moradias ou áreas industriais, deslocadas, espacialmente dos antigos limites da Cidade Velha e sua extensão mais recente, a Cidade Nova²⁶.

Modernizar era a palavra de ordem do Rio de Janeiro na virada do século para se igualar aos europeus. Era preciso buscar um novo ideal de civilização, construindo-se para isso novas avenidas, novos prédios e derrubando, em contrapartida, tudo o que lembrasse o atraso colonial.

Remodelar a cidade era tornar visível a consagração do progresso como objetivo coletivo fundamental nessa sociedade, cujo aburguesamento era um projeto social totalizante, que procurava impor todo um modo de vida, à força ou não. Trava-se uma luta entre dois grandes campos ou princípios: o progresso, a civilização, a regeneração estética e sanitária da cidade; a cidade colonial, atrasada, anti-estética, suja e doente.

Se no Império a idéia central acoplada à centralização era a unidade, na República o progresso passava a ser a marca da nova institucionalidade. Excluía-se e hierarquizava-se e, dessa forma, a classe dominante reafirmava a sua dominação.

²⁶ BENCHIMOL, Jaime L. *Pereira Passos: um Haussmann tropical: A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro, Biblioteca CARIOCA, 1992, p.227.

A Avenida Central, por sua vez, constituiu o eixo de todo o elenco de melhoramentos urbanísticos, projetados com a intenção de transformar a velha, suja e pestilenta cidade colonial portuguesa numa metrópole moderna e cosmopolita, à semelhança dos grandes centros urbanos da Europa e dos Estados Unidos. A literatura cronística e propagandística da época erigiu-a no símbolo fulgurante da “cidade civilizada” que emergia dos escombros da outra, repudiada como a materialização de um passado histórico a ser sepultado²⁷.

A Proclamação da República foi o marco no processo de transformação urbana que viria por definir a identidade cultural do Rio de Janeiro. Sua função de capital tornou-se um dos alvos principais da ampliação do projeto político do novo regime, convergindo interesses do governo federal com objetivos da administração municipal.

Proclamada a República, seus dirigentes se viram diante do desafio de construir um país republicano. Não se tratava como alguns acreditaram, de apagar o passado e começar a escrever em uma folha em branco. A tarefa seria bem mais difícil e demorada, já que um projeto de construção de um Estado e de uma nova nação significava, antes de tudo, um processo de seleção entre aquilo que deveria ser eliminado e aquilo que poderia ser incorporado do regime derrubado²⁸.

2.1 - A BELLE ÉPOQUE TROPICAL – Os primeiros anos de vida da Avenida

“Ô Rio Civiliza-se!”, era a expressão mais corrente após a conclusão da Avenida Central. Baniu-se do Centro da cidade a presença dos humildes e permitiu que a burguesia

²⁷ Idem, *ibidem*, p.227.

²⁸ MOTTA, Marly. *Rio, Cidade-Capital*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2004, p.18

ganhasse as ruas, caminhando por um novo Rio de Janeiro de rosto europeizado, de avenidas largas, belos jardins e chafarizes com seus desfiles carnavalescos civilizados; sem os grosseiros modos do Zé Pereira, onde grandes personalidades desfilavam e as mulheres começavam a ganhar sua liberdade. Contudo, para alguns a grande obra não passava de uma “mulata apertada em um vestido francês”, com seus prédios de belas fachadas, com interiores totalmente dissociados do que apresentavam para a rua, com plantas simples e funcionais.

A nova configuração dos terrenos ao longo da Avenida permitiu a construção de grandes edifícios, e, diferente do que aconteceu nas reformas de Paris, todos tinham cunho estritamente comercial. A predominância de grandes lojas afastou definitivamente os pequenos comerciantes, que não tinham como arcar com tais despesas, fazendo da avenida lugar exclusivo das grandes corporações: bancos, grandes lojas e magazines, jornais e sedes de grandes empresas. Definindo um status social para esta área totalmente diferente de seu entorno, onde ainda predominava a antiga estrutura colonial.

Foi posta abaixo também toda a estrutura portuária, herdada, em parte, dos tempos coloniais, ampliada depois pela proliferação, na segunda metade do século XIX, de instalações que produziam, no essencial, as características da estrutura antiga. A modernização do porto do Rio de Janeiro – de certo modo o eixo do conjunto de realizações desse período – implicou a destruição de centenas de velhos trapiches e cais de madeira, a demolição de numerosos quarteirões nos bairros proletários insalubres da orla da Saúde, Gamboa, etc., o aterro das pequenas enseadas e sacos que o recortavam, para dar lugar a uma extensa superfície de cais onde os navios, agora, podiam acostar diretamente e onde as cargas passaram a ser movimentadas por guindastes elétricos, terminais rodoviários e ferroviários e amplos armazéns²⁹.

²⁹ BENCHIMOL, J. , op. cit., p., 316-317.

Os critérios utilizados para o remembramento dos terrenos e o uso que acabou por dar-se a estes, definiu três setores distintos, porém integrados, na Avenida Central. O primeiro trecho, entre o largo da Prainha (atual Praça Mauá) até a rua Gen. Câmara (destruída com a abertura da Av. Presidente Vargas), por sua proximidade com o Porto, foi ocupado principalmente pelo empresariado ligado ao comércio de importação e exportação e pelos bancos ligados a estas atividades. No trecho seguinte, que se estendia até a rua São José, instalaram-se as principais atividades comerciais: as grandes confeitarias, lojas de vestuários, estabelecimentos bancários e os jornais representativos da época, tornando-se o ambiente ideal para o desfile das novidades e das ostentações da burguesia. O trecho final que se estendia até a Avenida Beira Mar, formado por grandes lotes formados pelas áreas ganhas com desmonte de parte do Morro do Castelo e de áreas remanescentes junto a praça Ferreira Viana se caracterizou por seu cunho institucional, com grandes edifícios públicos como o Teatro Municipal, a Escola Nacional de Belas Artes e Palácio Monroe.

Com a morte do Barão de Rio Branco em 10 de fevereiro de 1912, passou a ser denominada a Avenida Central de Avenida Rio Branco. Assim como seu nome original durou pouco tempo, a estrutura da própria avenida também começava a sofrer alterações. Os ideais europeus que eram símbolo de modernidade à época da inauguração aos poucos eram substituídos pelo pensamento norte americano, que ia se infiltrando no Brasil, principalmente após a 1ª Guerra Mundial.

Em seus 20 primeiros anos pouca coisa mudou, sofrendo apenas algumas intervenções pontuais, como a inauguração do Hotel Avenida em 1911 e a demolição do convento da Ajuda, no mesmo ano, que permitiu a criação da Praça Floriano e do que em alguns anos seria o maior pólo de diversão da avenida.

Com a gradativa exclusão das habitações das cercanias do centro da cidade e a ocupação da avenida quase exclusivamente por edifícios comerciais e empresariais ocasionou um fenômeno, perceptível até os dias de hoje: o do esvaziamento da Avenida durante a noite e nos finais de semana, exceto no trecho mais próximo a praça Mal. Floriano, onde concentravam-se os prédios de atividades institucionais e culturais.

A especificidade de uma capital pode ser observada ainda pela variedade de grupos que ocorrem ao centro de poder para lutar por seus interesses. Mas a característica mais marcante é seu papel de formador de opinião. A capital é a autoridade para os donos dos jornais e revistas e também para todos os que vivem nas cercanias do poder, em contato estreito com quem toma as decisões políticas.

Ao ser representante, também, do país no cenário internacional e pelo seu papel nacional, a capital torna-se lugar do cruzamento de informações, fazendo da cidade uma fonte permanente de notícias.

A passagem da Monarquia para a República representou um verdadeiro surgimento de uma nova cultura política. O movimento republicano expandiu as polêmicas para além dos ambientes fechados, ganhando os temas controversos às ruas. Uma verdadeira cidade política emergiu. A vitória de um certo cosmopolitismo cultural consolidou o Rio de Janeiro também como centro político. E o eco de ressonância dessas discussões encontraria nos jornais um lugar natural para a sua divulgação³⁰.

Os temas abolicionistas e republicanos desenvolvidos nos periódicos surgidos no decorrer da década de 1870-80 preparavam terreno para um novo jornalismo que seguirá ainda os passos da polêmica até a primeira década do século XX, embora passasse a divulgar cada vez mais uma idéia de imparcialidade.

³⁰ MARIALVA, Barbosa, op. cit., p. 27.

As transformações econômicas, políticas e sociais, que mudariam completamente o cenário urbano da cidade, criariam as condições indispensáveis para o desenvolvimento dessa imprensa como um empreendimento industrial.

A necessidade de uma ação rápida decorria do enorme custo social e político da obra. A Avenida (e o elenco de normas e proibições que acompanharam sua construção) desabrigou milhares de pessoas e desorganizou, drasticamente, seu quadro cotidiano de existência; varreu em seu caminho, além das casas de cômodos e cortiços, uma infinidade de pequenos estabelecimentos comerciais, oficinas e fabriquetas.

Com o gradual declínio da cafeicultura na Província do Rio de Janeiro, a economia urbana se modificou já que os recursos se deslocaram principalmente para as atividades vinculadas ao setor secundário e terciário³¹.

A acumulação urbana possibilitou a própria industrialização, criando condições para as novas áreas industriais e para que as capitais se concentrassem em setores distintos do comércio. Nesse sentido o desenvolvimento dos sistemas de transportes e de toda uma infraestrutura de serviços transformaria o Rio de Janeiro na cidade com a maior rede urbana de serviços e transportes, com recursos que a tornaria centro comercial e financeiro, possibilitando, ao mesmo tempo, a concentração do capital industrial.

A remodelação do Rio de Janeiro envolveu uma correlação complexa de forças sociais, o confronto do Estado com múltiplos interesses que, apesar de cindidos por divergências ou antagonismos, chegaram a se coesionar momentaneamente contra o governo,

³¹ LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *História do Rio de Janeiro (do capital comercial ao capital industrial e financeiro)*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978, p.156.

que usou de procedimentos draconianos, que nos limites da estrutura jurídico-política e da ideologia liberal-burguesa que formavam o Estado oligárquico republicano³².

A cidade tinha, pois, todas as condições necessárias para a ampliação e o desenvolvimento de uma nova indústria – a de notícias – construída em moldes inteiramente diversos do que fora, até então, a atividade de fazer jornal.

2.2 – CONTEXTUALIZAÇÃO

O Brasil da passagem do Império para os primeiros anos da República não possui contornos muito nítidos – tudo é um pouco indefinido, como num salão esfumado da Belle Époque. É comum associar os primeiros anos do século XX às invenções que encantavam a sociedade urbana.

Vivia-se a Belle Époque. Antenada na moda e nos costumes ditados pela França, a elite brasileira ganhava verniz de sofisticação. As cidades cresciam e influenciavam novos hábitos. Dândis e melindrosas flanavam diante das fachadas *art-nouveau*. Os automóveis, importados, começavam a surgir³³.

Ao contrário do período da Independência, em que as elites buscavam uma identificação com os grupos nativos, particularmente índios e mamelucos, e manifestavam um desejo de ser brasileiros, neste período a que nos referimos, essa relação se torna de oposição, e que o que é manifestado podemos dizer, é um desejo de ser estrangeiros.

³² BENCHIMMOL, Jaime., op. cit., p.245.

³³ Idem, ibidem, p.15.

Em 1902, foi indicado candidato oficial à sucessão de Campos Sales na presidência da República o paulista Rodrigues Alves, grande fazendeiro de café Guaratinguetá, presidente do Estado de São Paulo desde 1900, com uma longa carreira política exercida no Império. Sua candidatura assegurava a permanência da chefia no governo republicano, pela terceira vez, em mãos de um representante da grande burguesia cafeeira paulista. Estava em vigor a famosa política do “café com leite”: o vice-presidente era mineiro.

Mostra-se então, o que Stuart Hall chama de uma identidade que se torna uma “celebração móvel”³⁴: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. É definida historicamente, não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos.

Nesta busca por uma identidade para a nação recém proclamada a Capital do país, Rio de Janeiro, passa por uma grande reforma. Essa reforma do Centro da cidade foi feita com extrema eficácia e rapidez. Francisco Bicalho reconstruiu o cais do porto. Paulo de Frontin executou as obras da Avenida Central, dando início às demolições, que ficaram conhecidas como os “bota-abaixo”. Quarteirões inteiros foram arrasados, cortiços derrubados, quiosques destruídos. À população afetada diretamente pelos “bota-abaixo”, forçada a abandonar suas moradias, restava apenas três opções: ou apertavam-se nos cortiços que ficaram intocados nas áreas próximas à Avenida Central, ou subiam os morros adjacentes ou, ainda, deslocavam-se para os bairros mais distantes. Além dos transtornos evidentes, tais transformações afetaram drasticamente a população assalariada de baixa renda ao elevar o preço dos aluguéis, do custo

³⁴ HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro, DP&A, 2001, p13.

da alimentação e do consumo diário. Aqueles que se deslocaram para os subúrbios tiveram a situação agravada pelos gastos adicionais com o transporte.³⁵

Esses indivíduos por não se enquadrarem nos padrões europeus foram simplesmente eliminados dos cenários que constituíam a vitrine da República. Foram juntar-se ao "resto" da população, que por trás do cenário francês da Av. Central, formavam o Brasil real. Eles eram aquele "resto do país" que não constava do programa de governo de Rodrigues Alves e que a elite carioca gostaria de esquecer que existia. Aqui vale lembrar o que vimos no texto *“Soberania sem Territorialidade”*, de Arjun Appadurai³⁶: “(...) *na ideologia cultural do Estado-nação, a realidade do pensamento etnoterritorial demanda discriminação entre diferentes categorias de cidadãos, ainda que todos ocupem o mesmo território*”.

O texto que se segue abaixo, de um cronista do *Jornal do Commercio*, ilustra bem o abismo existente entre as camadas pobres e o governo republicano, dando pistas para se entender como se gerou uma consciência de divórcio entre a elite cidadina, cosmopolita e progressista, e o resto da população, ligada a grupos tradicionais. Trata-se das reflexões que o cronista do jornal faz em torno de dois índios aculturados do interior de São Paulo, que vêm pedir proteção e auxílio ao governo federal:

"Já se foi o tempo em que acolhíamos com uma certa simpatia esses parentes que vinham descalços e mal vestidos, falar-nos de seus infortúnios e de suas brenhas. Então a cidade era deselegante, mal calçada e escura, e porque não possuíamos monumentos, o balouçar das palmeiras afetava nossa vaidade. Recebíamos então sem grande constrangimento, no casarão, à sombra das árvores, o gentio e seus pesares, e lhes manifestávamos a

³⁵ SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*. São Paulo, Brasiliense, 1989, p. 53.

³⁶ APPADURAI, Arjun. *“Soberania sem Territorialidade: notas para uma geografia pós-nacional”*. In: *Novos Estudos*, São Paulo, CEBRAP, Novembro, 1997, p.36.

*nossa cordialidade fraternal... por clavinotes, facas de ponta, enxadas e colarinhos velhos. Agora, porém, a cidade mudou e nós com ela e por ela. Já não é a singela morada das pedras sob coqueiros; é o salão com tapetes ricos e grandes globos de luz elétrica. E, por isso, quando o selvagem aparece, é como um parente que nos envergonha. Em vez de reparar nas mágoas de seu coração, olhamos com terror para a lama bravia de seus pés. O nosso **smartismo** estragou a nossa fraternidade.*

Lembro-me sempre, por mais que eu queira esquecer, a amargura, o desespero com que pusemos os olhos rebrilhantes de orgulho naquele carro fatal, atulhado de caboclos, que a mão da providência meteu em préstito por ocasião das festas do Congresso Pan-Americano. A cabeleira de mata virgem daquela gente funesta ensombrou toda a nossa alegria. E não era para menos. Abríamos a nossa casa para convidados da mais rara distinção e de todas as nações da América. Recebíamos até norteamericanos!... Íamos mostrar-lhes a grandeza do nosso progresso, na nossa grande Avenida recém-aberta, na Avenida à beira mar, não acabada, no Palácio Monroe, uma tetéa de açúcar branco. No melhor da festa, como se tivessem caído do céu ou subido do inferno, eis os selvagens medonhos, de incultas cabeleiras metidas até os ombros, metidos com gente bem penteada, estragando a fidalguia das homenagens, desmoralizando-nos perante o estrangeiro, destruindo com o seu exotismo o nosso chiquismo.

*Infelizmente não era mais tempo de providenciar, de **tirar aquela nódoa tupinambá da nossa correção parisiense**, de esconder aqueles caboclos importunos, de, ao menos, cortar-lhes o cabelo (embora parecesse melhor a muita gente cortar-lhes a cabeça), de atenuar com a escova e perfumaria aquele escândalo de bugres metedidos... Não houve remédio senão aturar as feras, mas só Deus sabe que força de vontade tivemos de empregar para sorrir ao Sr. Root, responder em bom inglês ao seu inglês, vendo o nervoso que nos sacudia a mão quando empunhávamos a taça dos brindes solenes e engolir, de modo que não revelasse aos nossos hóspedes que tínhamos índios atravessados na nossa garganta. Foram dias de dor aqueles dias de glória. A figura do índio nos perseguia com tenacidade do*

*remorso. A sua cara imóvel interpunha-se à dos embaixadores e à nossa. As suas plumas verdes e amarelas quebraram a uniformidade negra das casacas. Broncas sílabas tupis pingavam, enodoando o primor das línguas educadas."*³⁷

O país estava, assim, clivado. Existia o Brasil oficial (aquele para inglês ver) e existia o Brasil real (aquele que se queria esconder debaixo do tapete). Ao se observar esse segundo país, por detrás da fachada de progresso e civilização, percebia-se claramente o quanto a República (apesar de todas as mudanças) trazia de continuidade em relação a tudo o que lhe antecedeu.

A sociedade, do ponto de vista da dinâmica interna, continuava a mesma. A lógica que permeava a sua estruturação ainda era extremamente excludente. O mundo do trabalho continuava de fora dos benefícios por ele gerados, mas a exclusão se fazia sentir de forma bastante brutal também em relação outros aspectos. Excluía-se parte da população de determinados espaços públicos, além de eliminar algumas de suas práticas.

A Constituição de 1891, por sua vez, dava corpo a permanência de uma definição de cidadania excludente. Embora tivesse eliminado o voto censitário, manteve todas as outras restrições. Analfabetos, menores de 21 anos, mulheres, praças de pré e frades (ou seja, 80% da população) não podiam votar. Nas eleições diretas para presidente de 1894, apenas 1,3% da população participou. Já em 1910, a porcentagem caiu para 0,9%, mas como muitos votos eram anulados, nesse ano, apenas 0,5% da população teve seus votos apurados.³⁸

O processo eleitoral, além disso, era totalmente deturpado, não passando na realidade de uma grande falácia. Fraudes, coronelismo, capangas, capoeiras eram os elementos constitutivos dos chamados "currais eleitorais", nos quais o arbítrio era a lei. Em cada estado,

³⁷ **Jornal do Comércio**. 30/03/1908, "A Semana", Apud. SEVCENKO, op. cit., p. 35-36.

³⁸ CARVALHO, José Murilo. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989, p. 85.

uma família ou grupo de famílias de latifundiários controlava o poder. O governador, os prefeitos, os deputados só eram eleitos se estivessem no esquema desses grupos. A escolha do presidente da República era um jogo de cartas marcadas pelas oligarquias paulistas e mineiras, as mais fortes do país.

Para muitos, então, as novidades, o progresso, a civilização trazida pela República nada significavam. Mal sobrevivendo nas cidades e nos campos, grande parte da população trabalhadora encontrava-se a margem de tudo o que ocorria no país oficial. A República, entretanto, devido às promessas democratizantes do movimento republicano, havia despertado o entusiasmo e a expectativa de amplos setores da população. A esperança de que o novo regime abrisse caminho para a participação popular, no entanto, foi logo frustrada. A rigidez do sistema, sua resistência em permitir, entre outras coisas, a ampliação da cidadania fez com que o encanto inicial rapidamente se esvaísse e desse origem a decepção e ao desânimo.

A estratégia era simples: as reformas tornariam o Rio uma metrópole no melhor estilo europeu – mais bonita e eficiente - e atrairiam empreendedores estrangeiros, que nesse início de século queriam distância da capital. Com eles viriam os investimentos e a mão-de-obra mais qualificada. A cafeicultura se beneficiaria. Os negócios se multiplicariam. Haveria progresso.

Segundo José Murilo de Carvalho, a composição de um Estado-Nação **moderno** só se tornou possível através de um tipo de cooptação, proporcionada, por um lado, pelas estruturas e forças sociais e políticas tradicionais do interior do país (coronelismo, capangismo) e, por outro, pela “estadania”, ou seja, pela incorporação fisiológica tanto de elementos diretamente ligados à máquina estatal (funcionários públicos e militares), quanto do "mundo da desordem" (malandros, capoeiras).

A sociedade brasileira estava, assim, cheia de contradições e paradoxos. Se havia uma forte separação de mundos (entre o mundo do progresso e o do atraso, entre o Brasil oficial e o real), por outro lado, havia a “estadania” que, ao mesmo tempo que ligava os elementos do segundo mundo ao primeiro, dava sustentação a essa mesma clivagem. Isto tudo criava um grave dilema: como representar essa nação, **moderna** de um lado, atrasada de outro?

A situação era extremamente excepcional. A cidade do Rio de Janeiro abre o século XX defrontando-se com perspectivas extremamente promissoras.

Uma verdadeira febre de consumo tomou conta da cidade, toda ela voltada para a “novidade”, a “última moda” e os artigos *dernier bateau*.

Era preciso findar com a imagem da cidade insalubre e insegura, com uma enorme população de gente rude plantada bem no seu âmago, vivendo no maior desconforto, imundice e promiscuidade e pronta para armar em barricadas as vielas estreitas do centro ao som do primeiro grito de motim.³⁹

Somente oferecendo ao mundo uma imagem de plena credibilidade era possível drenar para o Brasil uma parcela proporcional da fartura, conforto e prosperidade em que já chafurdava o mundo civilizado.

“E acompanhar o progresso significava somente uma coisa: alinhar-se com os padrões e o ritmo de desdobramento da economia européia, onde “nas indústrias e no comércio o progresso do século foi assombroso, e a rapidez desse progresso miraculosa”⁴⁰. A imagem do progresso se transforma na obsessão coletiva da nova burguesia. A alavanca capaz de desencadeá-lo, entretanto a moeda rutilante e consolidada, mostrava-se evasiva às condições da sociedade carioca.

³⁹ SEVCENKO, Nicolau, op. cit., p. 29

⁴⁰ “Editorial” *Jornal do Commercio*, 1/1/1901

Estava aberto o caminho para o desfecho inadiável desse processo de substituição das elites sociais: a remodelação da cidade e a consagração do progresso como o objetivo coletivo fundamental.

O novo grupo social hegemônico poderá exibir os primeiros monumentos votados à sagração de seu triunfo e de seus ideais. O primeiro deles se revela em 1904 com a promulgação da lei da vacina obrigatória e em 1905 com a inauguração da Avenida Central. Tais atos são o marco inicial da transfiguração urbana da cidade do Rio de Janeiro. Era a “regeneração” da cidade, e por extensão, do país, na linguagem dos cronistas da época. Nela são demolidos os imensos casarões coloniais e imperiais do centro da cidade, transformados que estavam em pardieiros em que se abarrotava grande parte da população pobre, a fim de que as ruelas acanhadas se transformassem em amplas avenidas, praças e jardins, decorados com palácios de mármore e cristal e pontilhados de estátuas importadas da Europa.

Assistia-se a transformação do espaço público, do modo de vida e da mentalidade carioca, segundo padrões totalmente originais; e não havia quem se lhe pudesse opor. Quatro princípios fundamentais regeram o transcurso dessa metamorfose, conforme veremos adiante: a condenação dos hábitos e costumes ligados pela memória à sociedade tradicional; a negação de todo e qualquer elemento de cultura popular que pudesse macular a imagem civilizada da sociedade dominante; uma política rigorosa de expulsão dos grupos populares da área central da cidade, que será praticamente isolada para o desfrute exclusivo das camadas aburguesadas; e um cosmopolitismo agressivo, profundamente identificado com a vida parisiense.⁴¹

Enquanto transcorriam as demolições, a oposição acusava o governo de só promover a construção dos palácios, deixando a população pobre desabrigada, ao passo que os

⁴¹ SEVECENKO, N., op. cit., p.30.

intelectuais e jornalistas subservientes ao poder celebravam cada demolição de cortiço como mais um passo na direção ao progresso material da cidade e moral da população.

Mas não foram só as demolições ostensivas que desabrigaram trabalhadores. A valorização e especulação com o solo (elevando o preço dos aluguéis), os novos impostos que acompanhavam o fornecimento de serviços como iluminação elétrica, calçamentos modernos, água, esgotos; a legislação municipal estabelecendo restrições e normas arquitetônicas para as construções urbanas; a proibição do exercício de determinadas profissões ou práticas econômicas (como a criação de animais domésticos, o plantio de hortas) ligadas subsistência das famílias trabalhadoras... tudo isso atuava indiretamente, como poderosa força segregadora, revolvendo, sobretudo, a área central da cidade, onde trabalhavam e residia a numerosa e heterogênea plebe carioca⁴².

A expressão “regeneração” era por si só esclarecedora do espírito que presidiu esse movimento destruição da velha cidade, para complementar a dissolução da velha sociedade imperial, e de montagem da nova estrutura urbana.

O novo cenário suntuoso exigia novos figurinos. Daí a campanha da imprensa, vitoriosa em pouco tempo, para a condenação dos mestre-de-obras, elemento popular e responsável por praticamente toda a edificação urbana até aquele momento, que foi defrontado e vencido por novos arquitetos de formação acadêmica. Ao estilo do mestre-de-obras, elaborado e transmitido de geração a geração desde os tempos coloniais, constituindo-se ao fim em uma arte autenticamente nacional, sobrepôs-se o *Art Nouveau* rebuscado dos fins da Belle Époque. Também com relação à vestimenta verifica-se a passagem tradicional sobrecasaca e cartola, ambos pretos, símbolos da austeridade da sociedade patriarcal e aristocrática do Império, para a moda mais leve e democrática do paletó de casemira clara e

⁴² BENCHINMOL., op. cit., p.288.

chapéu de palha. O importante agora é ser chic ou *smart* conforme a procedência do tecido ou do modelo.

Na luta contra os “velhos hábitos coloniais” muitos jornalistas expendiam suas energias contra os últimos focos que resistiram ao furacão do prefeito Pereira Passos, o “ditador” da Regeneração. Com a expulsão da população humilde da área central da cidade e a intensificação da taxa de crescimento urbano, desenvolveram-se as favelas, que em breve seriam alvo predileto dos “regenadores”. Campanha mais reveladora dos excessos inimagináveis a que levava esse estado de espírito foi a criação de uma lei de obrigatoriedade do uso do paletó e sapatos para todas as pessoas, sem distinção, no Município Neutro. O projeto de lei chegou a passar em segunda discussão no Conselho Municipal e um cidadão, para assombro dos mais céticos, chegou a ser preso “pelo crime de andar sem colarinho”.

*(...)Na Europa ninguém, absolutamente ninguém, tem a insolência e o depudor de vir para as ruas de Paris, Berlim, de Roma, de Lisboa, etc., em pés no chão e desavergonhadamente em mangas de camisa.*⁴³

O resultado mais concreto desse processo de aburguesamento intensivo da paisagem carioca foi a criação de um espaço público central da cidade, completamente remodelado, embelezado, ajardinado e europeizado, que se desejou garantir com exclusividade para o convívio dos “argentários”. A demolição dos velhos casarões provocou uma “crise de habitação” o que elevou brutalmente os aluguéis, pressionando as classes populares todas para os subúrbios e para cima dos morros que circundam a cidade.

⁴³ “Ça Marche”, Revista Fon Fon, 24/06/1909.

Desencadeia-se, simultaneamente, através de alguns setores da imprensa uma campanha, que se prolonga por todo esse período, de “caça aos mendigos”, visando à eliminação de esmoleres, pedintes, ébrios, prostitutas e quaisquer outros grupos marginais das áreas centrais da cidade⁴⁴. Há mesmo uma pressão para o confinamento de cerimônias populares tradicionais em áreas isoladas do centro, para evitar o contato entre duas sociedades que ninguém admitia mais ver juntas, embora fossem uma e a mesma.

*“Num dos últimos domingos vi passar pela Avenida Central um carroção atulhado de romeiros da Penha: e naquele amplo **boulevard** esplêndido, sobre o asfalto polido, contra a fachada rica dos prédios altos, contra as carruagens e carros que desfilavam, o encontro do velho veículo, em que os devotos bêbados urravam, me deu a impressão de um monstruoso anacronismo: era a ressurreição da barbaria – era uma idade selvagem que voltava, como uma alma do outro mundo, vindo perturbar e envergonhar a vida da idade civilizada... Ainda se a orgia desbragada se confinasse ao arraial da Penha! Mas não! acabada a festa, a multidão transborda como uma enchurrada vitoriosa para o centro da urbs...”*⁴⁵

Em pouco tempo e com a ajuda de alguns jornalistas e dos correspondentes em Paris, a burguesia carioca se adapta ao seu novo equipamento urbano, abandonando as varandas e os salões coloniais para expandir a sua sociabilidade pelas novas avenidas, praças, palácios e jardins. Com muita brevidade se instala uma rotina de hábitos elegantes ao longo de toda a cidade, que ocupava todos os dias e cada minuto desses personagens, provocando uma frenética agitação de carros, charretes e pedestres, como se todos quisessem estar em todos os

⁴⁴ “Dia a Dia”, Jornal do Commercio, 12/11/1900.

⁴⁵ Escrito por Olavo Bilac, para *Revista Kosmos*, outubro de 1906.

lugares e desfrutar de todas as atrações urbanas ao mesmo tempo. Já o dia não bastava para tanta excitação; era necessário invadir a noite.

A identificação com o novo modo de vida é tal que os seus beneficiários, encabeçados por um certo número de jornalistas, procuram organizar-se para garantir a sua manutenção, exigir sua extensão a todos os pontos mais distantes e mais recônditos da cidade e impedir retrocessos.

Rodrigues Alves representou a mais harmoniosa e conseqüente articulação entre a tradição do Império, os interesses da cafeicultura paulista e a finança internacional. Rio Branco por seu turno fechou esse círculo atraindo o grupo de intelectuais que agregados ao Ministério das Relações Exteriores representaram a intelligentsia do novo regime, ao mesmo tempo que consolidou toda a substância da política interna de Rodrigues Alves através de sua integração funcional no sistema internacional de forças políticas.⁴⁶

O que se notava na atuação dos primeiros presidentes civis e paulistas, bem como de todo o seu círculo político-administrativo, era o evidente esforço para forjar um Estado-Nação moderno no Brasil, eficaz em todas as suas múltiplas atribuições diante das novas vicissitudes históricas, como seus modelos europeus.⁴⁷

O analfabetismo quase absoluto da população reduziria a fumaças as pretensões de manipulação da opinião pública. Ao fim, resultava que a pretendida composição de um Estado-Nação moderno no Rio de Janeiro só se tornava viável através da sustentação, por cooptação, proporcionada pelas estruturas e forças sociais e políticas tradicionais do interior do país (coronelismo, capanguismo, voto de cabresto, voto de bico-de-pena, etc...) mais que

⁴⁶ SEVCENKO, N., op. cit., p.46.

⁴⁷ Idem, ibidem, p.47

nunca interessados em tirar partido do volume de riquezas e oportunidades condensadas pelo governo central.⁴⁸

Na condição de elevado índice de desemprego estrutural e permanente sob que vivia a sociedade carioca, grande parte da população estava reduzida à situação de vadios compulsórios, revezando-se entre as únicas práticas alternativas que lhes restavam: o subemprego, a mendicância, a criminalidade, os expedientes eventuais e incertos. Isso quando a penúria e o desespero não os arrastavam ao delírio alcoólico, à loucura ou ao suicídio.⁴⁹

Neste início de século, são freqüentes na imprensa os aplausos à perseguição policial aos bêbados e ao alcoolismo em geral, tido como fator notável de insegurança social: “assassinatos, suicídios, ferimentos, desordens, tudo produzido pelo álcool”.

Quando o Regulamento da Vacina Obrigatória passo a ser discutido e divulgado, a simples menção da invasão e derrubada dos prédios anti-higiênicos e a manipulação dos corpos por médicos e enfermeiros acompanhados de soldados foram o golpe da misericórdia: “a irritação alastrava com a violência da epidemia”. A cidade foi literalmente tomada pelos amotinados, durante três dias a população resistiu à ação conjugada da polícia, do Exército e da Marinha por todas as formas.⁵⁰

Muitos dos intelectuais brasileiros voltaram-se para o fluxo cultural europeu como a verdadeira, única e definitiva tábua de salvação, capaz de selar de uma vez a sorte de um passado obscuro e vazio de possibilidades, e de abrir um mundo novo, liberal, democrático, progressista, abundante e de perspectivas ilimitadas, como ele se prometia.⁵¹

⁴⁸ Idem, *ibidem*, p.51

⁴⁹ Idem, *ibidem*, p.59

⁵⁰ Idem, *ibidem*, p. 66

⁵¹ Idem, *ibidem*, p. 78.

Os tópicos que esse intelectuais enfatizavam como as principais exigências da realidade brasileira eram: a atualização da sociedade com o modo de vida programado da Europa, a modernização das estruturas da nação, com a sua devida integração na grande unidade internacional e a elevação do nível cultural e material da população. Os caminhos para se alcançar esses horizontes seriam a aceleração da atividade nacional, a liberalização das iniciativas (...) e a democratização, entendida como a ampliação da participação política.⁵²

Sem possuir propriamente uma nação e com um Estado reduzido ao servilismo político, o Brasil carecia, portanto, de uma ação reformadora nesses dois sentidos; construir a nação e remodelar o Estado, ou seja, modernizar a estrutura social e política do país.⁵³

2.3 – OS SENTIDOS DO “MODERNO”

Nesse contexto em que nos encontramos é importante buscar observar o que se entendia por “moderno” ou por “modernidade”. A pergunta é: o que vem a ser moderno?

A partir das últimas décadas do século XIX, idéias como novo, progresso, ruptura, revolução e outras nesta linha passam a fazer parte não apenas do cotidiano dos agentes sociais, mas principalmente, a caracterizar o imaginário, o discurso intelectual e os projetos de intervenção junto à sociedade⁵⁴.

A modernidade possui tantos sentidos quantos forem os pensadores ou jornalistas. Ainda assim, todas as definições apontam, de uma forma ou de outra, para a passagem do

⁵² Idem, *ibidem*, p.79

⁵³ Idem, *ibidem*, p.83.

⁵⁴ HERSCHMANN, M. e PEREIRA, C. A. M. (orgs.), *op. cit.*, p.14

tempo. Através do adjetivo moderno, assinalamos um novo regime, uma aceleração, uma ruptura, uma revolução do tempo. Quando as palavras “moderno”, “modernização” e “modernidade” aparecem, definimos, por contraste, um passado arcaico e estável. Além disso, a palavra encontra-se sempre colocada em meio a uma polêmica, em uma briga onde há ganhadores e perdedores, os Antigos e os Modernos. “ “Moderno”, portanto, é duas vezes assimétrico: assinala uma ruptura na passagem regular do tempo; assinala um combate no qual há vencedores e vencidos⁵⁵. A modernidade é muitas vezes definida através do humanismo, seja para saudar o nascimento do homem, seja para anunciar sua morte.

De acordo com Antony Giddens, em “*As conseqüências da modernidade*”(1991, p.11), modernidade refere-se a estilo, costume de vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do século XVIII e que ulteriormente se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência.

Os modernos têm a particularidade de compreender o tempo que passa como se ele realmente abolisse o passado antes dele. Não se sentem distantes da Idade Média por alguns séculos, mas separados dela por evoluções copernicanas, cortes epistemológicos, rupturas epistêmicas que são tão radicais que não sobrou nada mais deste passado dentro deles – que nada mais deste passado deve sobreviver neles. Já que tido aquilo que acontece é sempre eliminado, os modernos têm realmente a sensação de uma flecha irreversível do tempo, de uma capitalização, de um progresso. Mas como esta temporalidade é imposta a um regime temporal que corre de forma totalmente diversa, os sintomas de um desentendimento se multiplicam. Como Nietzsche havia observado, os modernos têm a doença da história. Quanto

⁵⁵ LATOUR, Bruno. *Jamais Fomos Modernos*. Rio de Janeiro, Ed.34,1994, p.15.

mais revoluções eles acumulam, mais eles conservam; quanto mais capitalizam, mais colocam no museu⁵⁶.

A modernidade emprega a Revolução como a lógica do tempo. Todas as revoluções trazem a idéia de que o “Amanhã” será melhor. Um marco.

As sociedades modernas são, portanto, por definição, sociedades de mudança constante, rápida e permanente. Esta é a principal distinção entre as sociedades “tradicionais” e as sociedades “modernas”. E é exatamente neste contexto que estamos. Num período em que a nação brasileira passa por uma série de mudanças, revoltas, conflitos, em busca do progresso que tanto se esbanja na Europa. Antony Giddens argumenta que “nas sociedades tradicionais, o passado é venerado e os símbolos são valorizados porque contêm e perpetuam a experiência de gerações. A tradição é um meio de lidar com o tempo e o espaço, inserindo qualquer atividade ou experiência particular na continuidade do passado, presente e futuro, os quais, por sua vez, são estruturados por práticas sociais recorrentes⁵⁷.

A modernidade, em contraste, não é definida apenas como experiência de convivência com a mudança rápida, abrangente e contínua, mas é uma forma altamente reflexiva de vida, na qual “as práticas sócias são constantemente examinadas e reformadas à luz das informações recebidas sobre aquelas próprias práticas, alterando, assim, constitutivamente, seu caráter” (ibid,pp.37-38).

Giddens (op.cit., p.6)cita em particular, o ritmo e o alcance da mudança – à medida em que áreas diferentes do globo são postas em interconexão umas com as outras, ondas de transformação social atingem virtualmente toda a superfície da terra – e a natureza das instituições modernas. Mais importante são as transformações do tempo e do espaço e o que

⁵⁶ Idem, ibidem,p.68.

⁵⁷ GIDDENS, Anthony, 1990. Apud. HALL, Stuard, Op. Cit., p.14-15.

ele chama de “desalojamento do sistema social” – a “extração” das relações sociais dos contextos locais de interação e sua reestruturação ao longo de escalas indefinidas de espaço-tempo.

“Os modos de vida colocados em ação pela modernidade nos livraram, de uma forma bastante inédita, de todos os tipos tradicionais de ordem social. Tanto em extensão, quanto em intensidade, as transformações envolvidas na modernidade são mais profundas do que a maioria das mudanças características dos períodos anteriores”⁵⁸.

Como vemos, moderno, modernidade, modernismo ou mesmo modernização são categorias específicas.

Em nosso contexto, proposto para este estudo, o Estado republicano estava preocupado em impor uma racionalidade que correspondesse às transformações sócias, econômicas e políticas ocorridas na Europa no último quartel do século XIX. A chamada segunda Revolução Industrial havia imposto uma dinâmica sem precedentes à economia européia e americana, com reflexos por todo o globo terrestre. No caso do Brasil, essas mudanças no cenário internacional foram de grande importância, pois favoreceram a aplicação de capitais estrangeiros no país, como *funding loan*, em 1898, que restaurou a situação financeira do país e viabilizou a remodelação da capital federal (reforma empreendida pelo prefeito Pereira Passos na primeira década deste século)⁵⁹.

Entretanto, não foram apenas as remessas de dinheiro que entraram no país. O Brasil do século XIX viu surgir, em seu interior um conjunto de valores e modelos que a elite dirigente desejava incorporar como referência para a sociedade. Eram inspirados no modelo puritano, ascético e europeu e ganharam corpo nas reformas sanitárias, pedagógicas e

⁵⁸ Idem, *ibidem*, p.16.

⁵⁹ HERSCHMANN, M. Op. Cit., p.26.

arquitetônicas deste século. A palavra de ordem é sintonizar-se com a Europa, ou melhor, “civilizar-se” o mais rápido possível, de modo que o país pudesse, o quanto antes, competir num mercado internacional. Assistimos, naquele momento, à procura de inovações no campo da ciência aplicada. A ciência técnica passava a ser considerada “crucial” para o “destino da nação”.

Naquele momento a necessidade era de “reformular”, “regenerar”, “civilizar” a sociedade e o país. E como referência tinha-se uma modernização “à européia”.

2.4 – AS IDÉIAS ESTAVAM FORA DO LUGAR?

As idéias de modernidade não estavam “fora de lugar”. Ao serem “importados” modelos de condutas, ideários, padrões estéticos, eles sofriam processos de ressemantizações, se adequando a lógica da cultura local.

O período que vai do último quartel do século XIX ao começo dos anos 20, no Brasil, é de profundas e rápidas transformações sociais e políticas. A abolição da escravatura em 1888 e a proclamação da República em 1889 haviam aberto o sinuoso caminho para a construção de uma nova sociedade capaz de absorver novas idéias, embora os sujeitos responsáveis pela introdução destas idéias nem sempre tenham tido o mesmo sucesso em termos da afirmação de sua hegemonia na disputa pelos espaços de poder. Saía-se do escravismo e ingressava-se no processo de construção de uma sociedade de tipo capitalista urbano-industrial⁶⁰.

⁶⁰ Idem, *ibidem*, p.11-12

O Rio de Janeiro dos primeiros anos da República era a maior cidade do país, com mais de 500 mil habitantes. Capital política ela estava em condições de ser também, pelo menos em tese, o melhor terreno para o desenvolvimento da cidadania.

Ainda que a modernização fosse apenas retórica, pois não significava uma transformação das estruturas sociais, que permaneciam extremamente arcaicas e conservadoras, ela servia como elemento de legitimação das elites. E estas legitimavam suas formas de poder.

A proclamação da República trouxe grandes expectativas de renovação política, de maior participação no poder por parte não só de contra-elites, mas também de camadas antes excluídas do jogo político. Por quase uma década o Rio seria a arena em que os destinos nacionais se decidiram. Depois da independência, era o momento de maior glória, de maior visibilidade para a capital, transformada em foco das atenções de todo o país.

Pela expectativa despertada, pelas lutas a que deram início e mesmo por razões diretamente vinculadas à política, os primeiros anos da República foram de repetidas agitações e de quase permanente excitação para os fluminenses. Os militares tinham provado o poder que desde o início da Regência lhes fugira das mãos. Daí em diante julgaram-se donos e salvadores da República, com o direito de intervir assim que lhes parecesse conveniente⁶¹.

Vale salientar que a sociedade brasileira, mesmo a dos centros urbanos, não se modificou ou aceitou as mudanças pacificamente e muito menos rapidamente. Esse Estado que se propôs orquestrar esses indivíduos, articulando-se a um saber técnico-científico, tinha diante de si uma sociedade eminentemente patriarcal e que ainda se comportava como tal. Era

⁶¹ CARVALHO, Op. Cit. ,p 22.

preciso, segundo esses especialistas/cientistas, vencer o “atraso colonial”. Era preciso promover o trabalho assalariado, o mercado, em suma, implantar um *ethos* capitalista⁶².

A reformulação do espaço urbano foi uma das estratégias adotadas pelo Estado do Rio de Janeiro, no início do século XX em busca da modernização. A cidade com sua organização físico espacial, seus rituais de “progresso” - como no caso das exposições nacionais e internacionais – passa a ter um caráter pedagógico. Torna-se símbolo por excelência de um tempo de aprendizagem, de internalização de modelos. Assim, quando estes especialistas/cientistas se propunham a reformar, a organizar, mesmo que em nível superficial, a esperança que tinham era de que essa projeção externa, pública, cidadina, pudesse atingir e orientar os indivíduos.

A sociedade, evidentemente, não respondeu homogeneamente a essas “reformas”, uma vez que a maioria da população ainda organizava suas vidas de acordo com os valores tradicionais, clientelistas, bem longe do modelo de estrutura social oferecido pelo Estado. Um exemplo de tensão que havia entre os novos valores e os velhos, tradicionais, foi a Revolta da Vacina, ocorrida em 1905. A rebelião foi a manifestação de uma população insatisfeita com uma série de medidas autoritárias que iam desde uma política deflacionária e desapropriações de imóveis na área central da capital até a “invasão da privacidade” efetuada pelos batalhões sanitários de Oswaldo Cruz, com os quais estes segmentos sociais dificilmente poderiam se identificar.

Contudo, é difícil de avaliar o impacto da proclamação do novo regime à nível da mentalidades. Entre as elites, houve a sensação geral de libertação, que atingiu não só o mundo da idéias, mas também dos sentimentos e das atitudes. A mudança parece ter sido importante, sobretudo no que se refere a padrões de moral e de honestidade.

⁶² Idem, *ibidem*, p. 22

A quebra de valores antigos também foi acelerada no campo da moral e dos costumes. Os altos índices de população marginal e de imigração, o desequilíbrio entre os sexos, a baixa nupcialidade, a alta de nascimentos ilegítimos são testemunhos seguros de costumes mais soltos⁶³.

Na virada do século XIX para o XX a palavra de ordem é “civilizar-se”, isto é, ficar em pé de igualdade com a Europa no que se refere a cotidiano, instituições, economia, idéias liberais, etc.

A sociedade brasileira, mesmo a dos centros urbanos, como a da capital – Rio de Janeiro – não se modificou ou aceitou as mudanças pacificamente, e muito menos rapidamente. Havia uma sociedade eminentemente patriarcal e que ainda se comportava como tal. Era preciso vencer o “atraso colonial”. Era preciso promover o trabalho assalariado, o mercado.

Trava-se uma luta entre dois grandes “campos” ou princípios: o progresso, a civilização, a regeneração estética e sanitária da cidade; a cidade colonial, atrasada, anti-estética, suja e doente⁶⁴.

Somente oferecendo ao mundo uma imagem de plena credibilidade era possível drenar para o Brasil uma parcela proporcional da fartura, conforto e prosperidade em que já vivia o mundo civilizado.

No Rio reformado circulava o mundo Belle Époque, fascinado com a Europa, envergonhado do Brasil, em particular do Brasil pobre e do Brasil negro. Era o mundo do Barão do Rio Branco, ministro das Relações Exteriores do Presidente Rodrigues Alves que

⁶³ Idem, *ibidem*, p.26-27.

⁶⁴ BENCHIMOL, J. L., *op. cit.*, p.205.

promoveu as reformas. Foi um período marcado especialmente pelo avanço dos valores burgueses.

O projeto de moderno era um projeto extremamente excludente. Dele estavam excluídos todos que não pertenciam à elite carioca. Lembrando aqui que ser excluído não é ser passivo, a implantação do projeto moderno no início do século XX se deu em meio a vários conflitos. Conflitos estes que adquiriram duas formas: **negociação** (forma de se “adequar” ao projeto moderno das elites) e a **resistência**.

Apesar da grande empolgação de toda a população carioca no início da implantação dos projetos de modernização na cidade, com o passar do tempo essa expectativa inicial, de maior participação na República, foi sendo aos poucos sistematicamente frustrada. Desapontaram-se os intelectuais com as perseguições do governo Floriano, desapontaram-se os operários, sobretudo sua liderança socialista, com as dificuldades de se organizarem em partidos e de participarem do processo eleitoral; os jacobinos foram eliminados. Todos esses grupos tiveram de aprender novas formas de inserção no sistema, mais fáceis para alguns, mais difíceis para outros. Os intelectuais desistiram da política militante e se concentraram na literatura, aceitando postos decorativos na burocracia, especialmente no Itamaraty de Rio Branco. Os operários cindiram-se em duas vertentes principais, a dos anarquistas, que rejeitava radicalmente o sistema que os rejeitava, e a dos que procuravam integrar-se através dos mecanismos de cooptação do Estado. Os jacobinos desapareceram de cena. Quanto ao grosso da população, quase nenhum meio lhe restava de fazer ouvir sua voz⁶⁵.

Acompanhar o progresso significava somente uma coisa: alinhar-se com os padrões e o ritmo de desdobramento da economia européia, onde “nas indústrias e no comércio o progresso do século foi assombroso, e rapidez desse progresso miraculosa”. A imagem do

⁶⁵ CARVALHO, J., op. cit., p.37.

progresso – versão prática do conceito homólogo de civilização – se transforma na obsessão coletiva da nova burguesia. A alavanca capaz de desencadeá-la, entretanto, a moeda rutilante e consolidada, mostrava-se evasiva às condições da sociedade carioca⁶⁶.

⁶⁶ SEVCENKO, Op. Cit.,p. 29.

3 - A IMPRENSA CARIOCA DA BELLE ÉPOQUE – Jornalismo Informativo e Mercado Jornalístico

A passagem do século assinala, no Brasil, a transição da pequena à grande imprensa. Muitos dos pequenos jornais, de estrutura simples, as folhas tipográficas, cedem lugar às empresas jornalísticas, com estrutura específica, dotadas de equipamento gráfico necessário ao exercício de sua função. Se é assim afetado o plano de produção, o da circulação também o é, alterando-se as relações do jornal com o anunciante, com a política, com os leitores. Essa transição começara antes do fim do século, naturalmente, quando se esboçara, mas fica bem marcada quando se abre a nova centúria. Está naturalmente ligada às transformações do país, em seu conjunto, e, nele, à ascensão burguesa, ao avanço das relações capitalistas: a transformação na imprensa é um dos aspectos desse avanço; o jornal será daí em diante, empresa capitalista, de maior ou menor porte. O jornal como empreendimento individual, como aventura isolada, vai desaparecendo nas grandes cidades. Será relegado ao interior, onde sobreviverá, como tal, até os nossos dias. Uma das consequências imediatas dessa transição é a redução no número de periódicos. Por outro lado, as empresas jornalísticas começam a firmar sua estrutura, de sorte que é reduzido o aparecimento de novas empresas. Acontece ainda, particularmente nas fases de inquietação política – as sucessões presidenciais principalmente – mas em dimensões muito mais reduzidas do que no século XIX. É agora muito mais fácil comprar um jornal do que fundar um jornal; e é ainda mais prático comprar a opinião do jornal do que comprar o jornal⁶⁷.

No início do século, procurava-se construir o Rio de Janeiro como capital de uma nova institucionalidade: a República. Igualando-a a uma idéia chave de progresso, o novo

⁶⁷ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. 4ª ed., Rio de Janeiro, Mauad, 1999, p. 275 e 276.

significava a reafirmação dos valores da classe dominante, onde a restauração era a palavra chave. Negando o atraso colonial, criava-se uma polaridade que opunha Império à República e Unidade à Progresso, identificando-se o último conceito a idéia de Ordem. Construía-se ética positiva do trabalho, higienava-se a sociedade, urbanizava-se, para ser civilizado. Construía-se o Rio como capital do Progresso e, dessa forma, como capital da República.

Neste Rio de Janeiro, capital de uma República com um simbolismo e uma especificidade extremamente peculiares, a imprensa cumpria o papel indispensável de unificar o discurso dominante, tornando-o legível para os demais grupos sociais. Nesse sentido, alguns jornais mais importantes, mesmo seguindo linhas editoriais diversas ou sendo claramente adversários, igualavam-se na difusão de uma ideologia – a do progresso – fomentando, ao mesmo tempo, o processo de disciplinarização.

Parte da imprensa condenava o mestre de obra, a serenata, fazia eco contra as favelas, os quiosques, desaprovava as carroças e carrinhos de mão, os restaurantes populares e os cães vadios. Também criticava aqueles que, sem motivo, estivessem nas vias públicas, fossem adultos ou crianças. Longas campanhas em favor da caça aos mendigos, visando a eliminação de ébrios, pedintes, indigentes e prostitutas nas áreas centrais da cidade, tomavam conta dessas publicações⁶⁸.

Ao elaborar suas mensagens os jornais criavam uma auto-identidade que se percebia como uma auto-construção. Para afirmação dessa institucionalidade era preciso criar discursos válidos que afirmassem a nova ordem, mas também legislassem sobre ela. Aos discursos médico-higienista, jurídico, político, deve-se agregar como básico o da imprensa, que passa a aliar ao texto impresso à veracidade da fotografia e à crítica das caricaturas ou à “reprodução”

⁶⁸ BARBOSA, M., op. cit., p.30.

da realidade contidas nas ilustrações. Promovendo campanhas, esses periódicos unificavam os vários discursos da sociedade, em busca de um ideal de progresso e civilização⁶⁹.

A imagem do poder também estava presente nos textos impressos, difundindo muitas vezes uma idéia de eficiência. Por outro lado, fazer-se compreender era fundamental para os grupos dominantes. E para isso não bastava a imposição de normas sociais nas ruas: era preciso um discurso que unificasse normas, padrões e valores a serem incutidos ou disseminados. E a imprensa buscava cumprir essa missão.

Esse sistema de comunicação – que constituíram os jornais diários da cidade – possuía um importante papel na formação de um discurso unificado, onde se inclui a definição da idéia de nação sob a ótica das normas urbanas. É dessa forma que devem ser entendidos os textos dominantes nos jornais sobre modernização, higienização, nacionalismo, patriotismo, entre outros temas, onde se interpretava o desenvolvimento sob a perspectiva da ordem e do progresso que leva adiante o poder⁷⁰.

Na virada do século há na sociedade uma nova forma de se fazer jornal e os periódicos assumem um novo papel na sociedade. A imprensa busca uma nova configuração em fórmulas editoriais e políticas e participa então do jogo de poder e prestígio necessário à conquista de novos leitores.

Criava-se um novo jornalismo, que teve profundas repercussões junto à sociedade e junto ao grupo que diretamente participava desse processo: os jornalistas.

Esse novo jornalismo fez mudanças no padrão editorial, onde o artigo de fundo até então tinha o maior destaque. Agora os textos pretendiam, sobretudo, informar com isenção,

⁶⁹ Idem, ibidem, p. 11.

⁷⁰ Idem, ibidem, p.11

neutralidade, imparcialidade e veracidade, sobre a realidade construída no dia-a-dia dessas publicações. Foi um período de transição para a imprensa também.

O processo de modernização, ocorrido nas últimas décadas do século XIX, permitiu que novos grupos fossem introduzidos nesse verdadeiro império das letras existentes na cidade. Com o crescimento de três setores – a educação, o jornalismo e a diplomacia – assiste-se à introdução de outras formas de normatização e à inclusão de processos ordenadores para redefinir a face urbana desses espaços. Com isso, a imprensa se constitui na mais notória e abrangente ampliação letrada dessa modernização. Com ela, formam-se os novos leitores, consumidores potenciais de jornais e revistas, que se disseminam a partir de então.

A edição ganhava um novo caráter: o sentido de ordenar a sociedade. Os jornais diários possuíam a função indispensável de disseminar normas e comportamentos padronizados junto às camadas letradas e também junto às não letradas da população. Como uma teia a palavra impressa traçava suas ramificações, formando conceitos, difundindo-os, enfim, normatizando a própria sociedade.

No momento em que se dava também a efetiva ampliação da cidade letrada no processo de modernização do Rio de Janeiro – mesmo considerando-se o grande número de analfabetos – pode-se perceber que a palavra impressa era capaz de influenciar não apenas os grupos dominantes, mas também os excluídos da sociedade. A cidade era o receptáculo das fontes européias, a partir das quais se constituía a sociedade civilizada. Através da educação pelas letras – valorizada ao extremo – transformava-se o “território selvagem” em urbano e civilizado, impondo-se novas normas. Nesse sentido, as instituições, dominadas por esses letrados, eram os instrumentos obrigatórios para o estabelecimento e conservação da ordem.

Passando a ter um teor de verdade, a palavra impressa se igualava às leis, às normas, aos regulamentos que, também impressos, eram elementos ordenadores da sociedade. Dessa forma, o que vinha impresso nos jornais se identificava com a verdade e ganhava, em consequência, muitas vezes o poder libertador.

Neste período verifica-se a formação de uma língua oficial, que reproduzia uma nova forma de pensar a sociedade, e os jornais participavam, assim como a escola, do processo de elaboração, legitimação, imposição e difusão de uma língua oficial, enquanto instituições. Reforçamos aqui que o fato de produzir esse discurso confere à imprensa o exercício de um poder sobre a língua e sobre os que a utilizam.

Da mesma forma, o corpo de profissionais que produz e monopoliza o uso legítimo da língua – onde se inserem os jornalistas de forma ampla – merece uma distinção nas relações entre as classes⁷¹.

Oriundo em grande número das faculdades de Direito, esse profissional que iria ocupar cargos de prestígio ou simplesmente ser redator e repórter nos jornais diário, fazia na maioria das vezes da profissão um patamar para alcançar posições políticas ou situações de estabilidade financeira, participando da burocracia estatal. Ser repórter e ser redator era, sobretudo, através do prestígio que o lugar conferia e das relações que possibilitava, “cavar” um cargo público ou ingressar na política e na diplomacia.

Na verdade, nas redações existiam três grupos claramente distintos: os jovens estudantes que ocupavam cargos subalternos na hierarquia dessas empresas, sendo inicialmente revisores, repórteres policiais e passando a seguir a repórteres especializados; o secretário, subsecretário e redatores; e os colaboradores.

⁷¹ Idem, *ibidem*, p.8.

Os que ocupavam cargos superiores nessa hierarquia – secretários e redatores – eram geralmente os mais experientes na profissão. Já os colaboradores podiam ser políticos ou profissionais liberais que, através dos artigos publicados, procuravam alcançar a notoriedade almejada. Assim, era comum nas empresas jornalísticas a colaboração gratuita de deputados, senadores, médicos, advogados, juízes e outros, que faziam do jornal um meio de divulgação pessoal. Não se pode esquecer também os literatos mais famosos.

A figura do repórter é produto das mudanças que ocorreram nos jornais a partir de 1880. Com a separação do trabalho, tanto a nível industrial, quanto intelectual nas redações, há a delimitação de tarefas, criando-se uma divisão entre redatores e repórteres. Tanto no primeiro caso, quanto no segundo há uma especialização.

De 1900 em diante, os jornais tomaram um caráter menos doutrinário, sacrificando os artigos em favor do noticiário e da reportagem. Facultando trabalho aos intelectuais, aos escritores, pediam cada vez menos colaboração literária – crônicas, contos e versos – e cada vez mais reportagem, noticiário, trabalho de redação.

Outra questão que precisa ser mais bem compreendida é a da absorção dos homens de letras pelos jornais. Esses literatos, se por um lado, pretendiam assim aumentar o seu poder de ação social sobre as camadas urbanas, por outro lado, ao vender o produto de seu trabalho ao periódico, ganhavam notoriedade e participavam igualmente do jogo de manipulação e poder que esses jornais ofereciam.

Na verdade, ao fazerem da pena um meio de vida, de projeção e de conquista do poder, utilizando muitas das vezes em proveito próprio, esse grupo, que constituía o circuito literário da cidade, instituíam instrumentos essenciais para estabelecer a ordem e conservá-la, através da normatização dos comportamentos.

O desenvolvimento do sistema de produção de bens simbólicos, onde se inclui o jornalismo – área de atuação de intelectuais que ainda não encontraram seu lugar na política e nas profissões liberais ou que acharam em função do prestígio que conferia trabalhar nesta profissão – é paralelo ao processo de diversidade do público.

Ser jornalista era, pois, uma marca distintiva emblemática que, ao mesmo tempo, conferia a esses agentes o poder da nomeação, imposição de uma visão de mundo, que atua conferindo poder⁷².

Assim, os estudantes ou jovens recém-saídos das escolas superiores, a maioria das vezes a Faculdade de Direito, buscavam se tornar jornalistas. Essa aspiração era, na verdade, uma estratégia prática e simbólica, cujo ganho era a própria nomeação. Muitos desses profissionais – os que exerciam com distinção profissões liberais – chegavam mesmo a trabalhar sem qualquer remuneração nesses periódicos, em nome de ocupar uma posição de prestígio.

Com a função de normatizar, de divulgar as idéias dominantes, os jornalistas criavam e desenvolviam as necessidades do público, transformado filosoficamente em leitores e vistos, a partir do estabelecimento dos jornais como empresas, também como elementos de natureza econômica.

Cooptados pelas classes dominantes, esses intelectuais produziam uma mensagem visando a criação de um consenso, cujo fim último era perpetuar a dominação da classe. Exemplares, nesse sentido, são as campanhas e as mensagens veiculadas pelos diferentes jornais. Muitas vezes com linhas editoriais diferentes e públicos aparentemente diversos, os diários possuíam uma identidade de conteúdo de suas mensagens.

⁷² .Cf. BOURDIE, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989, p. 146-153.

É possível distinguir, em relação a esses produtores de bens simbólicos, dois tipos distintos: o jornalista que buscava no jornal a possibilidade de ascensão na escala social de forma a conquistar o seu lugar na política ou que dividia a profissão com uma outra liberal, fazendo do jornalismo o lugar do reconhecimento e uma boêmia literária, onde se incluem os escritores consagrados ou não, e que virão na profissão a possibilidade de alcançar notoriedade, se afirmando enquanto literatos. Há que considerar ainda o grupo dos dirigentes desses jornais.

Mas não era apenas a capacidade de informar que se passava no mundo que dava a esses veículos o seu poder. O fato de ser capaz de transmitir a informação, ou seja, uma capacidade de saber, ao mesmo tempo em que produzia uma língua legítima, no sentido de reconhecida, conferia igualmente essa aura simbólica. Produzindo um discurso digno de ser aplicado, isto é, oficializado, aumentavam ainda mais sua área de atuação de poder.

Na virada do século, a imagem transformada em letras impressas nos jornais oferecia ao meio social uma representação adequada da verdade. As diferenças entre ficção impressa e as suas relações com o acontecimento passam a ser extremamente tênues. Para que a narrativa fosse acreditada como verídica multiplicavam-se as provas de sua autenticidade. Nos diários eram os boletins fixados à porta ou à própria notícia transformada em letras impressas. Nas revistas eram, sobretudo, as imagens transfiguradas em fotografias.

O jornal passa a ser usado como arma polêmica e também através das novas técnicas tentava se popularizar. Popularizar significava valorizar o grotesco, o violento, as matérias policiais. Essa valorização, muitas vezes levada ao extremo, fazia com que os fatos policiais, as tragédias do cotidiano, as catástrofes fossem, de fato, o assunto principal. Popularizar significava se transformar também no intermediário entre público leitor e o poder.

Cria-se um novo jornalismo, com profundas repercussões na sociedade e junto aos grupos que participavam mais diretamente desse processo. Essa nova fórmula editorial incluía edições de notícias policiais, que passavam a tomar mais e mais os espaços dos periódicos, até mesmo na primeira página, até então destinada aos assuntos políticos, de reportagens, de entrevistas. O artigo de fundo perde terreno para as crônicas e para a crítica literária que ocupam lugar de destaque nas primeiras páginas dos diários. A técnica introduziu novas máquinas de compor, de imprimir e, posteriormente, de escrever e fotografar.

Os jornais mudam o seu conteúdo, a forma como editavam as notícias e o teor das informações. A foto publicada ao lado do texto procurava dar tom de veracidade e, ao mesmo tempo, construir uma das representações possíveis dessa sociedade.

As novas técnicas de impressão e edição tinham permitido o barateamento extremo da imprensa. O acabamento mais apurado e o tratamento literário e simples das matérias fizeram com que seu consumo cotidiano pelas camadas alfabetizadas se tornasse obrigatório. Cria-se uma verdadeira “opinião pública” urbana, que ansiava pela orientação dos homens de letras que preenchiam as redações.

Esses intelectuais, por outro lado, vendo seu poder de ação social aumentado, ansiavam por levá-lo às últimas conseqüências, desejando exercer uma tutela sobre extensa faixa de público, o que se traduziria em poder de fato⁷³.

A imagem mitificada que a imprensa passou a ter para o público leitor, fazia com que a profissão de jornalista se transformasse em um verdadeiro mito social. Nesse contexto, o jornalista era associado a múltiplas interpretações: podia ser o interlocutor privilegiado, o intermediário eficaz, o polemista demolidor, assumindo ora a faceta de conspirador, ora imagem de salvador. Independente da posição de classe que ocupavam – muitos eram

⁷³ BARBOSA, M.. op. cit.,p. 85.

advogados –esses jornalistas que estavam no comando das empresas jornalísticas – havia identidades entre eles no que se refere à condição de classe – eram praticamente todos originários de famílias bem sucedidas economicamente, de origem agrária ou urbana.

A imagem construída do jornalismo e dos jornalistas ganha, pois, o contorno de um verdadeiro mito político. A introdução de um novo jornalismo significou a conquista de um público mais amplo.

As mudanças desses periódicos devem ser também entendidas como uma fórmula adotada para participar de um processo mais amplo de modernização da sociedade, com todas as suas decorrências. Ao inserir e ao difundir esses mitos, os veículos aumentavam a sua identidade com os grupos que pretendiam ou efetivamente representavam.

Ao pensar as mudanças gráficas e editoriais desses jornais – onde se destaca a inclusão de grandes ilustrações e fotografias, a criação das manchetes de página, a diminuição das entrevistas, os destaques às reportagens, notadamente as de caráter sensacionalista; o isolamento dos textos opinativos dos informativos, entre outros – tentaremos buscar entender, ao mesmo tempo, o sentido dessas inovações. Era o momento em que os diários cariocas se constituíam como empresas jornalísticas.

Expressar opiniões e formular conceitos era possuir, de fato, um poder. Através das letras impressas transformadas em verdades inquestionáveis, esses veículos eram propagadores de idéias, formadores de consenso em torno dessas mesmas idéias.

Tal como o advogado, o jornalista procura agir como árbitro das questões políticas. Para isso assumia o papel de denunciador. A sua tribuna era o jornal e a audiência o público leitor.

Os jornais se constituem em verdadeiras fábricas de notícias e passam, junto com outras instituições da sociedade civil, a formular e sedimentar ideologias. Entre essas construções destacam-se as próprias considerações em torno da visão do jornalismo na sociedade carioca e da imprensa.

Construindo-se como lugar da imparcialidade, da neutralidade, os jornais serão a própria extensão da verdade, na medida em que representavam a sociedade. O que vinha impresso em suas páginas se transformava, *a priori*, em documento⁷⁴.

No Rio de Janeiro, o jornalismo passou, pois, por um momento de muita transformação. Do ponto de vista da impressão, as inovações técnicas permitiram a reprodução de ilustrações e fotos e uma maior rapidez no processo de produção. Do ponto de vista editorial, os jornais mudaram o teor das notícias publicadas e a forma como estas eram distribuídas nas páginas. A valorização do caráter imparcial do periódico levou a criação de colunas fixas para a informação e para a opinião, ao mesmo tempo em que se privilegiou a edição de notícias informativas, em detrimento da opinião. O artigo de fundo passou a ter um lugar determinado, não se confundindo com as colunas informativas.

O que vinha escrito nos jornais passava a ser identificado com a verdade, servindo como prova. Mas não era apenas essa a representação simbólica da palavra impressa. A imagem transformada em letras oferecia ao meio social uma identificação com a imparcialidade, com a objetividade, com a neutralidade. Por outro lado, esses periódicos se autoconstruíam como uma instância de intermediação entre o público leitor e a sociedade política.

⁷⁴ BARBOSA, M.. op. cit., p. 34.

Através da técnica, o jornal procurava atingir um maior número de leitores. Passaram então a valorizar o grotesco, o violento, as notícias policiais. Essa valorização, levada ao extremo, fazia com que esses temas fossem os assuntos principais.

Paralelamente, há que se considerar a representatividade que essa imprensa passou a ter no imaginário popular. Expressar conceitos e opiniões era, de fato, possuir poder. Assim, através do que imprimiam – transformando em verdade inquestionável – esses veículos seriam, sobretudo, propagadores de idéias e formadores de consenso em torno dessas mesmas idéias.

Ficção e realidade se misturaram no início da República. Tanto num domínio, como no outro, a evidência de que os jornalistas – fossem eles dirigentes ou não – possuíam um capital simbólico suficientemente expressivo para participar do jogo de poder, permitiam a imprensa ocupar esse lugar de criadora de uma realidade.

O jornalista como um produtor de bens simbólicos encarnava a pessoa do “criador”, produzindo uma originalidade que enfocava principalmente a vida social. Produtor de mensagens para a “pessoa do leitor”, transformava-se num verdadeiro formador de conceitos, normas e padrões permitidos e cuja vulgarização era necessária.

3.1 - JORNAL DO COMMERCIO: UMA VISÃO CONSERVADORA

Jornal carioca, diário, fundado em 1º de Outubro de 1827 por Pierre René François Plancher de La Noé. Mantendo em seu título a grafia original *Jornal do Commercio*, é um dos mais antigos órgãos de imprensa da América Latina ainda em atividade. Durante toda sua

existência, pautou-se por uma orientação conservadora tendo como traço marcante o apoio a todos os governos (do Império à República).

No início, mesmo já sendo uma empresa sólida e de prestígio, tinha uma tiragem pequena, em torno de 15 mil exemplares. Era lido apenas pela elite econômica e cultural: comerciantes, alta administração, aristocracia cafeeira etc.

Quando do lançamento do *Jornal do Commercio*, Plancher restringiu-se aos assuntos comerciais, econômicos e marítimos (noticiando as chegadas e saídas de navios, compras e vendas de escravos etc.). Com quatro páginas de 21cm de largura por 30cm de altura em nota de 17 linhas, o novo órgão informava na primeira página:

“Esta folha exclusivamente dedicada aos senhores negociantes conterà diariamente tudo o que diz respeito ao comércio, tanto em anúncios, como em preços correntes exatos de importação e exportação, entrada e saída de embarcações etc.”

Pierre Plancher – um bonapartista fervoroso – exilara-se da França, fugindo da Restauração. Em Paris, tinha sido dono de uma editora, que publicava as obras de Benjamin Constant, Voltaire, Chateaubriand de Talleyrand e outros. No Brasil, abriu uma livraria na Rua do Ouvidor e começou a editar algumas obras. Em 1824, fundou um pequeno jornal, o *Spectador Brasileiro*, que durou até 1827, ano do aparecimento do *Jornal do Commercio*⁷⁵.

Um ano após seu aparecimento, entretanto, Plancher resolveu imprimir ao *JC* uma orientação mais ampla, incluindo na sua cobertura os assuntos de política e literatura. Plancher trouxe de seu país a técnica e a experiência jornalística, fixando padrões de

⁷⁵ RIBEIRO, Ana Paula Goulart, op. cit., p. 86.

qualidade a serem adotados por toda a imprensa. O jornal foi mais de 60 anos dirigido por franceses, que experimentavam aqui, quase simultaneamente, todos os processos inventados em Paris⁷⁶.

O *Jornal do Commercio* passou por algumas administrações até que em 1890 o jornal foi vendido a José Carlos Rodrigues, considerado um dos homens mais poderosos no início da República. Nova orientação foi dada ao jornal: as seções foram ampliadas, dilatou-se o noticiário, com o intuito de torná-lo mais abrangente, sem deixar de ser “o verdadeiro defensor das classes conservadoras do Brasil”⁷⁷. Após 25 anos, J. C. Rodrigues vendeu o jornal a um antigo auxiliar da empresa, o comendador Antônio F. Botelho.

As inovações técnicas também foram marcantes a partir de então. Ainda na década de 1890 é o primeiro jornal no Brasil a importar máquinas linotipos e um dos pioneiros da América do Sul a utilizar uma rotativa, o que representou uma maior rapidez o processo de produção.

No início do século possuíam três máquinas impressoras Marinoni, capazes de imprimir de uma única vez entre oito e 16 páginas, num total de 10 mil exemplares por hora. Havia ainda duas máquinas menores que podiam imprimir duas ou quatro páginas, com tiragem de 12 mil exemplares por hora. A oficina de obras possuía sete máquinas. O jornal tinha ainda uma oficina para fundir, uma para laminar o fio, outra para laminar entrelinhas e a última para cortar espaços de corpo 5 a 14⁷⁸.

Nas primeiras décadas do século XX, embora se modernizasse em termos de equipamento gráfico e estrutura empresarial, o jornal não mudou seu conteúdo e não adotou

⁷⁶ BARROS, Antônio T. M. *A contribuição da Ciência da Administração no desenvolvimento do jornal-empresa*. Niterói, Tese de livre docência, IACS,/UFF,1975, p.10.

⁷⁷ *Jornal do Commercio. Edição comemorativa do primeiro centenário do Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro,1928, p.632.

⁷⁸ BARBOSA, M. Op. cit., p.56.

as inovações de outros impressos, como o uso de gravuras ou o noticiário de esportes. Ao iniciar-se os anos 1900, o *Jornal do Commercio* havia introduzido algumas modificações, sem, entretanto, abandonar o estilo eminentemente opinativo, com uma mancha gráfica que ocupava toda a sua extensão, sem a valorização da ilustração ou outros recursos gráficos. Era editado em 8 colunas, com 272 linhas em cada uma e invariavelmente em corpo 7.

Sem a pretensão de ser um jornal popular, o *Jornal do Commercio* fazendo questão de acentuar o seu trânsito entre a classe dominante – orgulhava-se de ser “o jornal das classes conservadoras, lido pelos políticos, pelos homens de negócios, pelos funcionários graduados” – era o periódico mais caro do Rio de Janeiro⁷⁹. Isso, entretanto, não invalidava a estratégia empresarial de fornecer brindes aos seus assinantes.

Na primeira página publicavam, habitualmente, os Telegramas, reproduzindo as notícias divulgadas pela Agência Havas e por seus correspondentes nacionais e internacionais (possuíam correspondentes em Paris, Lisboa, Roma, Buenos Aires, além de outros locais da Europa e da América); a Gazetilha, coletânea das notícias mais importantes do dia, e o Folhetim, que ocupava todo o rodapé desta página. Na Gazetilha dava igual destaque às notícias nacionais as mais diversas, enviadas pelos correspondentes, às notas teatrais e a um ou outro caso de polícia. Ao contrário dos periódicos mais populares da cidade, não destacava os dramas cotidianos, os crimes passionais, as tragédias diárias. O noticiário policial era introduzido invariavelmente com um pequeno título em corpo 12, onde resumia em uma palavra, o tema principal da notícia.

Em 1900, passaram a editar pequenos anúncios na primeira página, sob o título Avisos Especiais. Introduziram também uma nova coluna Hontem, onde reproduziam o

⁷⁹ Ao considerarmos o *Jornal do Commercio* como um periódico conservador, estamos nos referindo não apenas a sua recusa em adotar inovações gráficas e editoriais, revolucionárias na época, como as caricaturas e fotografias, a ênfase ao texto mais informativo, entre tantas outras, mas também ao fato de estar sempre alinhado com os grupos que estavam no poder, jamais abandonando essa postura.

resumo das principais notícias internacionais e nacionais, que podiam ou não ser complementadas na Gazetilha ou nos Telegramas.

As habituais 10 páginas do jornal eram compostas ainda pelas seguintes seções: Várias Notícias, seção onde se destacavam pequenas notas de cunho político e de grande popularidade, as Notas de Sciencia, de Arte e de Lazer, de Teatro e Música, o Sport, Associações, Notícias Religiosas, Revista dos Estados, Parte Judiciária, Conselho Municipal e os Atos Oficiais da Prefeitura e da Brigada Policial. Publicavam ainda as notícias e notas de interesse do poder ou que eram pagas previamente na sua coluna mais polêmica: Publicações a Pedido.

Propriedade da firma Rodrigues & Cia., o *Jornal do Commercio* cresceu, mas manteve seu estilo vindo do Império, conservando o grande formato cm dez a 12 páginas de 73cm de altura por 54cm de largura – maior que a altura de alguns jornais de hoje -, colunas bem mais largas do que as atuais matérias de grande extensão. Lido por homens de negócio, políticos, altos funcionários e a elite carioca, tratava-se então de empresa sólida, prestigiosa, com redação à Rua do Ouvidor, número 95. A influência do jornal cresceu ainda mais durante o governo de Campos Sales. Neste período, o jornalista Tobias Monteiro, que representou o jornal na viagem que o presidente da República fez à Europa, acabou por tornar-se seu secretário.

Quando da abertura da Avenida Central em 1904, o prefeito Pereira Passos insistiu com José Carlos Rodrigues, então na direção do jornal, para que o *Jornal do Commercio* mudasse de endereço, que fosse para a “nova artéria” – assim chamada a Avenida Central quando da inauguração. O prefeito então reservou para a empresa um terreno na esquina da rua do Ouvidor, onde Rodrigues ergueu um imponente prédio de seis andares, inaugurado a 1º de outubro de 1908.

Em 1909 a empresa lançou uma edição vespertina, o *Jornal da Tarde*.

Se por um lado, não houve grandes mudanças editoriais no mais tradicional periódico, as seções e colunas, introduzidas em profusão, permitiram a explosão das pequenas notícias, tornando-o mais fácil de ser lido. Por outro lado, o jornal passou – tal como os seus concorrentes – a valorizar as reportagens⁸⁰.

3.2 - CORREIO DA MANHÃ: NASCE UM JORNAL DE OPOSIÇÃO

O primeiro número do *Correio da Manhã* circulou em 15 de Junho de 1901, um sábado. O mais novo matutino carioca surgiu num momento em que o Brasil encontrava-se mergulhado em problemas herdados de um passado colonial, com uma economia incipiente e a maior parte da sua renda no exterior. Ele surge embalado pela febre da modernização e de mudanças de natureza empresarial e editorial que tomavam conta do jornalismo. Fundado por Edmundo Bittencourt, caracterizou-se, desde o início, como um jornal de oposição extremamente virulento.

A galeria das personalidades mais conhecidas no jornalismo era, de modo geral, a mesma das personalidades mais conhecidas da política e da literatura. Companheiro de escritório de Rui Barbosa, seu colaborador em *A IMPRENSA* e correligionário da Campanha Civilista, Edmundo Bittencourt levou para o *Correio da Manhã* nomes como Medeiros e Albuquerque, Carlos de Laet, José Veríssimo, Alberto de Oliveira, Leão Veloso, Afonso Celso, Coelho Neto, Evaristo de Moraes e Artur Azevedo. Na época, governava o país o Presidente Campos Sales.

⁸⁰ BARBOSA, M., op. cit., p.60.

O *Correio da Manhã* surgia num momento em que o jornalismo carioca era acusado de estar, quase todo, a serviço do governo, sem independência e sem voz. Frequentes denúncias de suborno, além de uma subvenção regular, paga com dinheiro público, afetavam e comprometiam grandes jornais. A posição do *Correio da Manhã* era contra as oligarquias, contra as forças governamentais que se distanciavam dos direitos do povo. Naquele 15 de junho DE 1901 o editorial de Edmundo Bittencourt : “*Compromisso com a verdade / Um jornal de opinião*” , dizia a que vinha:

“Poucas palavras e muita sinceridade, porque desta coluna estamos escrevendo para o povo.

O Correio da Manhã não tem nem terá jamais ligação alguma com partidos políticos.

(...) jornal que propõe, e quer deveras defender a causa do povo, do comercio e da lavoura, entre nós, não pode ser um jornal neutro. Há de, forçosamente, ser um jornal de opinião e, neste sentido, uma folha política.

(...) Mas desta política, desapaixorada e nobre, só uma imprensa francamente independente pode se ocupar.

(...) O povo está cansado, o povo sente que lhe ocultam a verdade, e que transformam até seus clamores em uma antífona sacrílega de aplausos. O povo quer a verdade, ele compreende que só ela salva e redime, embora às vezes fira. E hoje. Mágoa é dizê-lo, todo o programa de um jornal, sincero e independente, pelo qual o povo anela, se pode resumir nestas palavras: dizer a verdade.

É para dizê-la que aqui estamos”.

De fato, declarando-se isento de qualquer tipo de compromisso partidário, o *Correio da Manhã* apresentou-se como o defensor “da causa da justiça, da lavoura e do comércio, isto é, do direito do povo, de seu bem-estar e de suas liberdades”. Em outro nível, o jornal causou grande impacto por sua independência da situação, vindo “romper com os louvores de Campos Sales”, então presidente da República. Finalmente outra característica do *Correio da Manhã* no momento de sua fundação foi a sua aproximação com as camadas menos favorecidas da sociedade⁸¹.

A primeira campanha levada a efeito pelo jornal foi contra o aumento no preço das passagens dos bondes da Companhia São Cristóvão, o que traduzia esse interesse pelo direito da população menos favorecida. Desde o primeiro número, o *Correio* fez também campanha contra os jogos de azar e denunciou os funcionários públicos que extorquiam dinheiro dos comerciantes. Além disso, o jornal também dava destaque em suas páginas às passeatas e movimentos coletivos.

O oposicionismo do *Correio da Manhã* foi visto pelo próprio jornal em edições comemorativas posteriores como o “Combate ao controle do poder pelas oligarquias que tentaram durante a Primeira República deter o país num estágio agrícola de produtor e exportador de matérias-primas e importador de manufaturas”⁸².

O *Correio* revolucionou o jornalismo ao valorizar a informação em detrimento da opinião. As notícias policiais, o cotidiano dos grupos populares, as reportagens, as entrevistas assumem um lugar de destaque. Por outro lado passou, a valorizar mais a crônica, ligada a temas do cotidiano, do que o próprio folhetim - romance em forma de fragmentos -, impresso no rodapé de uma página de seu interior.

⁸¹ ABREU, Alzira A. de (coordenação)... (et al.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-30*. Ed. FGV/CPDOC, RJ, 2001, p. 1625.

⁸² Idem, ibidem, p. 1626.

Seu primeiro número tinha seis páginas: três de notícias e três de anúncios. Com uma tiragem de cerca de 30 mil exemplares e grande popularidade entre seus leitores, o *Correio da Manhã* firmou-se como um dos maiores matutinos cariocas do início do século. Seu público, no início, era composto por representantes da pequena burguesia urbana, basicamente pelo escalão médio da administração, por militares, comerciantes, professores e donos de pequenas empresas.

A redação era na antiga Rua Moreira César 117 (a atual Rua do Ouvidor), no Centro do Rio. Passou depois pelo Largo da Carioca 13, até chegar a seu endereço definitivo, na Gomes Freire 471.

O novo matutino era impresso inicialmente em oito páginas, com oito colunas em cada uma. A primeira continha sempre o artigo de fundo, de cunho opinativo, sobre política, literatura ou economia. As outras colunas eram A Política, assinada por Gil Vidal, o pseudônimo do advogado Leão Veloso Filho, ex-redator do Jornal do Brasil e agora, redator-chefe do novo periódico; Hontem, tratando do dia-a-dia do presidente da República, além de reportagens-denúncias. A segunda página trazia os artigos policiais, os telegramas com o noticiário internacional e o Correio do Theatro. A terceira era dividida entre as informações sociais, militares e acadêmicas (na coluna Vida Acadêmica). Já a quarta página trazia informações sobre o comércio, as finanças e o esporte. Enquanto que as outras quatro páginas restantes eram ocupadas por anúncios.

As estratégias editoriais, redacionais e administrativas do *Correio da Manhã* para se tornar um jornal popular atravessaram toda a primeira década do século e revolucionaram o jornalismo de até então. Ainda no primeiro mês de funcionamento, adicionaram às seções já existentes, Vida Acadêmica, uma coluna destinada a dar informações mais completas sobre o movimento da academia, e Vida Operária, tratando de fatos das associações de trabalhadores.

Nesse mesmo mês já haviam iniciado Pelos Subúrbios, publicando notas diversas sobre os bairros servidos pela Estação Ferroviária Central do Brasil e arredores e seus moradores, iniciando uma prática que será também comum no periódico: inserir as reclamações dos leitores⁸³.

A coluna Pelos Desprotegidos, iniciada em 13 de agosto de 1901, trazia além de cartas avulsas de leitores, algumas assinadas e outras não, editava-se as queixas dos habitantes da cidade, recebidas pessoalmente ou por carta, intermediando assim pedidos ao poder público.

O *Correio da Manhã* procurava noticiar não apenas os fatos políticos e policiais de última hora, mas também as grandes festas populares e os acontecimentos cotidianos da cidade, como por exemplos: durante todo o mês de fevereiro abria a coluna Momo para descrever amplamente o carnaval carioca; as freqüentes inundações causadas pelas chuvas de verão; as pequenas e grandes tragédias eram valorizadas em seu noticiário; no mês de outubro publicava com detalhes informações sobre a Festa da Penha; em novembro abria espaço nas primeiras páginas para noticiar a “romaria” aos cemitérios da cidade, entre outros eventos.

Mas não era só a vida da cidade do Rio de Janeiro que ganhava espaço em suas páginas. Em dezembro de 1901 foi inaugurada a seção Pelo Telégrafo, para publicar informações do Brasil e do mundo. E anunciavam que as informações telegráficas e internacionais iam ser “da mais completa perfeição”. Com isso, “(...)os nosso leitores ficarão assim a par de todo movimento nas grandes capitais e conhecedores das modificações que se dão na política internacional”⁸⁴.

Não só no ponto de vista redacional pode-se perceber as inovações introduzidas com a intenção de se conquistar novos leitores e aumentar a comercialização dos espaços

⁸³ BARBOSA, M. , op.cit.,p.39.

⁸⁴ Correio da Manhã, 2 jan.1902, p.1.

publicitários, mas também no que diz respeito ao aspecto gráfico as mudanças se tornam evidentes já no primeiro ano do jornal.

“O material tipográfico será completamente transformado à fim de que o Correio da Manhã em todos os pontos corresponda às exigências de um jornal moderno, cuidando também com apuro da parte estética”⁸⁵.

Essas inovações não só foram observadas no uso de uma tipografia mais rebuscada, mas ainda no ano de 1902, o *Correio da Manhã* começou a publicar as primeiras fotos na capa e em seu interior. A ilustração passava a integrar a própria notícia com a publicação de fotografias retratando ainda melhor as matérias. A primeira fotografia fora publicada na coluna Correio dos Teatros, em 30 de novembro.

Anunciando cada uma dessas transformações que o levaria a ser “um órgão de publicidade eminentemente moderno, leve, atraente, interessado e variado”, o jornal não poupava esforços no sentido de conquistar mais leitores.

“Recentemente nosso diretor esteve na Europa estudando progressos da imprensa do velho continente(...)recebemos material tipográfico, artístico completo, que rivaliza com a das melhores folhas parisienses (...) e assim vai o público pela primeira vez no Rio de Janeiro ver na imprensa diária, ao mais lindos espécimes de caracteres ‘art nouveau’, a última palavra em material tipográfico europeu”⁸⁶.

⁸⁵ Correio da Manhã, 2 jan. 1902, p.1.

⁸⁶ Correio da Manhã, 14 jun. 1901, p.1.

Todas essas transformações são ainda maiores a partir de 1905. Nesse ano, além de publicar extensas reportagens, verdadeiras crônicas do cotidiano da cidade, abusava da transcrição integral de documentos e deslocava a crônica literária para o lugar do artigo de fundo. O *Correio da Manhã* passava a ser fundamentalmente um jornal informativo nos dias de semana e literário aos domingos⁸⁷.

Se as estratégias redacionais e editoriais introduzidas pelo mais novo matutino carioca foram inúmeras, não menos numerosos foram os recursos administrativos e empresariais utilizados para conquistar um público cada vez mais amplo e heterogêneo. Afinal, desde o seu primeiro número o *Correio da Manhã* pretendia ser:

*“(...) uma folha livre que vai se consagrar com todo o ardor e independência à causa da justiça, da lavoura e do comércio – isto é, a defesa dos direitos do povo, do seu bem estar e das suas liberdades”*⁸⁸.

O *Correio da Manhã*, fundado pelo advogado e ex-colaborador de Rui Barbosa, Edmundo Bittencourt fora desde o início caracterizado como um jornal de oposição ao Governo. E como jornal de oposição empreendeu uma virulenta campanha contra Campos Sales - que esteve na presidência até 1902. Em função disso, teve sua publicação suspensa em 19 de novembro de 1904, só voltando a funcionar em 15 de dezembro do mesmo ano, mesmo assim tendo que conviver diariamente com um censor na sua redação.

No que diz respeito a custos, o jornal era considerado um dos mais baratos da cidade, custando o exemplar avulso 100 réis, e como o objetivo era conquistar cada vez mais leitores, deveria ser um produto de venda fácil. À política de venda barata do periódico, ao lado dos

⁸⁷ BARBOSA, M., op. cit., p.40.

⁸⁸ *Correio da Manhã*, 15 jun. 1901, p.1.

anúncios a preços reduzidos, somavam-se os brindes oferecidos pelo jornal em datas especiais, como um livro no final do ano.

Assim, o *Correio da Manhã* que naquele 15 de junho de 1901 tirava três mil exemplares da sua primeira edição numa velha máquina impressora, orgulhava-se, já em 1903, de imprimir 30 mil exemplares, que eram distribuídos pela Cidade, pelo Estado e por outras unidades da federação.

O *Correio* era liberal, inovador e posicionava-se quase sempre a favor das medidas em prol do saneamento e da modernização da Cidade do Rio de Janeiro, porém discordava com frequência das medidas adotadas pelos governantes para a realização da modernização. Em 1904, foi contra a vacinação obrigatória, “o monstruoso projeto” de Oswaldo Cruz no governo de Rodrigues Alves. Reportagens, editoriais e charges comparavam a medida sanitária a um meio de esmagar a liberdade individual.

“O governo arma-se desde agora para o golpe decisivo que pretende desferir contra os direitos e liberdade dos cidadãos do país. A vacinação e revacinação vão ser lei dentro em breve, não obstante o clamor levantado de todos os pontos e que foi ecoar na Câmara dos Deputados através de diversas representações assinadas por milhares de pessoas.”⁸⁹

Essa atitude do *Correio da Manhã* diante da vacinação obrigatória refletia a posição do jornal frente a um fenômeno mais amplo, o do desenvolvimento urbano-industrial do Rio de Janeiro verificado sob o governo Rodrigues Alves. Assim como as medidas de saneamento, a remodelação da cidade, iniciada em 1903 tendeu a atingir, sobretudo os setores mais desfavorecidos da sociedade. Um artigo assinado por Gil Vidal chamava a atenção para o fato de que, embora a vacinação conta à varíola fosse obrigatória para todos, “(...)o todo é

⁸⁹ *Correio da Manhã*, 07 out. 1904.

composto por partes diferentes... Criado ou empregado de residência particular, empregado de negociante, operário de fábrica, operário de oficina, são os casos em que a admissão no emprego está condicionada à apresentação do atestado de vacina... Para os poderosos e para os amigos do governo não haverá, entretanto, vacinação obrigatória.”.

Não se empolgou também com as solenidade comemorativas da inauguração da Avenida Central, atual Avenida Rio Branco, como mostra o editorial “Luxo e Miséria”⁹⁰, de 16 de novembro de 1905:

“(...) A inauguração, apesar do número de pessoas presentes, esteve fria.

(...) O povo, divorciado por completo das festanças e pagodes oficiais, não teve uma aclamação, não teve um viva, para o presidente da República(...).

(...) O dinheiro do contribuinte foi esbanjado, foi desperdiçado em indenizações vergonhosas em que abarrotou a advocacia administrativa, foi distribuído em negociatas e arranjos. (...)”

Aproximadamente 10 anos após o aparecimento da sua primeira edição, o *Correio da Manhã* havia mudado quase que por completo. Nos dias de semana, o artigo de fundo, crítico e que colocava em destaque a campanha oposicionista do jornal no momento, ainda era assinado por Leão Veloso Filho (redator-chefe que usava o pseudônimo Gil Vidal), mas era por vezes substituído pelo Registro Literário, de Osório Duque Estrada. A política dominava outras colunas, ao lado de Pingos e Respingos, escrita por Bastos Tigre, em substituição a Antonio Sales, desde 1904. Na página dois, Pelo Telégrafo ocupava agora quatro colunas e destacava as notícias de São Paulo ao lado de outras do exterior. Na página três, notas do

⁹⁰ Estaremos nos detendo ainda mais neste tipo de texto, para uma análise mais minuciosa, no capítulo 4 deste nosso trabalho.

cotidiano, a Crônica Policial, que substituíra Pela Polícia e nas Ruas e o Correio dos Teatros. Pelos Subúrbios passou a se chamar Correio Suburbano, ao lado de Reclamações, que não sofrera alterações. Na página quatro a coluna Terra e Mar, com notícias do Exército, da Marinha, do Corpo de Bombeiros e da Força Policial, dividia o espaço com as notas das Associações e do Dia Social. Na seguinte, o Comércio, Vida Mineira, Notícias de Portugal e Vida Acadêmica, que não havia mudado muito. Na sexta, os Avisos o Indicador, foi criado em 1903, e a Biblioteca do Correio da Manhã, onde reproduzia, sob a forma de livro, duas páginas a serem recortadas de um romance/folhetim e que, ao final, se encadernadas, virariam uma brochura tradicional. As quatro seguintes eram ocupadas com pequenos e grandes anúncios. Invariavelmente, o jornal era editado com 10 páginas. Ressaltando que aos domingos ela era impresso em 14 páginas e assumia uma feição mais literária⁹¹.

⁹¹ BARBOSA, M., op. cit.,p.43.

4- ANÁLISE

Neste momento nosso objetivo se volta para a análise dos textos publicados nos dois grandes jornais que nos propomos a estudar, o *Jornal do Commercio* e o *Correio da Manhã*. A análise poderá nos fazer perceber melhor o quanto a estrutura dos discursos e o contexto pelo qual estavam sendo produzidos tais discurso estariam refletindo a realidade que cada um dos jornais optou por construir.

Realizaremos a análise comparativa de dados, ou melhor, de textos, a fim de identificarmos as diferentes posições que os dois jornais - propostos para estudos nesta pesquisa - tomaram durante a inauguração da Avenida Central, no Rio de Janeiro em novembro de 1905. Por serem jornais de grandes nomes no mercado jornalístico do período e por adotarem posturas distintas diante do mesmo episódio (a inauguração da Avenida), esperamos assim dar uma visão mais ampla de como a imprensa estaria contribuindo para a construção de uma identidade para a sociedade da época.

Nessa direção, essa pesquisa nos aponta para uma centralidade que o papel da linguagem e do discurso nos permitem a construção do social. Sendo assim, a linguagem não é mais concebida como um meio transparente e neutro de representação da realidade mas, está também articulada com nossos conhecimentos e compreensões do mundo social que, necessariamente, se vinculam à própria forma como nomeamos esse mundo. Esse processo de nomeação não significa mero reflexo da realidade que existiria “lá fora”; esse processo produz, constitui e conforma o que chamamos de realidade. O discurso, nesse caso, constitui-se em uma das formas de luta social em torno da construção e da imposição de significados sobre o mundo.

Sob esse enfoque, seguindo Hall⁹², foi preocupação deste estudo mostrar que a identidade nacional e social resulta e depende da carga de investimento e de identificação com um ou outro conceito sobre o que pertence ao patrimônio cultural nacional do que seja ser brasileiro/a nesta nação. Com isso, tivemos através das pesquisas feitas, nos jornais propostos neste nosso estudo, a oportunidade de percebermos como os discursos conseguem transpor os embates sociais. Sob esse enfoque, o significado constitui-se através do discurso compreendido como um “lugar” de embates entre as formas de organização social e os sistemas de signos para a produção desses, ou melhor, o significado constitui-se a partir da interação entre os enunciados presentes em um determinado discurso e o contexto onde tal enunciado fora produzido.

Buscamos com a análise dos discursos investir também na realização de uma análise histórica das condições políticas de possibilidade dos discursos produzidos e postos em circulação pela mídia impressa.

Assim, é possível pensar que para que esses saberes postos em circulação pela imprensa possam funcionar boas formas de descrever o Brasil, os brasileiros e as brasileiras, é indispensável a adoção de algumas práticas de linguagem que os fazem operar positivamente ou que os apresentam de determinado modo para que possam fazer sentido estando de acordo com os valores de uma determinada época; bem como, são indispensáveis alguns processos de legitimação social, para que eles atuem na formação de um consenso que, desse modo, funcione como “verdade”.

Como já vimos, os dois jornais aqui propostos para estudos – *Jornal do Commercio* e *Correio da Manhã* – seguiam linhas editoriais distintas. Enquanto o *Jornal do Commercio* adotava um apoio ao governo o *Correio da Manhã* dizia-se o defensor dos mais fracos e

⁹² HALL, Stuart. Op. Cit, p.38.

oprimidos, dando voz à classe menos favorecida da sociedade. Partindo dessas premissas é previsto então que encontremos discursos bem diferentes em cada um deles.

Acreditamos que a análise do discurso só tem sentido se permite ao analista dar conta de como se tece nos discursos a teia das contradições da realidade social onde se travam as lutas sociais diárias, e só tem sentido quando nos ajuda a perceber o discurso como lugar de passagem de coisas que estão acontecendo fora dele.

A intenção é perceber como tais jornais noticiaram a inauguração da Avenida Central. Esperamos que com o uso da metodologia da Análise de Discursos possamos avaliar os processos de produção e divulgação dos discursos no interior da sociedade.

A análise de discursos procura descrever, explicar e avaliar criticamente os processos de produção, circulação e consumo dos sentidos vinculados aos produtos culturais empíricos criados por eventos comunicacionais na sociedade. A análise de um texto jornalístico impresso, por exemplo, tomará como ponto de partida o texto publicado, associando-o, a partir de certas pistas materiais que podem ser encontradas em sua superfície mesma, isto é, na mistura de linguagem verbal, imagens e padrões gráficos que o constitui, às práticas socioculturais no interior das quais surgiu e costumam ser chamadas de *contexto*. Como sinônimo de contexto, emprega-se com frequência a expressão *condições sociais de produção* ou apenas *condições de produção* ⁹³.

Levar em consideração o momento que a sociedade brasileira vivia é de suma importância para a compreensão do texto a ser analisado, por isso optamos inicialmente por uma contextualização, antes de iniciarmos nossa análise. Costuma-se dizer que a relação entre os textos e a sociedade/cultura deve ser pensada dialeticamente. A produção, a circulação e o

⁹³ PINTO, Milton José. *Comunicação e discurso: introdução à análise de discursos*. -2º ed.- São Paulo, Hackeer Editores, 2002, p.7-8.

consumo dos textos também constituem a sociedade e a cultura, de um modo que pode ser tanto transformativo como reprodutivo, e a análise não pode separá-los. Esta relação, ou este controle, não são nunca mecânicos. Não se pode pensar a causalidade em ciências humanas e sociais da mesma forma como é pensada pelas ciências da natureza⁹⁴.

Devemos estar atentos na análise do discurso também a diversos fatores externos ao corpo do texto. Como neste trabalho a nossa preocupação está voltada, em especial, ao papel da imprensa na construção de uma identidade (ou de múltiplas identidades) numa sociedade que estava participando da reconstrução da cidade do Rio de Janeiro, não devemos nos afastar das ideologias e formas de poderes que eram vigentes na época. Segundo Norman Fairclough⁹⁵, a análise de discurso preocupa-se não apenas com relações de poder no discurso, mas também com a maneira como as relações de poder e a luta de poder moldam e transformam as práticas discursivas de uma sociedade ou instituição.

A linguagem está sendo entendida como um lugar de atualização das forças sociais, onde através de rituais de luta, o sentido se produz e se desloca constantemente na dinâmica de funcionamento discursivo. Analisar os processos através dos quais o jornalismo seleciona e semantiza os acontecimentos é, portanto, também analisar a dinâmica através da qual ele se instituiu em relação a outros campos (como o literário e o político)⁹⁶.

O que se busca é uma análise de discurso que focalize a variabilidade, a mudança e a luta: variabilidade entre as práticas e heterogeneidade entre elas como reflexo sincrônico de processos de mudança histórica que são moldados pela luta entre as forças sociais⁹⁷.

⁹⁴ Idem, *ibidem*, p.44.

⁹⁵ FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília, UnB, 2001.

⁹⁶ RIBEIRO, Ana P..G., op. cit., p.17.

⁹⁷ FAIRCLOUGH, Norman. Op. cit, p.58.

O que nos propomos aqui realizar é analisar comparativamente textos dos jornais do período que estamos estudando, no intuito realmente de comprovar o quanto os discursos empregados na imprensa refletiam o perfil que se criava para a sociedade da época, que construía então a sua identidade nacional. Os textos escolhidos visam mostrar os diferentes posicionamentos da imprensa perante o mesmo evento: a inauguração da Avenida Central no Rio de Janeiro em novembro de 1905. Propositalmente, até para que pudéssemos realizar uma análise comparativa entre os textos, delimitamos o mesmo período para análise das matérias – de 13 à 20 de novembro – publicadas no *Jornal do Commercio* e no *Correio da Manhã*.

É importante também ressaltar que mantivemos a grafia original das palavras, na época empregadas, para respeitarmos a originalidade dos textos.

Assim como já mencionado anteriormente, o *Jornal do Commercio* era considerado um jornal conservador e que dava apoio ao governo vigente, aprovando os projetos de modernização da Cidade e difundindo a idéia de progresso. Já o *Correio da Manhã* era tido como um jornal que dava voz à parte menos favorecida da população, considerado um jornal de oposição ao governo. Com base nestas considerações analisaremos os textos abaixo, pesquisados na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

O texto a seguir foi publicado pelo *Jornal do Commercio* em 14 de Novembro de 1905, uma terça-feira. Foi publicado numa seção chamada “Avenida Central”, na quinta coluna, (dentre as nove que constituem a diagramação), na parte inferior da segunda página do jornal.

“Conforme estava anunciado, realizar-se-há amanhã a inauguração official da Avenida Central. O acto revestir-se-há de toda a solenidade, assistindo a elle o Chefe da Nação, os Secretários de Estado, as altas autoridade civis e militares.

Para maior brilho dessa festa muito concorrerá o facto de coincidir com a inauguração o anniversario da proclamação da Republica; a parada das forças de mar e terra, em commemoração da festiva data, realizar-se-há este anno na nova via publica.

Desde hontem que alli se trabalha activamente com o fim de serem ultimados os preparativos da festa de amanhã.(...)

A impressão geral das pessoas que hontem concorreram á Avenida foi muito contraria do que cada um esperava ter. Nos últimos dias, á rota dos aparelhos de iluminação collocados, não faltou quem dissesse que a luz seria demais; muito ao contrario se notou hontem que são de pouca intensidade as lâmpadas electricas collocadas nos postes centraes, o que apenas os candelabros de gaz satisfazem as necessidades e as expectativas do publico.(...)

A hora em que se realizou hontem a experiência da luz, era extraordinário o numero de pessoas que percorriam a Avenida do Passeio Publico á Prainha. A festa de amanhã obedecerá o seguinte programma: ...”

Ainda no mesmo dia e no mesmo jornal, em uma outra seção, agora na seção “*Varias Noticias*” também encontramos uma nota a respeito na inauguração que estava prevista. O texto encontrava-se localizado na terceira coluna, agora no meio da terceira página, com mais destaque. É importante levar em consideração, inclusive, que nesta seção era onde se destacavam pequenas notas de cunho político e de grande popularidade, e isso faz-nos salientar que chamaria mais a atenção de quem possuísse o hábito de fazer a leitura do *Jornal do Commercio* já que ocupava um lugar de maior destaque.

“Hontem uma parte considerável da população desta capital percorreu a Avenida Central, cujo calçamento ficara concluído (salvo nos passeos lateraes) e de cuja iluminação se fez á noite experiência.

É justo que consignemos aqui a excelente impressão que todos tiveram dessa visita á nova rua, desatravancada dos materiaes de construção que alli se amontoavam, já limpa e em condições de ser entregue ao transito.

Da rua de Santa Luzia á Prainha, durante as primeiras horas da noite, houve um movimento, que não se podia presumir e uma alegre animação que em, raros dias de festa temos visto nas nossas ruas.

É com verdadeiro prazer que em tão curto prazo, vemos coroados de êxito os intelligentes esforços com que os Srs. Drs. Lauro Muller e Paulo de Frontin contribuíram para dar á idéia do embellezamento da cidade, consignada no programma do actual Presidente da Republica.”

Neste segundo texto podemos observar um número bastante expressivo de qualificação à obra na Avenida Central, tais como: “*excelente impressão*”, “*alegre animação que em, raros dias de festa temos visto*”, “*É com verdadeiro prazer que em tão curto prazo*”, “*intelligentes esforços*”, “*embellezamento da cidade*”. Esse tipo de adjetivação reforça a aprovação do *JC* com relação aos governantes e suas atitudes, o que naturalmente viria a refletir nas considerações feitas por seus leitores. Construindo assim uma idéia de aprovação pelas iniciativas do governo com relação à construção da Avenida Central.

O termo “*embellezamento*”, ainda neste segundo texto publicado pelo *Jornal do Commercio*, tem enorme ressonância no discurso propagandístico da época. Designa mais do que a imposição de novos valores estéticos, a criação de uma nova fisionomia arquitetônica para a cidade. Encobre, por assim dizer, múltiplas “estratégias”⁹⁸. A erradicação da população trabalhadora que residia na área central, projeto debatido desde meados do século passado; a mudança de função do centro, atendendo – num plano mais imediato – aos

⁹⁸ BENCHIMOL, J. L., op. cit., p.228

interesses especulativos que cobiçavam essa área altamente valorizada e – num plano mais geral – às exigências da acumulação e circulação do capital comercial e financeiro; razões ideológicas ligadas ao “desfrute” das camadas privilegiadas; razões políticas decorrentes de exigências específicas do Estado republicano em relação àquela cidade que era a sede do poder político nacional.

Já no *Correio da Manhã*, na mesma data, 14 de novembro, encontramos na seção “Luxo e Miséria” localizada na primeira página, na terceira coluna (dentre as sete existentes na primeira página do *Correio da Manhã*), o seguinte texto:

“A gente pobre, a gente que trabalha e que fôrma quase toda a população desta cidade, por ahi caminha a pé, muitas vezes sem o nickel cobrado pela Light and Power, que a serve mal e fora de horas. A luta diária mal dá para a subsistência e pagamento dos impostos.

Ao lado, porém, dessa multidão de sofredores, apparece o grupo dos felizes, dos que gozam. Enquanto uns arrastam a miséria pelas sargetas outros ostentam o luxo e a riqueza.

A comissão da Avenida Central ainda agora mandou buscar no estrangeiro um automóvel para correr a nova artéria no dia 15 de Novembro. Deviam embarcal-o no Cordillère, que chega hoje a esta capital. A carga, porém, desse paquete estava completa e o automóvel parecia condemnado a não assistir á festa da Republica.

O nosso dinheiro é, porém, largo e a fatura com que os despendem dá bem para os mais requintados caprichos de um nababo. Foi alugado um Sud Express especial, que levou o automóvel a Lisboa, onde o embarcaram no Clyde, que deve também entrar hoje no nosso porto.

Imagina-se agora quanto vae sair do nosso bolso só para a comissão da Avenida ter o prazer de percorrel-a em automóvel.

E para que não haja dificuldade alguma na Alfandega, hontem mesmo o ministro da fazenda concedeu a isenção de impostos que lhe foi solicitado.

Que belleza!”

Neste texto publicado pelo *Correio da Manhã* podemos observar a intenção de um protesto pelos gastos gerados pela obra da Avenida Central inicialmente pela seção onde fora publicado o texto: “Luxo e Miséria”. O contraste no nome da seção já transcreve a necessidade de expor a indignação pelas diferenças sociais dentro de uma mesma sociedade. Em diversos momentos do texto fica clara a intenção de protesto com os gastos realizados nos preparativos da inauguração que aconteceria no dia seguinte à esta publicação em contrapartida ao sofrimento vivido por grande parte da população. Exemplos: “*A gente pobre, a gente que trabalha e que fôrma quase toda a população desta cidade, por ahi caminha a pé...*”, “*Ao lado, porém, dessa multidão de sofrendores, apparece o grupo dos felizes, dos que gozam. Enquanto uns arrastam a miséria pelas sargetas outros ostentam o luxo e a riqueza*”, “*O nosso dinheiro é, porém, largo e a fatura com que os despendem dá bem para os mais requintados caprichos de um nababo*”, e ainda utilizando os pronomes na primeira pessoa do plural: “*Imagina-se agora quanto vae sair do nosso bolso...*”; o que vem reforçar a idéia de ser um jornal feito para o povo e pelo povo. Essa utilização da terceira pessoa do singular é marca forte para se dizer participante da mesma classe, aqui em especial à classe menos favorecida, aquela que ganha pouco e não usufruiu dos prazeres e luxo que a riqueza pode proporcionar.

E ainda na finalização deste mesmo texto o jornal ainda reforça a crítica às atitudes do governo ao mencionar a isenção de impostos concedida pelo governo na entrada de um automóvel importado em nosso País para o desfile na inauguração da avenida. Finaliza o texto com uma exclamação que exprime, no contexto, um certo ar de ironia: “*Que belleza!”*.”

Ainda no *Correio da Manhã*, da mesma data, nos deparamos na mesma primeira página, agora na sexta coluna, com a seguinte nota:

“Há nesta capital duas escolas-modelo; uma chama-se Tiradentes e a outra Rodrigues Alves. Estes dois patronos foram escolhidos por um critério de amor aos contrastes.

- O Tiradentes sacrificou a vida por amor á Republica; e o Rodrigues Alves sacrifica a vida da Republica por amor a si próprio.

Para o civismo dominante nesta época que ocorre a escola Rodrigues Alves é a verdadeira escola-modelo”.

Como pode-se observar há exatamente neste segundo texto a crítica ao governo de Rodrigues Alves. Como o próprio jornal já menciona pregar desde seu discurso da primeira edição em 15 de junho de 1901:

“O Correio da Manhã não tem nem terá jamais ligação alguma com partidos políticos.

(...) jornal que propõe, e quer deveras defender a causa do povo, do comercio e da lavoura, entre nós, não pode ser um jornal neutro. Há de, forçosamente, ser um jornal de opinião e, neste sentido, uma folha política...”

Fazendo aí mais uma vez uma crítica ao governante e dando a entender que esta não seria a melhor maneira de se governar uma República, ou seja, sacrificando-a.

Apesar de ser uma breve nota, a mesma ocupando espaço de destaque na primeira página do jornal, possivelmente reforçaria ainda mais o quanto o *Correio da Manhã* se colocava de oposição. O jornal que se colocava como defensor dos direitos do povo não

aceitava que a República viesse a ser “sacrificada” por caprichos de seus governantes. E ainda nesta mesma edição lança a seguinte nota, sem título, na primeira página:

“ A Avenida Central vae ser feericamente iluminada; é o que póde suppor vendo a profusão de candelabros que estendem os braços de um extremo a outro da grande arteria.

Mas o dr, Theophilo de Almeida tira nos desta doce illusão, apenas a quinta parte dos bicos da Avenida será accesa nos dias communs; o resto servirá apenas para fazer figuração.

Não resta duvida que é uma luminosa idéa, luminosa.”

Continua, nesta nota, o *Correio da Manhã* a realizar suas críticas às atividades em torno da inauguração, agora criticando o fato de que todo o dinheiro gasto com a iluminação da avenida não seria, na verdade, visto por quem passasse pelo local, tendo em vista que *“apenas a quinta parte dos bicos da Avenida será accesa nos dias communs; o resto servirá apenas para fazer figuração”*.

O que também observamos é o número de notas que o *Correio da Manhã* publica em torno do mesmo fato para realmente reforçar ao máximo sua oposição. O que não podemos esquecer é que este jornal não se diz “contra à inauguração da Avenida Central”, como destacaremos num texto um pouco mais adiante, mas se coloca contrário aos gastos realizados para tal obra uma vez que grande parte da população seria excluída desta “grande festa de inauguração”. Segundo o *Correio da Manhã* esta seria uma festa de uma parte da sociedade detentora de bens e luxo e que essa não seria toda a população da Cidade do Rio de Janeiro: *“Enquanto uns arrastam a miséria pelas sargetas outros ostentam o luxo e a riqueza”*.

Já na data da inauguração da Avenida Central o *Jornal do Commercio* lança na segunda coluna da segunda página, na parte inferior da página, na seção “Criança roubada, hoje – Na Avenida” a seguinte matéria:

“Se não for impossível arranjar uma meia dúzia de homens com as rudimentares noções do que seja um serviço de policia: (a bella cavallhada da dita militar deve ser dispensada na grande artéria, salvo quando os Pratas-Preta quizerem fazer cá fora a sua Republica).

- *Para os beccos! Para as ruas sujas!*

- *Fora da Avenida!...os immundos doceiros de tabuleiro; as quadrilhas de molecotes, com os seus inoffensivos brinquedos; as <<camisetas>> de meia sem manga e mesmo com manga, embora limpas; <<os pé no chão>> e todos os mãos hábitos e costumes que só o Rio supporta. Vejam se também roda o deprimente <<burro sem rabo>>, mesmo calçado. E os vendedores de jornaes, que alli estão junto aos postes com os seus sujos barbantes e bancos de taboas de caixão de kerosene!*

Mas tudo isso feito sem escândalo, sem provocar o carioca <<não póde>>, disfarçadamente, como quem não quer a cousa.

Completem a obra, benmeritos da Avenida.”

Neste discurso, texto, apresentado pelo *Jornal do Commercio* fica bastante clara a intenção de “limpar” a cidade para República. Excluir àqueles que não deveriam participar do evento da inauguração mas sem que se chamasse muito a atenção. Inclusive pede-se cautela se for necessário usar da força policial para expulsar os doceiros de tabuleiro, que são definidos como “*immundos*”, as crianças das ruas, aqui denominados: “*as quadrilhas de molecotes, com os seus inoffensivos brinquedos*”, inclusive aqueles que não estivessem de sobrecasacas – que era a moda de Paris – “*as <<camisetas>> de meia sem manga e mesmo*

com manga, embora limpas; e completa generalizando que os demais excluídos da burguesia que também fosse deixados à distância : “e todos os mãos hábitos e costumes que só o Rio supporta. Vejam se também roda o deprimente <<burro sem rabo>>, mesmo calçado. E os vendedores de jornaes, que alli estão junto aos postes com os seus sujos barbantes e bancos de taboas de caixão de kerosene”. Reflete a ideologia de que não era uma festa para todos e que aqueles que não fossem bem-vindos, mas que insistissem em permanecer na Avenida, que fossem retirados pela polícia, sem causar tumultos, para não chamar muito a atenção.

Enquanto isso, o *Correio da Manhã* na data de 15 de novembro lança ainda suas críticas ao modo como foi feita a reforma na avenida. Até elogia a melhora que a nova avenida trará à Cidade do Rio, porém faz suas críticas a forma como o poder público fez para realizar tamanha obra. O texto a seguir foi publicado na primeira página do jornal, na seção “A Avenida”, na sexta coluna da página.

“Ao povo carioca vae ser hoje franqueada oficialmente a Avenida Central, depois de cortadas as fitas do ceremonial pelo presidente da Republica.

Não resta duvida que a nova artéria representa um grande melhoramento para esta cidade que, há longo annos, vivia suffocada nas estreitas viellas de casas acaçapadas e anti-estheticas. A Avenida vae franquear a ventilação ao grande centro commercial ao mesmo tempo que dar uma nota de progresso.

O modo, porém, por que foi levado a effeito esse empreendimento, há de merecer eternamente a condemnação dos espíritos sensatos, que, acima da satisfação de vaidades, collocam o bem estar geral e mais do que isso, o respeito e a moralidade que devem presidir os negócios públicos.

Si é certo, que as nossas condições não permitiam sacrificios de tal monta, feito que foi elle, deveria ser aproveitado com o amor e o escrúpulo imposto pelo compromisso que se representavam. Isso porem, não

aconteceu. O dinheiro do contribuinte foi esbanjado, foi desperdiçado em indenisações vergonhosas, em que se abarroto a advocacia administrativa, foi distribuído em negociatas e arranjos.

Em todo o caso a Avenida está prompta, depois de corrigidos os erros apontados e cuja emenda não custou poucas parcellas ao Thesouro.

O povo que sofre e calcula o quanto terá ainda que pagar, pelo melhoramento inaugurado, não poderá gozar todo o esplendor da Avenida Central, mas em compensação, o governo e a comissão constructora mandaram alugar, á custa do erário publico, os carros existentes no Rio de Janeiro, para, percorrendo a nova artéria, dar mostras de uma grandeza que não existe.”

O texto que se segue, foi publicado em 16 de novembro no *Jornal do Commercio*. Iniciando na primeira página, exatamente na nona coluna ao lado direito do jornal e continuando na página dois nas duas primeiras colunas.

"Raras vezes um acontecimento publico terá attrahido a uma extensa área da cidade mais gente do que a inauguração da Avenida Central attrahio hontem desde pela manhã á zona urbana, vulgarmente conhecida pelo nome de "centro". É evidente que a affluencia maior se localizou na nova via de comunicação, mas todas as transversaes entre o largo de S. Francisco e o Rocio, de um lado, o largo do Paço e a rua Direita, do outro, foram, desde as 7 horas da manhã, outros tantos carreiros por onde se agitou num fluxo continuo e animado um dos mais vastos formigueiros humanos que a actual geração será dado presenciar.

O facto demonstra o grande interesse da população pelo importante melhoramento que o actual Governo lega á Capital do paiz. Esse interesse apressamo-nos em dizel-o, é de todo justificado. O estrangeiro que visitar agora a nossa Capital ja tem na Avenida um bello exemplo do progresso material que o Rio de Janeiro se sente resolvido a realizar. Está de vez

morta a exclusividade de seducção que a natureza, e só ella, exercia sobre quantos estranhos nos visitavam. Subsistirá sempre a seducção das bahias, das arvores e dos morros, mas a Avenida já prova que estamos resolvidos a construir outras joias que nós mesmos fabriquemos sem nos limitarmos tão sómente a exhibir aquellas em que de modo algum trabalhamos.

Foi porque o animava esta mesma convicção, que o povo durante toda a manhã e parte da noite se escoou constantemente entre os dous flancos da Avenida em ondas compactas que só cessaram depois das dez da noite, ante a necessidade imperativa do descanso.

O tempo não quiz collaborar com a população na consagração do melhoramento novo, mas, considerada a verdadeira avalanche humana que com dia feio encheu a Avenida, quasi se pode abençoar o acaso do tempo, pois sem elle o estadio na nova arteria principal da cidade se teria tornado intoleravel. Ao demais, ante a má vontade do tempo, os cariocas souberam encolher desdenhosamente os hombros. As senhoras, ás janellas dos prédios já concluidos, em palanques improvisados no arcabouço dos em construção, ou pelas ruas chapinhando na lama aristocratica da grande rua elegante, pareciam affirmar que esse documento de progresso valia bem o holocausto de um vestido, de elevado preço que fosse. Do lado dos homens, uma ou outra cartola foi naturalmente votada á perdição, como tributo expontaneo á commemoração grandiosa. Os proprios soldados, marcises e serenos, pareciam elles proprios indifferentes ao gottejar da chuva sobre ou dourados e alamares das fardas e deram á Avenida a nota sympathica da sua presença (...)

As famílias em bando percorreram constantemente a Avenida e por sob os guarda-chuvas abertos era incessante diálogo deste genero:<<Para que será isto? De quem será aquillo? O que é aquell outro?>> Sentia-se a trabalhar sem trégua, o acicate da curiosidade, persistente e tenaz. E sob essa impressão de curiosidade se agitavam todos e mais do que todos os photographos profissioneis e amadores, cujas detectives se armavam e

desarmavam a cada momento, na anciã de tudo documentarem ad eternum. Se os aspectos e assumptos eram tantos...

Effectivamente hontem na Avenida Central foram vistas, além das pessoas com quem na labuta diária nós cruzamos todos os dias, outras, milhares de outras, que nunca foram vistas por ninguém em lugar publico; vindas talvez, Deus sabe de que remotos confins, para assistir á inauguração.

A festa esteve bella: bella em si pela impressão de intima satisfação, de imensa alegria que punha em todos os semblantes. Ninguém se queixou demais da hostilidade do tempo, do incomodo da lama, do martyrio, do calor. Havia alguma coisa que tudo isso dominava, que tudo isso fazia esquecer: a Avenida Central, objeto da descrença de tantos, da certesa de tão raros, das esperanças de alguns, alli estava patente e bella, na pompa de todos os seus attractivos e confortos. Tal era o facto que aos espiritas não concedia tempo para attentar em nenhum outro, e por elle se desvaneciam todos, almejando tão somente que após o de hontem outros dias viessem trazendo novos elementos dessa corrente de progresso de que a 15 de Novembro de 1905 se batera com a Avenida Central o primeiro elo grandioso e rutilante

O Sr. Presidente da Republica inaugurou hontem com toda a solemnidade a Avenida Central (...)

Ás 8 horas da noite com a primeira estiada da chuva começou de novo a affluir á Avenida grande parte da população urbana, que, num demorado exame ou todos os edificios, a percorria de um extremo a outro, cheia de interesse.

Era bellissimo o aspecto que apresentava a essa hora a nova rua, onde se cruzavam a cada momento carruagens e automóveis conduzindo famílias e cavalheiros.”.

Levando-se em conta todas as considerações feitas no transcorrer deste trabalho sobre a sociedade da época (principalmente no que diz respeito ao fato da grande maioria da população era letrada e que quem realmente estava se enquadrando no processo de modernização da sociedade era a burguesia), nada traz de espanto que parte da imprensa da época trouxesse marcas nítidas em seus textos publicados do desejo de progresso. O texto acima revela um desejo forte de se buscar cada vez mais a beleza da Cidade como forma de progresso, de modernização. Faz-se minuciosamente a reprodução de um evento – a inauguração da Avenida Central - que nada traria a possibilidade de se tirar o brilho da festa, *nem mesmo o mau tempo e as chuvas poderiam diminuir o desejo das comemorações* num momento que marcaria mais um passo no crescimento da sociedade carioca.

Sabendo-se que quem teria acesso ao meio de informação (jornal) eram, em especial, as pessoas letradas que também buscavam a modernidade e o progresso para a cidade do Rio, deixando para trás marcas do império que vigorou no país antes da Proclamação da República, a postura do *Jornal do Commercio* neste momento era de exaltar a obra realizada como algo extremamente necessário à cidade do Rio de Janeiro dando apoio incondicional ao Governo que financiava toda a obra da Avenida.

No que diz respeito aos sentimentos desta população mencionada, que estaria toda ela comemorando incessantemente a inauguração da Avenida que passaria a ser mais um ponto de beleza da cidade e que faria com que os estrangeiros admirassem ainda mais as belezas do Rio de Janeiro, estes são focalizados de dentro, pois seus sentimentos e pensamentos são expostos, como se pudéssemos, nós leitores, atingirmos os mesmos sentimentos de quem presencia a inauguração. Aliás, nada se menciona com relação às conseqüências que as chuvas trouxeram àquele dia à cidade do Rio: *“O tempo não quiz colaborar com a população na consagração do melhoramento novo, mas, considerada a verdadeira avalanche humana*

que com dia feio encheu a Avenida, quasi se pode abençoar o acaso do tempo, pois sem elle o estadio na nova arteria principal da cidade se teria tornado intoleravel. Ao demais, ante a má vontade do tempo, os cariocas souberam encolher desdenhosamente os hombros”.

Certas palavras, expressões ou frases do texto - como: “...*fluxo continuo e animado um dos mais vastos formigueiros humanos que a actual geração será dado presenciar.; ... o grande interesse da população pelo importante melhoramento que o actual Governo lega á Capital do paiz.; O estrangeiro que visitar agora a nossa Capital ja tem na Avenida um bello exemplo do progresso,... um bello exemplo de progresso material que o Rio de Janeiro se sente resolvido em realizar. ; ...jóias...; grande rua elegante...; A festa esteve bella: bella em si e bella pela impressão de intima satisfação, da imensa alegria que punha em todos os seus semblantes. Ninguém se queixou demais da hostilidade do tempo, do incomodo da lama, do martyrio, do calos...;...attractivos e confortos...; ...corrente de progresso... Era belíssimo o aspecto que apresentava a essa hora a nova rua, ...carruagens e automóveis conduzindo famílias e cavalheiros.*” – reforçaram a idéia de que o progresso, a beleza, o moderno significavam exatamente a alegria e a realização da população, que tanto se discutia no período estudado, reforçando a cada linha o processo de aburguesamento da sociedade.

O resultado mais concreto desse processo de aburguesamento intensivo da paisagem carioca foi à criação de um espaço público central na cidade, completamente remodelado, embelezado, ajardinado e europeizado, que se desejou garantir com exclusividade para o convívio dos “argentários”. A demolição dos velhos casarões, a essa altura já quase todos transformados em pensões baratas, provocou uma verdadeira crise de habitação. Desencadeia-se simultaneamente pela imprensa uma campanha, que se prolonga por todo esse período, de “caça aos mendigos”, visando a eliminação de esmoleres, pedintes, indigentes, ébrios,

prostitutas e quaisquer outros grupos marginais das áreas centrais da cidade⁹⁹. Há mesmo uma pressão para o confinamento de cerimônias populares tradicionais em áreas isoladas do centro, para evitar o contato entre as duas sociedades que ninguém admitia mais ver juntas, embora fossem uma e a mesma.

Por trás dessas recriminações, estava o anseio de reservar a porção mais central da cidade, ao redor da nova avenida, para a concorrência elegante e *chic*, ou pelo menos modelar por esse padrão todos ou tudo que passasse por ali ou se instalasse¹⁰⁰.

De acordo com a linha editorial seguida pelo *Jornal do Commercio* a importância naquele momento certamente estava voltada para o acontecimento, que por muitos teria sido esperado, e que se tornou um marco na história da cidade do Rio de Janeiro. Ressalta-se aqui que é um texto até poético, reforçando os belos sentimentos que tal acontecimento traria a tona.

Ao finalizarmos a leitura do texto podemos perceber que nenhum imprevisto meteorológico teria causado problema a situação e que só havia na cidade – como se nos quatro cantos dela – motivos para comemoração.

Neste momento nos deparamos com o texto publicado no jornal *Correio da Manhã* (também em 16/11/1905). O artigo nos revela que a beleza que tanto se almejava para a Cidade do Rio na época, inspirada nos moldes europeus, não atingia realmente a toda sociedade (como já vimos), e que nem toda a população teria motivos para comemorar a inauguração da Avenida Central.

⁹⁹ SEVCENKO, N., op. cit., p. 34.

¹⁰⁰ Revista Fon-Fon. 28.07.1913, “*Diário das Ruas*”, Apud. SEVCENKO, op. cit., p.34.

O texto que veremos em seguida foi publicado também na primeira página do jornal, sob o título de: “Luxo e miséria”, no mesmo dia 16 de novembro, disposto na segunda coluna. Diagramado ligeiramente na parte superior do lado direito do jornal.

A chuva interrupta que cae sobre a cidade desde ante-hontem, á noite, não permitiu que a inauguração da Avenida Central tivesse o brilhantismo anunciado.

É realmente doloroso que tal acontecesse e somos os primeiros a sentir que as despesas feitas pelo Thesouro não produzissem o effeito desejado.

A inauguração apesar do número de pessoas presentes esteve fria. O conselheiro Rodrigues Alves foi durante longo tempo, acompanhado por uma enormidade de garotos, que pulavam de um lado para outro lado, formando um séqüito incomodo e alverecido. O povo divorciado por completo das festanças e pagodes officiaes, não teve uma acclamação, não teve um viva para o presidente da Republica. E que na sua intelligencia, enxerga bem não só a face brilhante do melhoramento inaugurado, mas também a face repulsiva representada pelas immoralidades, pelas negociatas, pelas patifarias que acompanharam os progressos da Avenida.

O povo comprehende que em centenas de desapropiações o não apparecimento de uma só reclamação, quando se tratava de defender um dos direitos mais sagrados, o direito de propriedade, representa alguma cousa mais que o esbanjamento dos dinheiros públicos.

De nada serviram os Vivas! Pintados nos escudos de madeira. O povo não os quis repetir por entender, e com justiça, que há, em todo esse negocio, um fundo negro para mergulhar nas trevas os nomes dos que o affectuaram.

Entremos, porém, a descrever as festas de hontem:

Nas sacadas e janelas dos prédios, já construídos, já por concluir, em alguns dos quais foram improvisados pavilhões viam-se muitas famílias.(...)

Hontem, emquanto ao espoucar do champagne festivo e ao mastigar das festivas empadas, a gente do governo inaugurava a Avenida, sob o hospitaleiro tecto dos felizardos Guinle, centenas de famílias abandonavam os lares nos carros dos benemeritos bombeiros buscando abrigo onde se refugiar da massa d'agua que lhes invadiu as casas.

Era um espectáculo de cortar o coração: nas ruas da Cidade Nova, de S. Christovão, do Catumby, de Andarahy, de todos os bairros em summa, a gente pobre, trepada em mesas e cadeiras, contemplava tristemente os desastres da inundação; as casas commerciaes fechadas; nas casas de família, invadidas pela torrente, os moveis adquiridos á custa do trabalho perseverante e honesto boiando sobre a enxurrada barrenta.

Ruas houve, como as de Mariz e Barros, Matadouro, S. Christovão, Barão de Ubá, Senador Furtado, S. Valentin, Mattoso e cem outras que a água chegava acima dos joelhos dos transeuntes. Um pavor e uma desolação. Mas o governo banqueteara-se na casa Guinle...

Que importa ao governo a desgraça do povo? Inaugurava-se a Avenida Central, um luxo de quarenta mil contos que nos há ainda custar muito mais, primeiro e glorioso producto de fabrica de fazer engenharia montada pelo Sr. Lauro Muller e movida pelo suor do povo.

Por que razão o Sr. presidente da Republica e seu séqüito, depois de inaugurada a Avenida, não foram dar um passeio pela cidade? Teriam occasião de gozar um deliciosos contraste.

Mas parece que é uma suprema verdade o velho dito popular – Deus escreve direito por linhas tortas...

Este formidável aguaceiro que hontem inundou a cidade parecia murmurar em seu monótono ruído: ‘-Insensatos! Antes do luxo bem caro das modernas avenidas, cuidae das necessidades urgentes da população: lá vae água! Onde as galerias de esgotos que a hão de conduzir? Lá vae mais água; inundem-se!’

Isto é o que parecia dizer o aguaceiro de hontem.

Neste texto podemos perceber um sentimento bem distante da busca pelo luxo e beleza. O autor transcreve um sentimento de revolta pela maneira como as autoridades exultaram e comemoraram a inauguração da Avenida Central enquanto a forte chuva desabrigava muitas famílias que não teriam então, nenhum motivo naquele momento para estar comemorando. O discurso revela uma grande distância entre os governantes e parte da população carioca.

A narrativa está focada nos sentimentos distintos de uns que comemoravam e outros que necessitavam tentar salvar suas casas e móveis durante a forte chuva que atingiu a cidade. Os principais personagens são os governantes que comemoravam, regados a champagne e empadas, e o povo que tentava escapar da destruição das chuvas.

O desejo de progresso é substituído por um sentimento de descontentamento. O que se observa neste texto do *Correio da Manhã* é uma vontade de mostrar que nem todos estavam tão empolgados com a inauguração durante as fortes chuvas: “*Hontem, emquanto ao espoucar do champagne festivo e ao mastigar das festivas empadas, a gente do governo inaugurava a Avenida, sob o hospitaleiro tecto dos felizardos Guinle, centenas de famílias abandonavam os lares nos carros dos benemeritos bombeiros buscando abrigo onde se refugiar da massa d’agua que lhes invadiu as casas.*”.

No decorrer do texto observa-se que para o *Correio da Manhã* os governantes estariam pouco preocupados com as condições de vida de parte da população naquele momento tão esperado, que fora a inauguração da avenida. A identidade da população naquele momento não seria, para este jornal, a de uma população envolvida por completo com a modernização da Cidade do Rio. Segundo o texto, se o Presidente da República tivesse a oportunidade de visitar durante as fortes chuvas a cidade por completo, o mesmo teria observado que muitas

famílias não estariam participando da festa de inauguração devido às inundações causadas pelas chuvas: *“Por que razão o Sr. presidente da Republica e seu séqüito, depois de inaugurada a Avenida, não foram dar um passeio pela cidade? Teriam ocasião de gozar um deliciosos contraste”*

Para deixar claro que não era contra a inauguração da Avenida, pois essa obra significaria um desenvolvimento da Capital do Brasil e melhoria na imagem da Cidade, mas que estivera contra os gastos gerados para tal obra, ainda no dia 16 de novembro, quinta-feira, o *Correio da Manhã* traz na capa um editorial assinado por Gil Vidal sob o título “Lição Aproveitável”, na primeira coluna. Segue o texto:

“ Não há quem de coração, não deseje ver seu paiz em constante melhoramento emulando com os mais adeantados em progresso e cultura, ávido de attingir a culminância da perfeição, mediante grande extensão de kilometros de linhas férreas, excelentes estradas de rodagem, canaes e vias navegáveis, vasta rede telegraphica, portos com todos os melhoramentos que lhes facilitem o acesso a todos os navios e a sua prompta carga e descarga, e tudo mais que a civilização moderna exige. Não há quem não anhele ver a cidade onde reside, com ruas largas, avenidas, praças arborizadas, jardins públicos, iluminação profusa e mais melhoramentos propiciadores de todas as comodidades e gozos.

Entretanto, tudo isso exige muito dinheiro que tem que ser arrancado ao cidadão, que nem sempre o pode fornecer sem privações e soffrimentos a fruição de todo aquelle progresso não compensa, o que lhe torna dolorosa a lucta pela própria subsistencia.

No Brasil, o que estamos agora observando é uma verdadeira neurose de dissipação luxuosa, sobretudo na transformação e aformosamento do Rio de Janeiro.

Para o conseguir, todos os meios parecem lícitos. Não há consideração de ordem financeira que detenham o governo e seus

auxiliares nessa arrojada empresa. De rotineiros catarrudos são taxados os que deauneram os perigos dessa vertiginosa progressão nas despesas publicas, e que lembram a necessidade de accomodar taes despesas ás circumstancias do paiz ou pautal-as pelas forças da riqueza publica e individual.

Ao mesmo tempo, porém que se dependem assim largamente com melhoramentos materiaes perfeitamente adiáveis, é indispensável prover a segurança publica e á defesa do território nacional por meio do exército e da marinha de guerra capazes de desempenhar-se de sua missão.

Mas isso também exige dinheiro, e muito dinheiro que só o imposto e o empréstimo podem fornecer, mas um e outro, quando não são utilizados cautelosamente, prejudicam a expansão econômica da Nação e a prosperidade interna. Os paises onerados de empréstimos e carregados de impostos estacam na sua marcha progressiva quando não retrogradam.”

Neste editorial o que vemos é uma espécie de “desabafo” que reforça o desejo de progresso, porém a insatisfação pela forma utilizada pelo governo de se atingir tal progresso. Gil Vidal destaca a importância de se ter o progresso em parceria com o bem estar da população como um todo e também com a cautela em angariar fundos para tal desenvolvimento. “*Não há quem não anhele ver a cidade onde reside, com ruas largas, avenidas, praças arborizadas, jardins públicos, iluminação profusa e mais melhoramentos propiciadores de todas as comodidades e gozos. Entretanto, tudo isso exige muito dinheiro que tem que ser arrancado ao cidadão, que nem sempre o pode fornecer sem privações e soffrimentos a fruição de todo aquelle progresso não compensa, o que lhe torna dolorosa a lucta pela própria subsistência.*”

Podemos então notar que os jornais assumem – *Jornal do Commercio* e o *Correio da Manhã* - posturas de carácter pedagógicos bem distintos. Criam expectativas e reações opostas

no transcorrer das narrativas. Os dois jornais dirigem suas matérias a destinatários diferentemente construídos e eles se diferenciavam também quanto seu posicionamento ideológico e por pertencerem a formações discursivas diferentes.

O *Jornal do Commercio* por meio de um discurso fortemente pedagógico e dirigido àqueles que apóiam a postura governamental não estabelece nenhum sentimento de preocupação com relação às conseqüências que as fortes chuvas poderiam vir a causar as famílias mal alojadas na Cidade. Seu texto está voltado para exaltar a beleza da festa da inauguração da Avenida Central e para reforçar que nenhum imprevisto meteorológico poderia ser capaz de tirar a alegria do povo numa festa tão esperada. Ressalta ainda o comportamento dos governantes durante a inauguração. O texto aqui referido não levaria a questões a serem pensadas e analisado por seus receptores, a intenção seria mais de mostrar que a inauguração simplesmente deveria ser comemorada, isso sim seria mais importante naquele momento. Pressupõe-se que os leitores do *Jornal do Commercio* seriam bem informados sobre as circunstâncias da atualidade e, que, provavelmente, não precisavam ser convencidos nem questionados sobre a inauguração da Avenida, o objetivo seria apenas reforçar que ações como estas somente agregariam mais valores de modernidade ao Rio de Janeiro da Belle Époque. Para o *Jornal do Commercio* o brilhantismo da inauguração seria realmente o mais importante e que deveria vir exposto nas páginas do jornal de maneira bastante motivadora e alegre.

O *Correio da Manhã*, em contra-partida, preocupa-se em criticar a postura dos governantes em fazer tamanha comemoração na cidade enquanto o povo tentava evitar maiores destruições da chuva. Inclusive levando aos “leitores” a pensarem mais a fundo sobre atitudes e comportamentos dos governantes. No decorrer do texto chega-se a fazer perguntas com relação à postura do governo. Este veículo buscava reforçar um sentimento de revolta

pelas ações dos governantes em gastar valores altos para embelezar e enfeitar a cidade enquanto grande parte da população sentia-se excluída a todo luxo e progresso que se buscava naquele momento. Seu texto é rico em ironias e metáforas com intenções sarcásticas de mostrar-se um jornal voltado para defender os direitos da população que não se sentia incluída neste processo de modernização. E há uma contextualização clara, descrevendo as condições financeiras em que o Brasil vivia.

O sentido de um objeto significativo é sempre dependente do contexto e diferencial: qualquer pequena diferença entre as condições de produção de dois discursos resulta em diferenças de sentido – e, portanto, também, numa oposição entre alguns dos traços detectáveis num e noutro. Esse fato justifica uma metodologia comparativa para a análise semiológica, que sem resolvê-lo, permite que se coloque num parênteses o espinhoso problema teórico da não necessidade das relações de causalidade nas Ciências Humanas e Sociais: qualquer diferença de sentido entre dois discursos pode ser creditada às diferenças existentes nas condições de produção.¹⁰¹

Nesse sentido, ao mesmo tempo em que projetavam uma representação adequada sobre si mesmos, os jornais criavam toda uma identidade para a construção da idéia de Nação. Graças a seu papel e sua missão estariam – com a instauração da República – construindo a verdadeira nação brasileira. Essa idéia de Nação, como podemos observar, segue premissas bastante distintas nos discurso até aqui apresentados.

Faz-se realmente necessário não perdermos de vista as condições que tais publicações estavam sendo produzidas. Além da linha editorial dos jornais, todo o contexto deve sempre ser levado em consideração. Esse desejo do novo, do progresso, da modernidade a todo custo

¹⁰¹ PINTO, Milton José. *As marcas lingüísticas da enunciação: esboço de uma gramática enunciativa do português*. Rio de Janeiro, Numem Ed., 1994, p.17.

gerava dentro da sociedade como um todo inúmeros sentimentos, e isso permite-nos analisar e creditar a cada produção jornalística as diferenças existentes.

No dia 17 de novembro, o assunto ainda seria mencionado apenas no *Jornal do Commercio*, onde encontramos novamente na seção “Varias Noticias”, na segunda página, disposto na oitava coluna, o seguinte texto:

“Toda a população tem a esperança de que a Avenida concorra para modificar certos costumes; mas se não evitar desde já que elles lá penetrem, será depois muito difficil corrigil-os.

Já hontem os vendedores fixos de jornaes assentaram acampamento ao pé dos postes da illuminação á guisa de tamborete. Amanhã ou depois o poste estará amarrado de cordas e cordões e enfeitado de todos os jornaes da cidade. Os postes vão ser centros desse mercado original.

Ora, os passeios da Avenida são muito largos, um pouco mais que os dos boulevards de Pariz. Não haveria, pois, inconveniente em permitir que, como naquelles, houvesse na Avenida Kioskes destinados á venda de flores e jornaes. Aqui faz medo pregar uma idea boa, mas que é capaz de ser estragada pela elasticidade. Fallar de Kiosque, faz logo pensar em horror na hypothese de surgurem nas esquinas, principalmente para os lados de Santa Luzia e da Prainha, esses monstros meio-cafés, meio-tabacarias, onde não cessa a freguezia ruidosa, que bem poderia estar obrigada em botequins, debaixo de um tecto.

Tudo depende de limitares a flores e jornaes o commercio dos Kiosques, cuja construção devia se obedecer a typos elegantes, que não enfeiem a rua. Se tudo o que tem de ser posto sobre os passeios da Avenida for no gênero das caixas do Correio hontem inauguradas, não há muito que esperar. É pena que a administração das cidades nem sempre consulte e siga a opinião dos artistas em certas cousas que lhes sabe resolver.”

Neste discurso do *Jornal do Commercio* observa-se o que inicialmente já havíamos mencionado em nossa pesquisa, a idéia era transformar a Cidade do Rio de Janeiro em uma “Paris tropical”, onde fosse possível evitar a circulação de “quaisquer” vendedores pelo Centro da Cidade. Era necessário normatizar para não deixar que todo esforço da reforma fosse perdido. As ruas não poderiam ser “*enfeidadas*”, seria importante manter as determinadas classes distantes da Avenida para não deixar virar hábito, pois como dizia o texto: “...*mas se não evitar desde já que elles lá penetrem, será depois muito difficil corrigil-os*”.

O texto ainda sugere que o governo inclusive siga orientações de quem é habilitado para manter a beleza, como por exemplo consultar os artistas.

Em 18 de novembro de 1905, sábado, o *Jornal do Commercio* nada trouxe publicado em suas páginas sobre a Avenida Central, enquanto o *Correio da Manhã* traz a seguinte nota na seção “Pingos e Gotas”, que era uma seção de cunho político, na primeira página na sexta coluna:

“A medicina indígena abriu lucta cerrada contra as cartolas e as sobrecasacas.

Muito bem: enquanto não se restabelece a saúde publica destruída pelo fogo, é preciso fazer guerra a alguma cousa.

Chegou a vez das sobrecasacas e das cartolas: um medico laponio, o dr. Desfructopoff, achou que ellas são micróbios da deselegância; e nós devemos andar sempre na vanguarda do progresso.”

A palavra indígena aqui tem um sentido pejorativo, trazendo idéia de atraso, de sem recurso. Enquanto as cartolas e as sobrecasacas são exatamente o moderno, o belo. A crítica

do texto se faz a medicina que encontra visões opostas dentro do mesmo contexto. O que reforça-nos os sentimentos de diversos ângulos que a temática “progresso” envolveu. Não só no campo estético esse assunto fora discutido, mas inclusive no que diz respeito à medicina exigia-se um desenvolvimento e luxo maior nesta área. Deveria também a medicina modernizar-se, e neste ponto mais uma vez o *Correio da Manhã* fez suas críticas ironizadas.

Talvez um dos exemplos mais significativos dessa intervenção junto à sociedade seja o da medicina da Belle Époque que, aliando-se à estratégia desse Estado “modernizador”, esbarrou nos hábitos e condutas dos que repetiam a tradição familiar herdada do tempo do Império.

Em 19 de novembro o *Jornal do Commercio* continua a não publicar nada a respeito da Avenida Central, contudo o *Correio da Manhã* lança duas notas a respeito da avenida recém inaugurada.

A primeira nota foi publicada na capa do jornal, na seção “A Avenida”, na quarta coluna e que traz um “certo ar de neutralidade”. Sem críticas, nem elogios, o *Correio da Manhã* traz a notícia sobre o movimento previsto na Avenida:

“Continua a affluir principalmente, á noite, grande concorrência á Avenida Central.

No coreto, em fórma de corbeille, levantado á esquina da rua do Ouvidor, tocou hontem, durante a tarde, a banda Musical da força policial do Estado do Rio de Janeiro.

-A commissão constructora da Avenida mandou hontem realizar os reparos de que carecia a ornamentação na nova via publica e que havia sido estragada pelas ultimas chuvas.

- No escriptorio do primeiro districto da Avenida, será levada á effeito uma soirée.

Em companhia de seus ministros, Paulo de Frontin, e de outros engenheiros da comissão constructora da Avenida, o dr. Rodrigues Alves assistirá hoje, no edifício Light and Power, ao fechamento dos circuitos da corrente elétrica, por ocasião de ser dada a luz á Avenida. (...)

A solennidade dessa entrega será realisada festivamente em dia de gala nacional . (...)

Os carros que transitarem pela nova via deverão descer por um lado e subir por outro.

O transito de carroças só poderá ser feito até às 9 horas da manhã ou então até as 10 da noite em diante.”

Já a segunda nota, que segue abaixo, foi publicada na sexta coluna desta mesma capa de 19 de novembro.

“O senador Anízio está indignado com a propaganda contra as sobrecasacas; hontem numa mesa de “Pariz” bradava elle com uma indignação só comparável a que fez explodir em doestos contra os philosophos francezes e a manteiga de Minas: que acabar com as sobrecasacas? Mas isto um absurdo, uma ignomínia, uma torpeza sem nome! Imaginem a Câmara toda tojardo, á modo do Eduardo Ramos, uns pufios paletots de brim sem gosto e feitio!...

Felizmente uma franceza que passava moderou-lhe a indignação e o Anízio chamou o Sagasta para pedir informações...”

As próprias vestimentas era tema de discussões entre políticos da época. Observa-se neste texto que havia espaço nos jornais para todos os assuntos, inclusive para se discutir as roupas que deveriam predominar. E se o “moderno” era ser “chic” como assim já se fazia em Paris, o desejo de se vestir sobrecasacas virava motivo até de discussões e críticas. Além disso, o que

podemos observar também neste texto é que apesar do *Correio da Manhã* utilizar com mais frequência vocabulário menos rebuscado, neste texto vemos uma certa preferência por palavras mais “coloridas” – exemplos: “*uma ignomínia, uma torpeza*”, “*tojardo*” , talvez até para haver uma identificação maior com o tema abordado.

No último dia de nossa pesquisa, 20 de novembro de 1905, somente o *Jornal do Commercio* publicou um texto falando sobre a Avenida recém inaugurada. O texto foi publicado na seção “Gazetilha”, começando na primeira página e terminando na segunda.

“ (...) *Felizes os povos que podem assistir, em tão breve decurso de tempo, a trabalhos que vêem transformar pelas armas santificadas da paz, as suas condições essenciaes de vida.*

O largo planos de melhoramentos, tão ousada quão rapidamente posto em pratica, não vem senhores, somente transfigurar a physionomia desta cidade: ao par da nova belleza que lhe ajunta, da magestade desta Avenida Central, que é como que a nossa via-triumphalis onde se apresentarão á benemerência publica os pro homens a quem tenho honra de dirigir-me; ao par dos novos attractivos que esta amada Capital apresentará á todos nós que aqui vivemos e lutamos, como a todos que nos visitarem, póde-se affoitamente dizer que vem abrir para o nosso paiz novos caminhos e novos horizontes.

Todos os povos precisam de alguma cousa que o concretise o seu orgulho e justifique a confiança que lhes inspira os seus destinos; se para os Francezes é proposição axiomática de que o povo jamais houve ou de futuro possa haver que lhe exceda no brilho, na graça e no talento, é que elles se revêm nos prismas fulgurantes de Pariz e no orgulho da sua Urbs assentam a confiança em seus destinos.

O Rio de Janeiro transformado virá de alguma fôrma transformar o nosso character nativo, tirando-lhe a timidez que dava cunho aos nossos emprehendimentos, insulfando-nos novas energias e são audácias de povo

inteligente e trabalhador. Há por ali quem diga que o embelezamento da Capital só aproveita a seus próprios habitantes.

Nada mais estreito e errôneo como discortino social.

Julgo, meus senhores, que enormes serão as vanatgens a colher pelo nosso paiz, quando pudermos apresentar ao estrangeiro nossa Capital sob um aspecto que lhe prenda a atenção e lhe estimule o estudo. Então, para a nossa terra, volverá incessante o concurso de capitães, de intelligencias, de energias, que com esforços se debatem na carência de horizontes largos, que já não offerece o Velho Mundo. E o que representam, como coefficiente, todas essas capacidades e energias. Edil-o de uma fôrma inequívoca a surpreendente e astupendo progresso da América do Norte¹⁰².”

O texto acima fora publicado na seção “Gazetilha”, que era no *Jornal do Commercio* uma das principais seções onde se reproduziam notícias internacionais e nacionais, e apesar de ser um discurso que fora proferido na Associação dos Empregados do Comércio do Rio de Janeiro, fora publicado na íntegra e reforçando ainda mais o quanto o progresso era bem-vindo através das medidas adotadas pelo governo. O texto reforça o quanto a sociedade estaria desenvolvendo-se e tornando-se inteligente com o desenvolvimento do espaço urbano da Capital.

Apesar de não ser um texto especialmente voltado para a Avenida Central, o mesmo cita a Avenida Central como sendo uma grande iniciativa para o país. O emprego dos diversos termos sempre muito adjetivos traz à tona a idéia do moderno, do desenvolvimento e das melhorias trazidas para a Capital que iriam se refletir por toda a nação, como vemos no trecho destacado abaixo:

¹⁰² *Discurso da Associação dos Empregados no Comercio do Rio de Janeiro ao Presidente da República agradecendo pela construção da sede definitiva desta Associação, publicado no Jornal do Commercio, em 20/11/1905.*

“(...)O largo planos de melhoramentos, tão ousada quão rapidamente posto em pratica, não vem senhores, somente transfigurar a physionomia desta cidade: ao par da nova beleza que lhe ajunta, da magestade desta Avenida Central, que é como que a nossa via-triumphalis onde se apresentarão á benemerência publica os pro homens a quem tenho honra de dirigir-me; ao par dos novos attractivos que esta amada Capital apresentará á todos nós que aqui vivemos e lutamos, como a todos que nos visitarem, póde-se affoitamente dizer que vem abrir para o nosso paiz novos caminhos e novos horizontes(...)”.

CONCLUSÃO

No início do século XX, a cidade do Rio de Janeiro sofreu drástica intervenção que alterou profundamente sua fisionomia e estrutura. Para se ter idéia do impacto e da magnitude do processo de renovação urbana, executado com implacável rigor, não devemos nos referenciar pela realidade contemporânea da cidade que hoje existe, onde tais operações ocorrem com extrema frequência, pondo abaixo bairros inteiros para satisfazer ao apetite do grande capital imobiliário e às necessidades imperiosas da cidade capitalista, com todas as suas contradições.

Não podíamos perder de vista o contexto, no qual se deu a primeira grande operação de renovação urbana na cidade do Rio de Janeiro, para analisarmos o papel da imprensa neste momento de transformações para a sociedade carioca.

Como entender que a questão da “verdade”, da “imparcialidade” e da “neutralidade” seja preocupação tão presente e tão diária na imprensa, a não ser vendo o processo de construção dessas premissas na própria configuração do jornalismo?

As profundas mudanças estruturais que passaram os jornais diários do Rio de Janeiro, a partir de 1880, buscavam não apenas novos leitores – o que afinal conseguiram – mas, sobretudo introduzir uma nova leitura que atendia a expectativa cultural de um público mais amplo para quem, até então, aqueles jornais não eram familiares.

Assim sendo, as modificações técnicas e editoriais e da própria natureza das empresas, que se organizaram em moldes capitalistas, não podem ser explicadas – como muitas vezes já o foram – exclusivamente como uma decorrência “natural” da importação de padrões estrangeiros ou ainda em função de uma necessidade exclusivamente de natureza econômica.

Os acontecimentos, as desavenças e lutas dos periódicos eram apresentados em capítulos. A par disso, solicitavam a todo o instante a participação do leitor no processo da comunicação. Os jornais passaram a ser feitos também para o público. Levando-se em consideração que este público ainda era muito restrito. Repetidas vezes argumentou-se que o fato de existir na cidade do Rio de Janeiro uma maioria analfabeta justificava a afirmação de que esses periódicos tinham uma circulação restrita. Contudo, a briga pelo espaço no mercado jornalístico já começava existir.

A leitura era comentada por aqueles que sabiam ler e dividida com aqueles que não eram alfabetizados, trazia-se vários sentimentos. Podiam visualizar naquelas páginas a alegria, a emoção, a dor, a repulsa, a revolta, a raiva, a pena, a compaixão. Os personagens agora transfigurados em notícias eram pessoas, como ele, o leitor.

Lia-se nos bondes, nos trens, lia-se em voz alta em torno de ambientes fechados do lar, lia-se em voz alta nos ambientes de trabalho, lia-se nas horas roubadas do dia. Lia-se também porque aquelas notícias eram comentadas, repetidas, recontadas. Lia-se no instante em que se recortava o folhetim para guardar. Lia-se no alto dos talados da construção civil, a um canto, solitário, na hora do almoço. Em grupo no meio da praça. Nas portas dos jornais, onde se afixavam as notícias com as últimas informações. E leitura era uma forma de estar no mundo. Um mundo que mudava, com uma velocidade nunca vista até aqueles dias.

Lia-se também nos hospícios e nos presídios. Variadas leituras e variadas apropriações de mensagens. Para muitos, o jornal era o único intermediário possível entre o seu cotidiano de lutas e misérias e aqueles que poderiam, se assim quisessem, mudar a realidade.

O crescimento de audiência significava para esses jornais não apenas a possibilidade de aumentar a sua receita, mas também de ter maior ingerência junto à sociedade política. Participando do jogo de dominação e de poder existente na sociedade carioca, alguns desses

jornalistas – os que ocupavam os postos dirigentes – se constituíram em verdadeiros porta-vozes dos grupos dominantes, divulgando suas mensagens, suas visões de mundo e suas idéias. Por outro lado, ao se reafirmarem como o único intermediário entre leitor e a sociedade política, confirmavam a seu domínio e participavam do jogo de poder que atingia múltiplas esferas da vida quotidiana.

Os jornalistas, como produtores de mensagens, donos do poder de nomeação e reprodutores de uma língua legítima, aquinhoados com o capital simbólico indispensável para cumprir esse papel, reafirmavam sua importância também em função da representatividade que adquiriram na sociedade.

E isso nós tivemos a oportunidade de observar nas transcrições que fizemos dos textos originais dos jornais *Correio da Manhã* e *Jornal do Commercio*. Em alguns momentos parecíamos ler os sentimentos não só de quem escreviam, mas também como se fosse um sentimento coletivo de parte da sociedade. Os pronomes em alguns casos eram utilizados na primeira pessoa do plural, reafirmando o desejo de ser um jornal preocupado em ser a voz do povo, como se dizia ser o *Correio da Manhã*. Já o *Jornal do Commercio*, com seu apoio contínuo ao governo, usava suas páginas para exaltar as decisões e iniciativas dos governantes, fazendo valer um desejo incansável pelo moderno, pelo progresso à qualquer custas, já que isso significaria uma melhora para toda a Nação.

À imprensa cabia difundir um discurso unificado e havia, ao mesmo tempo, a transformação do uso das letras num verdadeiro mito social, tornando a escrita alavanca para a ascensão, para a respeitabilidade pública, para ser incorporado ao centro do poder.

O que tivemos aqui foi a oportunidade de perceber durante nossas análises como a imprensa apresentou comportamentos diferentes perante a idéia de progresso e modernidade. De um modo geral aprovava-se a intenção de crescimento e desenvolvimento da Cidade do

Rio de Janeiro, mas nem sempre se aprovava as iniciativas governamentais como publicava em suas páginas o *Correio da Manhã*. Diferente do *Jornal do Commercio*, o *Correio da Manhã* se mostrou bastante receioso perante as atitudes do governo. Fortes críticas o *Correio da Manhã* fez através de suas matérias e artigos a idéia do progresso que tanto se pregava na época. Enquanto o *Jornal do Commercio* reforçava a necessidade de mudanças para o crescimento e amadurecimento da Nação. A busca pela tal modernidade se fazia dia e noite, fosse através das reformas na Cidade do Rio, fosse através de orientações comportamentais para a população como um todo.

O que procuramos realizar durante nossas análises dos textos dos jornais foi buscar pistas que nos levasse a função social do texto com relação ao poder e a ideologia exercidos sobre as identidades sociais, as relações sociais e os sistemas de conhecimento vigentes na sociedade.

É claro que não podemos desconsiderar o fato do *Correio da Manhã* adotar uma postura de oposição ao governo. Entretanto, é importante ressaltar em nossa pesquisa, que grande parte da imprensa apoiou a reforma da capital do Brasil como sendo uma iniciativa para a construção de uma identidade nacional. O que não podemos desconsiderar foi a forma como este apoio se manifestou. Se por completo ou não o apoio dado às reformas, o que devemos destacar é que de acordo com as condições de produção de cada jornal, e de cada linha editorial adotada, nem sempre esse desejo de progresso esteve nítido nas páginas dos jornais. Muitas vezes deparamo-nos com sentimentos de desgosto e desaprovação pelo modo como as decisões afetavam a população menos favorecida. Como vimos, críticas e descontentamentos também tinham espaço, entretanto o desejo pelo novo e pelo moderno era comum entre aqueles que na mais nova República residiam.

O contexto, ao qual tais discursos foram criados, certamente influenciou na construção da identidade que se criava desta nova Nação. Analisar cada uma das formas discursivas aqui transcritas, dos jornais estudados possibilitou-nos identificar o quanto a imprensa participa ativamente da criação de conceitos e padronizações dentro das sociedades.

Esperamos que este tema possa ser ainda mais aprofundado daqui a diante, visto que assuntos que nos permitem conhecer melhor a nossa sociedade atual não devem nunca ser deixados de lado. A Comunicação em si não pode abandonar jamais as mãos da História, pois certamente uma complementa e reconta a outra. Fazendo com que os discursos que tanto marcaram épocas jamais venham a ser esquecidos. E a imprensa certamente conhece seu poder de influenciar, criar, criticar, defender, etc., as classes sociais que constituem constroem as identidades de uma Nação.

FONTES PRIMÁRIAS

JORNAIS ANALISADOS NA BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO

JORNAL DO COMMERCIO – Novembro de 1905.

CORREIO DA MANHÃ – Novembro 1905.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Alzira A. de (coord.). (et al.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-30*. Ed. FGV;CPDOC, RJ, 2001.
- ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência Nacional*. São Paulo, Ed. Ática, 1989.
- BAHIA, Juarez. *Jornal, História e Técnica: História da Imprensa Brasileira*. São Paulo, Ed. Ática, 1990.
- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo, Hucitec, 1987.
- _____. *Estética da criação verbal*. São Paulo, Martins Fontes, 1992.
- BARBOSA, Marialva. *Imprensa, Poder e Público – Os diário do Rio de Janeiro: 1880-1920*. Niterói, 1996. Tese (Doutorado) Instituto de Ciências Humanas e Filosofia – Pós Graduação em História – Universidade Federal Fluminense.
- BARROS, Antônio T. M. *A contribuição da Ciência da Administração no desenvolvimento do jornal-empresa*. Niterói, Tese de livre docência, IACS,/UFF,1975, p.10.
- BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussmann tropical*. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1992.
- BOURDIE, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.
- BRAGA, J. L., PORTO, S.D & FAUSTO NETO,A (Orgs.). *A encenação dos sentido: mídia, cultura e política*. Rio de Janeiro, Diadorim/COMPÓS, 1995.
- CANCLINI, Nestor Garcia. Patrimônio Cultural e Construção Imaginária do Nacional. In *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*.

- CAPELATO, Maria H. R. *Imprensa e história do Brasil*. SP, Contexto/Edusp, 1988.
- CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.
- _____. *Brasil: nações imaginadas*.
- CHAGAS, Carlos. *O Brasil sem retoque: 1808-1964 – A História contada por jornais e jornalista*. Rio de Janeiro, Vol. 1. ,Record, 2001.
- FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança Social*. Brasília, Unb, 2001.
- FAUSTO NETO, A. & PINTO, M. J.(Orgs.). *O indivíduo e as mídias*. Rio de Janeiro, Diadorim/ COMPÓS,1996.
- FLORENTINO, Manolo Garcia. *Em costas negras: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (sec. XVIII e XIX)*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1995.
- GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo, UNESP, 1991.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural da pós-modernidade*. Rio de Janeiro, DP&A, 2001.
- HERSCHMANN, M. e PEREIRA, C. A. M. (orgs.). *A Invenção do Brasil Moderno*. RJ, Rocco, 1994.
- HOBSBAWM, Eric e RANGER, Terence (orgs). *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.
- HOBSBAWM, E. *A era das revoluções*. Rio, Paz e Terra, 1977.

HUYSSSEN, Andréas. *Literatura e Cultura no Contexto Global*. In: Marques, Reinaldo e Vilela, Lúcia Helena. (Orgs). *Valores: arte, mercado e política*. Belo Horizonte, Editora UFMG/Abralie, 2002.

LATOUR, Bruno. *Jamais Fomos Modernos*. Rio de Janeiro, Ed.34,1994.

LOBO, Eulália Maria Lahymeyer. *História do Rio de Janeiro (do capital comercial ao capital industrial e financeiro)*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978.

LUSTOSA, Isabel. *Insultos impressos*. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

_____. *O nascimento da imprensa brasileira*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2003.

MOTTA, Marly. *Rio, cidade-capital*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2004.

NEVES, Margarida de Souza e HEIZER, Alda. *A ordem é o progresso: o Brasil de 1870 a 1910*. São Paulo, Atual, 1991.

ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e identidade nacional*, São Paulo, Brasiliense, 1994.

PILAGALLO, Oscar. *A história do Brasil do século 20 (1900-1920)*. São Paulo, Publifolha, 2002.

PINTO, Milton José. *As marcas lingüísticas da enunciação – Esboço de uma gramática enunciativa do português*. Rio de Janeiro, Numen Ed., 1994.

_____. *Comunicação e discurso: introdução à análise de discursos*. -2º ed.- São Paulo, Hacker Editores, 202.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *A História do seu tempo: a imprensa e a produção do sentido histórico*. Rio de Janeiro, 1995. Dissertação (Mestrado) Escola de Comunicação – Universidade Federal do Rio de Janeiro.

_____. *Jornalismo, História e Identidade Nacional*. Texto apresentado no VI Encontro Anual da *Compós*, São Leopoldo, 1997.

_____. *Imprensa e História no Rio de Janeiro dos anos 50*. Rio de Janeiro, 2000. Tese (Doutorado) Escola de Comunicação – Universidade Federal do Rio de Janeiro.

SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades, Ed. 34, 2000.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo, Brasiliense, 1989.

SODRÉ, Muniz. *Reinventando a cultura: a comunicação e seus produtos*. Petrópolis, Vozes, 1996.

_____. *Claros e Escuros: identidade, povo e mídia no Brasil*. Petrópolis, RJ, Vozes, 1999.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro, Mauad, 4ª edição atualizada, 1999.

VÉRON, Eliseo. *A produção dos sentidos*. SP, Cultix, 1980.

VILLA, Marco Antonio. *A queda do Império: os últimos momentos da monarquia no Brasil*. São Paulo, Ed. Ática, 1996.